

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE – MPCS

O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL PARA QUEM NÃO OUVI, MAS VÊ, SENTE E
SE EMOCIONA?

AS REPRESENTAÇÕES DOS SURDOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DE
JOINVILLE

NEIDE DE LIMA LOURENÇO

JOINVILLE - SC

2018

NEIDE DE LIMA LOURENÇO

O QUE É PATRIMÔNIO CULTURAL PARA QUEM NÃO OUVI, MAS VÊ, SENTE E
SE EMOCIONA?
AS REPRESENTAÇÕES DOS SURDOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DE
JOINVILLE

Dissertação apresentada ao programa de
Mestrado em Patrimônio Cultural e
Sociedade da Universidade da Região de
Joinville – (Univille) – como requisito para
obtenção do grau de Mestre, sob
orientação da Professora. Dra. Sandra
Paschoal Leite de Camargo Guedes

JOINVILLE - SC

2018

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

L892q	<p>Lourenço, Neide de Lima O que é patrimônio cultural para quem não ouve, mas vê, sente e se emociona? As representações dos surdos sobre o patrimônio cultural de Joinville / Neide de Lima Lourenço; orientadora Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes. – Joinville: UNIVILLE, 2017.</p> <p>137 f. : il. ; 30 cm</p> <p>Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade – Universidade da Região de Joinville)</p> <p>1. Patrimônio cultural – Joinville (SC). 2. Representações sociais. 3. Surdos. 4. Deficientes auditivos. I. Guedes, Sandra Paschoal Leire de Camargo (orient.). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 363.690981</p>
-------	---

Elaborada por Christiane de Viveiros Cardozo – CRB-14/778

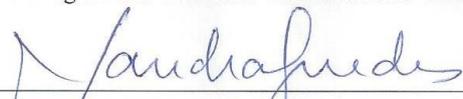
Termo de Aprovação

“O que é Patrimônio Cultural para quem não ouve, mas vê, sente e se emociona? As Representações dos Surdos sobre o Patrimônio Cultural de Joinville”

por

Neide de Lima Lourenço

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.



Profa. Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
Orientadora (UNIVILLE)

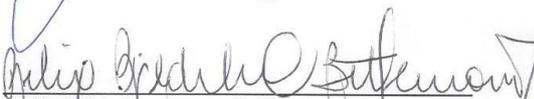


Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli
Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
Orientadora (UNIVILLE)



Profa. Dra. Zelia Zilda Lourenço de Camargo Bittencourt
(UNICAMP)



Profa. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes
(UNIVILLE)



Profa. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera
(UNIVILLE)

Joinville, 27 de fevereiro de 2018.

Dedico inteiramente este trabalho a quem acreditou em mim e me amou incondicionalmente desde o momento em que Deus me permitiu existir: ao meu pai João, por sua dedicação e exemplo de homem e honestidade e a minha mãe Maria, por ser uma mulher forte, guerreira e exemplo de bravura.

AGRADECIMENTOS

Sem sombra de dúvidas o mestrado foi um dos maiores desafios que tive em minha vida, pois por meio dele, muitas certezas que tinha, foram questionadas e muito mais que isso, encontrei pessoas maravilhosas que tornaram essa caminhada leve e mais feliz.

Inicialmente agradeço a Deus, por ser tão generoso comigo e permitir que esse sonho se tornasse realidade, sim era um sonho muito distante. Mas através da realização deste sonho só tenho a certeza de que os sonhos são para serem vividos e que são possíveis, basta acreditar e busca-los.

Ao meu esposo Elexandro Fagundes minha imensa gratidão, pois sem seu companheirismo, amor, carinho e amizade nada seria possível. Agradeço por acreditar em mim, mais do que eu mesma. Foi sempre assim desde que decidimos trilhar os caminhos juntos.

Parte do que sou hoje devo aos meus pais, pois suas vidas foram vividas exclusivamente para os filhos e acima de tudo foram exemplos de humildade e dignidade. A humildade não os permitiu sonhar que uma filha chegaria a ser mestre, mas a certeza de que teria uma filha que faria a diferença por onde quer que fosse, pois os filhos são espelhos dos pais. A distância que nos separa, não abala o amor que sentimos uns pelos outros. Não vivemos esse sonho juntos, mas vocês estavam em meu coração em cada momento vivido, tanto na alegria e quanto na tristeza. Sou grata a Deus por ter vocês em minha vida.

Agradeço a Deus pelo presente de ter um exemplo de mulher, amiga, companheira e muito paciente ao meu lado, a professora Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes. Não tenho palavras para descrever o quanto sou grata por tê-la me guiando, acreditando em mim, muito mais que a mim mesma. Uma professora inesquecível, ama o que faz e acredita no potencial de seus orientandos. A experiência de viver contigo esses dois anos, estará para sempre em minha memória e em meu coração.

A cada professor que contribuiu para minha formação nestes dois anos, a minha gratidão, pois senti que cada um deu o seu melhor, cada um com seu jeito, com a sua paixão, mas que com certeza contribuíram para a minha caminhada acadêmica.

Um agradecimento especial para as professoras Raquel Alvarenga Sena Venera e Taiza Mara Rauen Moraes que demonstraram sensibilidade e amor pelo meu trabalho e contribuíram muito para que eu me apaixonasse mais por ele, ao aceitarem participar da qualificação e da banca.

Minha gratidão por encontrar amigos e pessoas especiais na turma IX, cada um com seu jeito e com sua experiência de vida e profissional que contribuíram para que essa caminhada se tornasse mais alegre. Estarei na torcida por vocês e levarei todos com carinho em meu coração.

Aos meus companheiros de caminhada do grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural – GEIPAC, agradeço a cada momento, pelos elogios, questionamentos e contribuições para que eu pudesse crescer enquanto pesquisadora. Com vocês aprendi muito e só tive a certeza de que um “sonho que se sonha só é um sonho que se sonha só, mas o sonho que se sonha junto se realidade”, como disse Raul Seixas.

Este trabalho foi um esforço coletivo que não poderia ter frutos sem a amizade e parceria das intérpretes Camila Meier e Giseli da Rocha, que não mediram esforços para que a comunicação acontecesse. Serei eternamente grata por viverem este momento comigo.

Um agradecimento especial, a minha companheira de todos os dias de labuta Magali Serpa Silveira. Sou grata por sua parceria e amizade.

Não poderia deixar de agradecer a todos os surdos que se disponibilizaram e acreditaram no meu trabalho. Desejo que o meu trabalho possa contribuir para que tenhamos uma cidade mais justa e acessível para vocês. Avante Comunidade Surda!

Encerro com um agradecimento especial a Deus pela vida da minha amada amiga Larizza Bergui Andrade, por tornar essa caminhada mais leve, alegre, por me fazer rir dos meus próprios erros e por me elogiar e dar bronca quando era necessário. Amizade verdadeira para vida toda. Deus mais uma vez foi generoso comigo.

“Recuso-me a ser considerada excepcional e deficiente. Não sou. Sou surda. Para mim, a língua de sinais corresponde à minha voz, meus olhos são meus ouvidos. Sinceramente nada me falta. É a sociedade que me torna excepcional...”

Vôo da gaivota, Emmanuelle Laborrit.

RESUMO

No Brasil, os surdos são usuários da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e fazem parte de uma minoria linguística, reconhecida pela lei 10.436/02 como meio legal de comunicação e expressão, devendo ser garantido pelo poder público o apoio, o uso e sua difusão. Desta forma, o acesso à informação sobre o patrimônio material e imaterial na sociedade em que está inserido garantido de maneira que as pessoas surdas conheçam e se percebam como sujeitos de direito e pertencentes a essa sociedade. Para compreender as representações dos surdos sobre o patrimônio cultural de Joinville, utilizou-se como base teórica a Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Serge Moscovici na década de 1960 e os conceitos de cultura surda, identidade surda e patrimônio cultural. Para alcançar os objetivos desta, optou-se pela realização da pesquisa qualitativa que contou com revisão bibliográfica e levantamento documental sobre a situação dos surdos no Brasil e no mundo e vinte e três entrevistas com surdos adultos, maiores de 18 anos, que são sinalizantes da LIBRAS, oralizados e/ou implantados, envolvidos na comunidade surda da cidade de Joinville, tendo como roteiro um formulário de pesquisa desenvolvido para pesquisa aplicada a joinvilenses ouvintes, visando futuras comparações. A seleção dos entrevistados se deu pelas associações de surdos existentes em Joinville e com surdos que se interessaram em contribuir com a pesquisa que não necessariamente estavam vinculados a alguma associação. Por meio dessas informações, foi possível identificar características como gênero, escolaridade, ocupação profissional e língua. Os dados obtidos por meio das análises desta pesquisa revelaram que as representações apresentadas sobre o patrimônio cultural da cidade, se dão primeiramente pelo ambiente escolar, em segundo lugar aparece o boca a boca. De maneira geral, percebe-se que boa parte do grupo investigado considera que patrimônio cultural é a cultura surda e seus artefatos. Os surdos se identificam como membros da comunidade surda e a Libras é um indicador desta identidade, o que acaba influenciando nas representações que constroem sobre o mundo, pois, por se tratar de um grupo excluído e com características próprias, trocam informações entre si por meio do contato com a comunidade surda. O surdo, assim como qualquer outro cidadão, tem a necessidade de fazer parte, de se sentir inserido nesse contexto; eles possuem consciência da falta de informação e que a Libras é necessária para que este conhecimento acerca do Patrimônio Cultural da cidade seja acessível a eles. É possível afirmar que o conhecimento do grupo entrevistado sobre o patrimônio cultural oficial da cidade é mínimo, pois não conseguem estabelecer relação com a cultura e o patrimônio cultural do município, pela falta de acessibilidade a esses espaços, mas também que os surdos atribuem valor a artefatos que lhes permitem ter acesso ao mundo e esses são seus maiores patrimônios.

Palavras-chave: **Patrimônio Cultural; Representações Sociais; Surdos.**

ABSTRACT

In Brazil, deaf are users of *Lingua Brasileira de Sinais* Brazilian Language of Signals called by the acronym LIBRAS and take part of a linguistic minority, recognized by the law 10.436/02 as a legal mean of communication and expression, which must be assured by the public power the legal support, the use and the diffusion of the same law. This manner, the access to the information about the material and nonmaterial assets of the society in which is inserted must be assured in a manner that the deaf people know and recognize itself as individuals with rights and members of this society. To understand the representation of deaf people, this work have used as theoretical base the Theory of Social Representation, developed by Moscovici, and how this theory contributed to the comprehension and discussion of the representations about cultural assets using as assumption the rights of deaf to the access to the information about cultural assets, as an opportunity of comprehension and redetermination, without barriers. To set a basis in this bibliographic research, have searched to deep dive in the concepts to the comprehension of deaf culture, deaf identity and cultural asset. The research executed to make this present dissertation focused the objective investigate and analyses the representation that adult deaf people from Joinville own about cultural asset. To reach the objectives of this research, have selected a quantitative research with the delivery of twenty two forms with forty six questions each, been interviewed in this study adult deaf, major of 18 years old, that practice signal language called LIBRAS, oral or immersed, involved in the deaf community of Joinville city. The selection of the interviewed occurred by the associations cited on this text and deaf people that interested in contribute with this research that not necessarily needed to be linked to the association. Through this information was possible identify important characteristics related to the groups such as gender, education, professional occupation and language. Among the group interviewed have noted that they divided in three sub groups differentiating them by cultural assets notion. The first group identified some materials assets and materials, the second consider the deaf culture and the third was significant by the fact that are deaf people who did not know to answer. Therefore there is no differentiation among the groups, but for those deaf that belong access to the graduation level their answer are not different to those are undergraduate, the interviewed of male gender own less access as well. Despite there is no differentiation among groups, have observed that the answers with graduation are not differentiate of those that do not belongs the same level of education. Have observed that the interviewed of male gender have less knowledge about cultural asset. Before that, concluded that the perceptions about cultural asset of Joinville are turned to the linguistic factor, because even those who belongs some concept they do not belong with a clear definition due the lack of access of signals language called LIBRAS. For this group and for those who consider the deaf culture as cultural asset, the information are spread by the mouth to mouth that are generated by educational context, by family members and pals. Therefore, this research revealed that the deaf community have the need that their language need to be valued, respected and their members belongs the wish to be involved and related to the culture asset of the city of Joinville

Key-words: Cultural Asset; Social Representation; Deaf.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: “Desenhos Artista” Desenho em lápis, Andressa Silva, 2014.....	33
Figura 2: Poesia em Língua Brasileira de Sinais “Amor de Jesus pleno em nossa vida”.....	34

LISTA DE GRÁFICOS

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados por meio de formulários	90
Gráfico 1- Tempo de residência em Joinville.....	92
Gráfico 2 - Renda em salários mínimos.....	93
Gráfico 3 - O que mais o identifica com Joinville?	97
Gráfico 4 - Quais as práticas culturais que identifica em Joinville?	98
Gráfico 5 - Qual evento/festa popular que você considera que mais identifica Joinville.....	99
Gráfico 6 - O que mais identifica Joinville?	100
Gráfico 7 - Cite 3 práticas culturais de Joinville que deveriam ser valorizadas.....	101
Gráfico 8 - O que é, na sua opinião, patrimônio cultural?	102
Gráfico 9 - O que é, na sua opinião, patrimônio cultural X Escolaridade?:	102
Gráfico 10 - O Que é Patrimônio Cultural De Uma Cidade?.....	103
Gráfico 11 - Existe algum lugar em Joinville em que a história está guardada?	103
Quadro 2 - Complemento da pergunta “existe algum lugar em Joinville em que a história está guardada?.....	104
Gráfico 12 - Existe algum bem em Joinville que deveria ser preservado?	104
Gráfico 13 - Existem outros tipos de patrimônio?	105
Gráfico 14 - Quem cuida do patrimônio cultural da cidade de Joinville X Escolaridade?	106
Gráfico 15 - Quem deveria cuidar do Patrimônio da cidade de Joinville?	107
Gráfico 16 - Você conhece algum bem protegido por lei?	107

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- AASI** - Aparelho de Amplificação Sonora Individual
- AASJLLE** - Associação de Apoio aos Surdos de Joinville e Região
- ADAJ** - Associação dos Deficientes Auditivos de Joinville
- AJIDEV** - Associação Joinvilense para Integração dos Deficientes Visuais
- NBR** – Norma Brasileira
- CEC** - Comissão de Educação e Cultura
- CPMC** - Conselho Municipal de Política Cultural
- DUDH** - Declaração Universal dos Direitos Humanos
- EUA**- Estados Unidos da América
- FENEIS** - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
- FUNDAMAS** - Fundação Municipal Albano Schmidt
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IJAS** - Instituto Joinvilense de Assistência ao Surdo
- IOS** - Instituto da Oportunidade Social
- INDL** - Inventário Nacional da Diversidade Linguística
- INES** - Instituto Nacional de Educação de Surdos
- IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- IPOL** - Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística
- LABAS** - Laboratório de Acessibilidade
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases
- LIBRAS** - Língua Brasileira de Sinais
- MINC** - Ministério da Cultura
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PNC** - Plano Nacional de Cultura
- PNPI** - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
- SECIS-MT** - Secretária e Tecnologia PARA Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia
- SNIIC** - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
- SPS** - Secretaria de Política Cultural

TDD - Telephone Device For Deaf

TRS - Teoria das Representações Sociais

UNESCO - United Nation Educational Scientific and Cultural Organization

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CULTURA SURDA	19
1.1 AS IDENTIDADES SURDAS	23
1.2 OS SURDOS E SEUS ARTEFATOS CULTURAIS	28
1.3 EDUCAÇÃO BILÍNGUE	36
1.4 AS ASSOCIAÇÕES E OS SURDOS NA CIDADE DE JOINVILLE	49
2 ACESSIBILIDADE AO PATRIMONIO CULTURAL	58
2.1 O DIREITO DO SURDO AO PATRIMÔNIO CULTURAL	58
2.2 PLANO NACIONAL DE CULTURA	64
2.3 SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA	69
3 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS SURDOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL	80
3.1 INVESTIGANDO AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	80
3.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	90
3.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS QUE OS SURDOS TÊM SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
APÊNDICE A- FORMULÁRIO DE PESQUISA	125
APÊNDICE B-TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	135
ANEXO A- PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA	137

INTRODUÇÃO

O interesse pela realização desta pesquisa surgiu desde a minha trajetória como professora de educação infantil em 2009, quando atendia uma criança de berçário que a mãe era surda. A partir da dificuldade de comunicação tive a curiosidade de iniciar um curso básico de libras que, depois, fui aprimorando até ingressar na pós-graduação em Língua Brasileira de Sinais pela Sociedade Educacional de Santa Catarina - SOCIESC. A partir daí me interessei cada vez mais, sendo que, em 2014, fui convidada pela Secretaria Municipal de Educação de Joinville para trabalhar com o Atendimento Educacional Especializado, onde atuei no atendimento de alunos com necessidades educacionais na educação infantil e no ensino fundamental. Dentre as deficiências que passei a atender, tinham crianças com deficiência auditiva e surdas. Atualmente faço parte da comunidade surda, na qual tenho a oportunidade de aprimorar meus conhecimentos acerca da Língua brasileira de sinais e conhecer de perto a realidade vivida por essas pessoas, suas dificuldades de comunicação em seu cotidiano, desde a comunicação no contexto familiar a uma simples consulta médica.

Ao entrar no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille e no grupo de pesquisas Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural – Geipac, me foi apresentada a Teoria das Representações Sociais desenvolvida por Serge Moscovici. Para entender melhor essa teoria imergi nos estudos (permaneço) para compreender como as representações influenciam em nosso cotidiano e, em especial, das pessoas surdas. A partir destes estudos e da pesquisa de campo contribuiu para que pudesse compreender quais são as representações que os surdos têm sobre patrimônio cultural e como elas se formam.

Segundo Moscovici (2009), as representações se formam a partir das influências sociais, sejam elas das mídias ou do grupo social em que estamos inseridos. Desta forma, pergunta-se: como os meios de comunicação ou grupo social em que estão inseridos os surdos, podem influenciar, para que tenham ou não representação sobre patrimônio cultural? O acesso ao patrimônio na cidade de Joinville é garantido a essas pessoas? O que os surdos conhecem sobre Patrimônio

Cultural? Quais as representações que os surdos têm sobre o Patrimônio Cultural? Assim, esta pesquisa teve como objetivo investigar e analisar as representações que os surdos adultos possuem sobre patrimônio cultural.

Dentre os autores que foram utilizados nesta dissertação, Karin Lilian Strobel, Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina e especialista na área da surdez, foi essencial, a partir da obra **As imagens do outro sobre a cultura surda** (2009). Essa obra contribuiu para que eu pudesse compreender a “cultura surda” e “povo surdo”. A autora traz variados questionamentos e reflexões sobre a maneira como os surdos são vistos pela sociedade e como o povo surdo¹ constitui uma cultura dentro do contexto da comunidade surda. Também apresenta as experiências vividas a partir do seu olhar como pessoa surda e aborda as representações dos sujeitos surdos influenciados pela cultura ouvinte, levando em consideração o processo longo em que se deu o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como um sistema de comunicação visual e espacial.

Da mesma forma, as discussões de Tomaz Tadeu e Silva, Doutor em Educação, feitas em sua obra **Identidade e Diferença** (2000), foram de extrema importância neste trabalho para entender a relação de poder que se manifesta no campo da identidade e da diferença. A Doutora em Educação, Gladis Teresinha Taschetto Perlin, em “**Identidades surdas**” (2015), também destaca que as variações das identidades surdas acontecem por consequência da relação de poder que o ouvinte exerce sobre o surdo. A autora afirma também que as identidades surdas são fragmentadas e tem forte influência ouvintista² pois essa relação impõe regras e estereótipos. Perlin (2015) traz a discussão de que, o ouvintismo tem uma relação direta entre ouvintes e surdos, pois o ouvinte, constantemente, está em posição superior ao surdo, ou seja o ouvinte estabelece uma relação de poder, de dominação em níveis variados, em que a superioridade prevalece por meio do discurso e do saber

Stuart Hall, teórico cultural e sociólogo, em sua obra “**Quem precisa de identidade?**” (2000) também foi acionado na discussão quando afirma que as

¹ “Povo surdo: é grupo de sujeitos surdos que tem costumes, história, tradições em comuns e interesses semelhantes”. (STROBEL, 2009, p 32)

² “Ouvintismo: designa o estudo do surdo do ponto de vista da deficiência, da clinalização e da necessidade de normalização”. (PERLIN, 2015, p.59)

identidades são fragmentadas, fraturadas, que estão em constante transformação e mudança, que a identidade e a diferença, acontecem por meio das relações sociais, isso implica que nessas relações pode haver jogos de poderes, ou seja, uma sociedade ouvinte se sobrepõe à cultura surda, conseqüentemente define e determina o que é melhor para os surdos que, no caso, são minoria.

Esta pesquisa teve como suporte teórico estruturante a obra **Representações sociais: investigações em psicologia social** (2009) do psicólogo social Serge Moscovici. O fundador da teoria das Representações Sociais, afirma que toda representação social é representação de alguém sobre alguma coisa e que ela se estabelece através da relação entre o mundo e as coisas. O referido autor contribuiu significativamente para a minha compreensão das representações do “povo surdo” sobre o patrimônio cultural. Moscovici aponta que as representações sociais se apresentam como uma forma de compreender, refletir e ressignificar a realidade cotidiana, tornando íntimo algo que é desconhecido, com a possibilidade de classificarmos, entendermos e nomearmos fatos e ideias, compreendendo esses acontecimentos a partir do acesso às ideias, valores e conhecimentos que já fazem e são aceitos pelo meio social.

O estudo tem como referência teórico-metodológica a Teoria das Representações Sociais (TRS), e tem como pressuposto o direito dos surdos ao acesso à informação sobre patrimônio cultural como oportunidade de compreensão e ressignificação, sem barreiras. Os entrevistados deste estudo foram surdos adultos, maiores de 18 anos, sinalizantes da Libras, oralizados e/ou implantados, envolvidos na comunidade surda, sendo vinculados ou não às associações existentes na cidade de Joinville: a Associação de Apoio aos Surdos de Joinville e Região e ao Instituto de Apoio aos Surdos de Joinville. A presente pesquisa é decorrente de duas pesquisas coordenadas pela orientadora Sandra P.L. de Camargo Guedes: “Representações Sociais sobre Patrimônio Cultural de Joinville” e “Museus e Espaços de Memória: representações, acervos e função social”. A metodologia utilizada para analisar as representações dos surdos teve uma abordagem qualitativa, que contribuiu para uma compreensão maior do problema de pesquisa. A coleta de dados foi realizada com

base no formulário³ da pesquisa “Representações Sociais sobre o Patrimônio Cultural de Joinville”, os quais foram adaptados e usados apenas como roteiro para atender às necessidades do público alvo, como será demonstrado no quarto capítulo.

As entrevistas individuais aconteceram no Laboratório de Acessibilidade – LABAS, da Universidade da Região de Joinville, como também na casa ou em um local de preferência dos entrevistados. Estes não terão os nomes divulgados, sendo que serão utilizados nomes fictícios, assegurando o sigilo das informações que foram demonstradas pelo público alvo. Na aplicação dos formulários realizados por meios da Língua Brasileira de Sinais - Libras, que é uma língua visual espacial, se fez necessária a filmagem das entrevistas para que, posteriormente, pudesse ser realizada a análise mais detalhada dos dados. As entrevistas foram traduzidas e interpretadas por duas intérpretes fluentes e pela pesquisadora. Três entrevistados surdos oralizados, não somente usuários da Língua Brasileira de Sinais, optaram por realizar as entrevistas oralmente, sendo que estas, foram apenas gravadas em áudio.

As entrevistas iniciaram com a interpretação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, através da língua de sinais, pela pesquisadora, que dialogou com os surdos sobre a importância de sua participação, contribuindo para o meio acadêmico. O TCLE também foi passado por escrito aos participantes.

Assim, este estudo é fundamentalmente interdisciplinar e inédito, já que não foi encontrado qualquer trabalho relativo ao tema desta dissertação. A pesquisa qualitativa teve início em março de 2016 e finalizada em dezembro de 2017.

Para alcançar os objetivos propostos foram elaborados três capítulos. O primeiro, intitulado “**Cultura surda**”, tem como objetivo trazer elementos que ajudem a compreender como a cultura surda vem se fortalecendo devido a oficialização da Libras no Brasil e seus artefatos culturais, que visa contribuir para o processo de formação da identidade do surdo. Este capítulo aborda o histórico da comunidade surda na cidade de Joinville, com a finalidade de expor como ocorre o processo de inclusão social dos surdos.

³ A presente investigação foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade da Região de Joinville- UNIVILLE

O segundo capítulo, “**Acessibilidade ao Patrimônio Cultural**”, traz um contexto acerca das políticas públicas relativas ao patrimônio cultural da cidade de Joinville e quais são as ferramentas e práticas de preservação e difusão desse patrimônio. Pretende-se discutir, quais são e como as políticas públicas de acessibilidade na cidade contemplam o surdo no que diz respeito ao Patrimônio Cultural.

O terceiro capítulo, “**As representações sociais dos surdos sobre patrimônio cultural**”, apresenta e analisa quais as representações sociais que os surdos de Joinville têm sobre patrimônio cultural e o que contribui para que essas representações tenham sido construídas.

1. CULTURA SURDA

A Língua Brasileira de Sinais teve sua origem a partir da Língua de Sinais Francesa, com a vinda do francês Eduard Huet (1822-1882), que havia sido aluno surdo do Instituto de Paris. Huet introduziu o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais no Brasil ainda durante o Segundo Império, no século XIX. (VELOSO; MAIA, 2010).

Naquele período, no Brasil, ainda não existiam escolas especiais para educação dos surdos, Huet teve grande influência na fundação do inicialmente denominado Imperial Instituto dos Surdos Mudos do Rio de Janeiro, em 1857, que passou a ser denominado Instituto Nacional de Surdos Mudos em 1956 e de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, em 1957. Inicialmente o Instituto utilizava a Língua dos Sinais, mas em 1911 passou a utilizar o oralismo puro, seguindo a determinação do Congresso Internacional de Surdos-Mudos de Milão, de 1880, que propôs a extinção das escolas para surdos e proibia o uso da língua de sinais no contexto escolar. Com o fim das escolas para surdos, a função do professor surdo, que colaborava na produção e reprodução de aspectos culturais da comunidade surda, também foi extinta, causando forte influência oralista na educação dos surdos (STROBEL, 2009).

Durante anos, o INES, que permanece até hoje como referência nacional na educação e profissionalização de surdos, chegando a incentivar o ensino da “linguagem articulada”, na tentativa de fazer o surdo falar, consequência do Congresso de Milão. Até 1930 a educação dos surdos foi pautada no método oralista dentro do Instituto, que parte do princípio de que as línguas orais são superiores às línguas de sinais e que as crianças surdas apresentam uma deficiência que faz com que sua capacidade esteja aquém das crianças ouvintes e é isso que as impedem de avançar em sua aprendizagem. (VELOSO; MAIA, 2010).

A metodologia oralista tem como objetivo inserir os surdos nas comunidades ouvintes, por meio da fala, forçando-os a oralizar, pois se acreditava que só assim

poderiam ser inclusivos. Nas escolas, poucos surdos tinham êxito na comunicação, no que diz respeito à leitura labial e escrita, já que o uso da língua de sinais foi proibido.

O Método Oralista surgiu na Alemanha, na segunda metade do século XVIII e a partir do congresso de Milão, em 1880, tornou-se dominante como única forma educacional para surdos, sendo a língua de sinais oficialmente proibida nas escolas, por representar um perigo para o desenvolvimento da linguagem oral, e a comunidade surda excluída da política das instituições de ensino. (SACKS, 1990, p. 62)

Stokoe (1919-2000), na década de 1960, iniciou estudos sobre a língua de sinais americana utilizada pelas comunidades surdas, até então os estudos se concentravam nos estudos linguísticos da língua falada. Stokoe observou a existência de uma estrutura que se assemelha a das línguas orais ao estudar a Língua de Sinais Americana (ASL). Foi o primeiro linguista a apresentar os elementos linguísticos de uma língua de sinais. A partir destes estudos a língua de sinais passou a ser vista como língua de fato. (QUADROS; PIZZIO; REZENDE, 2009).

A partir da insatisfação com o oralismo, surgiram pesquisas sobre língua de sinais dando origem a outras metodologias em relação à educação de pessoas surdas. Nos anos 1970 iniciou a metodologia denominada comunicação total, que surgiu da necessidade de compreender os surdos, já que muitos não conseguiam se comunicar oralmente. Neste método poderiam ser utilizadas diferentes formas de comunicação como: língua de sinais, mímicas, gestos, leitura labial, entre outros que pudessem contribuir para uma comunicação na língua oral.

Durante quase cem anos a língua de sinais foi proibida, somente em 1971, no Congresso Mundial de Surdos de Paris, foi reconhecida. O resultado das pesquisas nos EUA sobre a metodologia “comunicação total”, também foram discutidas neste congresso. (VELOSO; MAIA, 2010).

Baseando nas pesquisas de William Stokoe, por volta de 1970-1980, a pesquisadora Lucinda Ferreira Brito e outros pesquisadores, iniciaram seus estudos acerca da língua de sinais brasileira e observaram que esta também possui as mesmas características que a classificam como língua, pois apresentam aspectos fonológicos, morfológicos, sintaxe, semântica e pragmática. A partir dessa observação esses pesquisadores iniciaram a produção de material e pesquisas voltadas para legitimidade da Libras, assegurando-a como língua. (PINHEIRO, 2010, p.23). No final

da década de 1970, iniciou o movimento que reivindicava a abordagem bilíngue para a educação dos surdos, que tem como proposta a acessibilidade à criança surda utilizando duas línguas.

A proposta de educação bilíngue contrapõe-se à oralista, pois considera o canal visual-gestual de extrema importância para a aquisição da linguagem surda. A educação bilíngue demonstra que a língua de sinais é a língua natural do surdo e que, mesmo sem ouvir, é possível desenvolver de forma plena uma língua:

Conforme Quadros (1997, p.27):

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte do pressuposto para o ensino da língua escrita.

No Brasil as experiências com educação bilíngue ainda estão sendo aprimoradas e estão concentradas em alguns centros, devido à resistência de alguns em reconhecer a Libras como língua. Segundo Skliar (2015, p.7):

Foram mais de cem anos de práticas de tentativa de correção, normalização e de violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência, quanto pela cultura social vigente que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos.

Para o autor as discussões contribuíram para as mudanças quanto à educação dos surdos, pois o “abandono progressivo da ideologia clínica dominante e a aproximação aos paradigmas socioculturais, não podem ser considerados, por si só, como suficientes para afirmar a existência de um novo olhar educacional”, por mais que esse olhar se distancie do modelo clínico, as representações negativas sobre a educação de surdos ainda são constituídas como verdades. (SKLIAR, 2015, p.8).

Estudos surdos surgem como uma ramificação dos estudos culturais, pois possibilitam o fortalecimento e a discussão sobre as questões culturais, das práticas discursivas, das diferenças e das lutas de poderes e saberes. (SÁ, 2012, p.63). Skliar (apud SÁ, 2012) colocava que os estudos culturais vêm contribuindo significativamente, pois constituem um programa de pesquisa na área de educação de surdos, objetivando principalmente a investigação das identidades, as línguas, os

projetos educacionais, a história, a arte, as culturas surdas, significadas a partir da diferença e do seu reconhecimento político. (SÁ, 2012, p. 64)

A cultura é constituída por meio de construções simbólicas que possibilitam aos sujeitos formar sua própria identidade, inserida em práticas significativas de determinados grupos, como a língua, artes, religião, sentimentos, modos de agir e interagir com o mundo.

Para a Strobel (2009, p.27), cultura surda:

É o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modifica-lo a fim de torna-lo acessível e habitável ajustando-o com suas percepções visuais que contribuem para a definição das identidades surdas e das almas das comunidades surdas.

Há muito tempo os surdos vêm lutando pelos seus direitos de serem tratados como sujeitos diferentes e não deficientes. Esses grupos, de certa forma, iniciam um processo de identificação por meio dos discursos da cultura surda. Strobel (2009, p.26) diz que os sujeitos surdos não são classificados por seu grau de surdez, mas o que importa para eles é que a língua de sinais e a cultura surda possibilitam e contribuem para que as suas identidades sejam definidas e que aconteça o pertencimento ao grupo. Essa ligação das pessoas surdas para com a Libras ficou clara nas entrevistas realizadas durante a pesquisa para esta dissertação. Um dos entrevistados, João (28)⁴, afirmou que “Eu, com o grupo de surdos, eu me comunico, com a minha cultura, minha Libras, com a minha identidade, minha língua é Libras, eu não uso oralização, minha língua realmente é libras” (JOÃO, 2017), da mesma forma, essa relação aparece na entrevista com Maria (31), “Eu me comunico com a minha cultura, com a Libras, com a minha identidade, minha língua é a Libras” (MARIA, 2017). Quando se fala da cultura surda, estamos nos referindo ao fato de que os surdos inseridos nela têm suas especificidades e, conseqüentemente, estão sujeitos a influências das múltiplas identidades. No decorrer da história a cultura surda e língua de sinais, foram estigmatizadas, mas através das lutas sociais este contexto está sendo mudado, como afirma Strobel (2009, p.96):

A cultura surda e a língua de sinais no decorrer da história de surdos sofreram verdadeiras perseguições, mas as representações sociais estão passando

⁴As entrevistas foram realizadas no Laboratório de Acessibilidade da Universidade da Região de Joinville-UNIVILLE em 2017, e utilizados pseudônimos para identificar os entrevistados, conforme parecer do Comitê de Ética número 2.051.062

por uma nova mudança para o povo surdo que não teme esconder suas identidades culturais.

É por meio da cultura surda que as lutas dos surdos estão sendo legitimadas, pois possibilitam que manifestem suas diferenças culturais através da língua, crenças, costumes e, principalmente, se identifiquem como surdos. Strobel (2009) ressalta que o povo surdo está cada vez mais orgulhoso de suas riquezas culturais, pois se reconhece como diferente e não esconde mais suas identidades.

1.1 AS IDENTIDADES SURDAS

Conforme Hall (2000, p. 109) “as identidades [...] tem a ver [...], muito mais com as questões ‘quem nós podemos nos tornar’, ‘como nós temos sido representados’ e ‘como esta representação afeta a forma como nós podemos representar a nós mesmos’”. Diante desta reflexão, os surdos que nascem em famílias surdas não demonstram uma crise identitária, não demonstram dificuldades em se auto identificar como surdos; se sentem pertencentes à comunidade e se consideram integrantes do povo surdo.

Os surdos usuários de Libras se apropriam dela como um meio de comunicação com liberdade, sem preconceito, com orgulho, elaborando hipóteses, transformando o conhecimento de forma crítica e reflexiva como qualquer pessoa. Resignificam as próprias ideias, seja no âmbito individual ou coletivo, podemos perceber isso através da entrevista feita com Fabiana (22) “agora é claro a Lei de Libras[...], por que é lei, antes o surdo não sabia, não tinha comunicação, agora em 2002 a lei da Libras é clara” (FABIANA, 2017). Sendo assim, a língua de sinais não é apenas um meio de comunicação, é uma língua que possibilita ao surdo se manifestar culturalmente, manifestar sua história de vida, a importância e seus hábitos específicos. Segundo Quadros (2004, p.10):

Surdos são as pessoas que se identificam enquanto surdas. Surdo é o sujeito que aprende o mundo por meio de experiências visuais e tem o direito e a possibilidade de apropriar-se da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento e garantir o trânsito em diferentes contextos sociais e culturais. A identificação dos surdos situa-se culturalmente dentro das experiências visuais. Entende-se cultura

surda como a identidade cultural de um grupo de surdos que se define enquanto grupo diferente de outros grupos. Essa cultura é multifacetada, mas apresenta características que são específicas, ela é visual, ela traduz-se de forma visual. As formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvintes.

A Libras, por ser a língua materna do surdo, evidencia a diferença e a identidade, seja no âmbito educacional, cultural, da saúde, político, ou linguístico, é legítimo o direito de manifestar sua língua socialmente e ser reconhecida como meio de comunicação dos surdos. Como confirma Silva (2000, p. 81), “a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais assimetricamente situados de garantir acesso privilegiado aos bens sociais”.

Para Márcio, de 30 anos, é “muito importante aprender Libras, é leve”. (MARCIO, 2017). Quando um surdo diz que a língua é “leve”, quer se referir à liberdade que ela lhe proporciona, à possibilidade de se comunicar, comparando a língua portuguesa com a Libras. Strobel (2009, p.47) diz que “a língua de sinais é uma das principais marcas da identidade [...] é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos”.

O processo de aceitação e de identificação do surdo para com sua realidade é diferenciado quando o surdo tem contato com a comunidade surda. Identificamos essa característica também no relato da entrevistada Fabiana (22):

Eu me comunico, na verdade (expressão facial de quem estava pensando), quando eu tinha quatro anos, a comunicação com a família, treinava a comunicação fala e oralização, eu não entendia nada de Libras, eu fui aprender Libras com 7 anos, na Escola Rui Barbosa, antes tinham muitos surdos que sabiam Libras. Eu comecei a aprender Libras, comecei a aprender alfabeto, depois os sinais, por isso aprendi em contato com o surdo, com a Libras fui evoluindo e aprendendo, mas hoje me sinto bem, amo Libras, por que é mais fácil se comunicar com o surdo, ficou mais claro, leitura labial, as vezes é difícil comunicação, não tem comunicação, me atrapalho, não entendo, primeira vez a pessoa me explica, não entendo, peço para explicar a segunda vez, as vezes fica mais claro, por isso eu não gosto da leitura labial, mas com a família tudo bem, estou acostumada, mas fora a comunicação com as pessoas é difícil tem muitas barreiras, as vezes consigo, depende! (FABIANA, 2017)

A partir deste encontro com a língua de sinais, o surdo poderá modificar ou não seu processo de constituição ou transformação da identidade. Para Moscovici (2009, p.22) “as representações podem ser produtos da comunicação, mas também é verdade que, sem a representação, não haveria comunicação”, desta forma,

compreende-se que representação e comunicação são interdependentes. Para os sujeitos surdos a comunicação através da Língua de sinais permitiu ter acesso a conhecimentos antes jamais acessados, mas que mesmo usando a sua língua enfrentam muitas barreiras para se comunicar.

Podemos considerar que as pessoas surdas vêm buscando seu espaço como sujeitos de direito, pois devido ao processo de exclusão na educação de surdos, conseqüentemente há uma defasagem no processo de desenvolvimento desses sujeitos desde a primeira infância, já que a aquisição da linguagem é tardia, além do que grande parte nasce em famílias ouvintes, ou seja, não tem contato com a língua materna. Para Silva (2000, p.96):

[...] a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato - seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder.

Portanto há uma necessidade do sujeito surdo estar em contato com outro surdo, pois, por meio deste contato, laços são firmados e ocorre o processo de identificação e de construção de representações. Quadros (2017, p.35) diz que o contato do surdo com outro surdo “representa, pois, a possibilidade de troca de significados que, na língua de sinais, nas políticas e na marcação das diferenças, carregam a marca da cultura”, como também possibilitam a identificação, as trocas, a comunicação, o compartilhar de ideias e sentimentos.

A língua de sinais tem sido esquecida e o motivo deste esquecimento decorre de um processo histórico, mostrando o quanto o desconhecimento da sociedade excluiu, por muito tempo, a importância desta para a comunidade surda. Conforme Sá (2012, p 19), o fracasso da proposta oralista se perpetuou por muito tempo, seja no Brasil ou em outros países do mundo, o resultado deste processo levou os surdos ao analfabetismo funcional e de terem acesso ao ensino superior e conseqüentemente têm sido mantidos desinformados e excluídos. Apesar do avanço em pesquisas que comprovam que a Língua Brasileira de Sinais é essencial para o desenvolvimento da pessoa surda e a criação de leis que beneficiam a manifestação da mesma, o

desconhecimento faz com que o grupo que a utiliza ainda seja excluído e que os acessos aos direitos fundamentais sejam restritos. A entrevistada Meire (22), explica como se sente em relação ao ambiente de trabalho, sentindo o preconceito e falta de conhecimento acerca da cultura do surdo que as pessoas, muitas vezes, manifestam:

No meu trabalho tinha dois surdos, eu e o João, com as pessoas ao redor, difícil comunicação, tem barreiras. Às vezes eu queria acessibilidade, cumprimentava as pessoas 'Oi, boa tarde', eu fazia leitura labial 'Boa tarde', eu sentia, faltava união, preconceito com o surdo. Todos acham que surdo não é capaz, que o surdo está abaixo, tem várias coisas que angustia, experiência, às vezes os surdos precisam de ajuda em várias coisas no trabalho, as pessoas escreviam, ai eu escrevia também, entendia as palavras no português, mas às vezes ficava pensando assim, e os outros surdos que trabalham, tem surdos que não sabem escrever o português, então como? Não tem comunicação, têm barreiras, isso é ruim! (MEIRE, 2017)

O surdo que foi isolado da convivência com seus pares, encontra-se impossibilitado de constituir uma identidade que considere suas especificidades e sua relação de pertencimento ao grupo. A língua de sinais possibilita aos surdos o pertencimento a um grupo com identidade própria, que percebe o mundo através da visão. De acordo com Strobel (2009, p. 47) a língua de sinais é:

Uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma peculiaridade da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, e que vai levar o surdo a transmitir e proporciona-lhe a aquisição de conhecimento universal.

Portanto, os surdos têm a necessidade de manifestar sua língua desde a tenra idade, isso só é possível quando seus direitos forem respeitados social, psíquica, política, linguística e culturalmente. Como afirma Perlin (2003, p.130), as identidades surdas:

São construídas dentro das representações possíveis da cultura surda, elas se moldam de acordo com maior ou menor representatividade cultural assumida pelo sujeito. E dentro desta representatividade cultural também surge aquela luta política ou consciência posicional pela qual o indivíduo representa a si mesmo, se defende da homogeneização, da redutibilidade, da sensação de invalidez, de inclusão entre os deficientes.

As identidades surdas ocorrem de uma construção necessária de identidade cultural dos sujeitos, com suas características e especificidades que vão além da sua condição biológica. Elas que, segundo Perlin (2015, p.63), "estão presentes no grupo pelo qual entram os surdos que fazem uso com experiência visual propriamente dita", podem ser classificadas em quatro tipos: híbrida, de transição, incompleta e flutuante.

A Identidade surda híbrida é aquela atribuída àqueles que não nasceram surdos, mas adquiriram a surdez ao longo da vida. “É uma espécie de uso de identidades diferentes em diferentes momentos” (PERLIN, 2015, p.64). A chamada de transição é a transformação da identidade ouvinte para identidade surda, é um processo de reconhecimento a partir do momento que o surdo ouvintizado entra em contato com a comunidade surda, passando pelo processo de desouvintização; passam por este processo os surdos que nascem em família composta por ouvintes. A identidade surda incompleta é representada pelos surdos que buscam a socialização de acordo com a cultura ouvintista, e que nega a identidade surda. Já a identidade surda flutuante é quando os surdos vivem e se manifestam seguindo comportamentos e aprendizados ouvintistas. Desprezam a cultura surda, são pessoas que foram impostas à ideologia ouvintista. Não se identificam nem com a comunidade ouvinte, por falta de comunicação, e nem se identificam com a comunidade surda, pela ausência da língua de sinais.

Para que um sujeito surdo possa ter acesso às informações e conhecimentos, e para constituir sua identidade, é essencial que tenha contato com o povo surdo e a língua de sinais, assim, conseqüentemente, esse sujeito se identifica e passa pelo processo de aquisição de linguagem. Uma das principais marcas da identidade surda é a língua de sinais, pois é por meio dela que o sujeito surdo se comunica e experimenta a aquisição do conhecimento universal por meio visual.

Apesar de sofrer anos de repressão pelo oralismo, a Língua de Sinais é transmitida pela comunidade surda. Não foi extinta, pelo contrário, continua sendo uma das características marcantes do povo surdo e continua sendo transmitida de geração a geração. Conforme Quadros (2017, p.23), os surdos mantêm os pontos de encontros para promover a interação entre surdos. Esses pontos são mantidos até hoje, sendo uma característica das comunidades surdas no Brasil. Ainda segundo a autora a língua de sinais e a cultura surda passam a ser consideradas patrimônio pelos surdos e por seus filhos, surdos ou ouvintes, que são estabelecidas pela relação familiar, pois o que garantiu que a língua de sinais fosse resguardada e disseminada de geração a geração foram os encontros pelas associações e família de surdos.

De acordo com Perlin (2015, p. 54):

A identidade surda está sempre em proximidade, em situação de necessidade com o outro igual. O sujeito nas suas múltiplas identidades sempre está em situação de necessidade diante da identidade surda.

As identidades surdas são classificadas pela autora como uma construção necessária de identidade cultural dos sujeitos com suas características e especificidades que vão além da sua condição biológica. Segundo Woodward (2000, p. 39):

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é oposto da diferença: identidade depende da diferença.

Na definição de Perlin (2015, p. 55), o fato de o ouvintismo ser pensado como um conjunto de representações dos ouvintes sobre a surdez é o que faz com que os surdos olhem-se e narrem-se como se fossem ouvintes. O estereótipo faz com que eles se oponham e, muitas vezes inconscientemente, evitem a constituição de sua identidade surda, cuja representação se constitui em um estereótipo distorcido e impróprio. Essa representação dos surdos sobre si mesmos ocasiona auto percepções de deficiência e de falta, que legitimam práticas corretivas e normalizadoras. Conforme Perlin (2015, p. 56), “o surdo tem diferença e, não deficiência”. Portanto ser surdo é perceber o mundo através da experiência visual. É impossível definir os múltiplos aspectos da cultura surda, já que sofrem influências constantes.

1.2 OS SURDOS E SEUS ARTEFATOS CULTURAIS

Para Strobel (2009, p.40), a cultura surda é composta por artefatos próprios. Estes artefatos exemplificam, em parte, a influência e o poder desta cultura sobre a constituição do sujeito surdo em seu empoderamento e luta para o fortalecimento de sua identidade, pois tem sido uma cultura que, ao longo dos anos, vem se perpetuando mesmo sofrendo influências da cultura ouvintista. São oito artefatos culturais que fazem parte da cultura surda, sendo sete de cultura imaterial e apenas o

oitavo sendo cultura material, pois este possibilita a acessibilidade do surdo ao cotidiano, por meio de recursos tecnológicos.

O primeiro artefato cultural das pessoas surdas, segundo a autora, é a **experiência visual**. O surdo percebe o mundo visualmente, ou seja, a visão é de extrema importância para o surdo, sendo o principal sentido para que estabeleça sua relação com o mundo e provoque reflexões de suas subjetividades, possibilitando a construção de sua identidade. Percebendo e interagindo com o meio social através da língua e de sua experiência visual, não como uma pessoa deficiente ou anormal. Fatos do cotidiano para os surdos revelam o artefato cultural visual como, por exemplo, expressões faciais, os movimentos da boca de cachorro latindo, ou até mesmo a vibração de uma bomba estourando, objetos que caem brutalmente ou fumaça que surge. (STROBEL, 2009, p. 41).

O processo identificatório também é citado por Strobel (2009, p.42), que é necessário para as crianças surdas. Elas muitas vezes, permanecem com curiosidades, questionamentos que são levados para a vida adulta, pois suas dúvidas não são sanadas devido à falha de comunicação. Por este motivo a importância da criança surda ter contato com adultos surdos, já que é pela interação com a língua de sinais que a criança surda terá o acesso e a aquisição da linguagem e conseqüentemente, adquirirá a identidade e a cultura surda, que são naturalmente transmitidas através da comunidade surda.

Os surdos, por perceberem o mundo de maneira visual, são cotidianamente excluídos da sociedade e a autora cita alguns exemplos, como: a falta de recursos que fazem com que os espaços sejam acessíveis, como a chamada oral de uma senha em um determinado local como em aeroportos, bancos ou outro estabelecimento comercial, ao invés de comunicadores visuais. Os surdos que estão em uma conversa, precisam ficar frente a frente para que a comunicação se efetive, devido à necessidade de visualizar as expressões faciais para a compreensão do que se quer comunicar. O entrevistado Antônio (62), que faz uso do aparelho de amplificação sonora individual - AASI⁵, mesmo com este recurso, para a melhor

⁵ AASI é a sigla para o nome técnico dos aparelhos auditivos: Aparelhos de Amplificação Sonora Individual. Antigamente eram chamados de aparelhos para surdez ou aparelhos contra surdez. O aparelho auditivo é um conjunto eletrônico autônomo que, com a energia de uma pequena bateria,

compreensão do diálogo em que está inserido, tem a necessidade de estar frente a frente com seu interlocutor para realizar a leitura labial. “Uso a fala normal, frente a frente, se caso conversar por trás, sem eu ver a expressão facial e boca, não consigo entender”. O mesmo acontece quando a luz é apagada em um recinto, o surdo perde seu campo visual prejudicando a comunicação. (STROBEL, 2009, p.44).

O segundo artefato é o **Linguístico**. Para Strobel (2009, p.47), a língua de sinais é um aspecto de extrema importância, pois é uma das características da cultura surda, sendo uma forma de comunicação que possibilita aos sujeitos surdos experiências visuais e, através dela, adquire o conhecimento universal. A língua de sinais possui gestos que são denominados sinais emergentes ou sinais caseiros que são criados por surdos de zonas rurais ou surdos isolados que buscam entender o mundo por experiências visuais, tentando se comunicar. Ainda neste artefato, Strobel (2009, p.48), enfatiza que a criança surda, cujos pais são surdos, passa pelo processo de aquisição da linguagem satisfatório, ao contrário da criança surda, cujos pais são ouvintes, que ocorre um atraso no processo de aquisição da linguagem. De acordo com a entrevistada Maria (31), nota-se a importância da Libras na vida do surdo:

Antes eu não sabia libras, mas fui em Florianópolis em um curso com 14 anos de idade, me chamaram, fui junto com intérprete, fui lá e vi muita coisa acontecer, sinais, conhecimento, cultura, palestra com instrutor surdo, curso de libras, fiquei admirada que aqui em Joinville não tem. Eu vi muitas coisas acontecerem, comecei a me apropriar desse conhecimento. Comecei a aprender os sinais e comecei a desenvolver isso para mim. Foi um prazer aprender em libras minha comunicação ouvinte oralizando e surdo sinalizando distante, não a libras língua própria, muito forte. Amo profundamente a libras minha própria identidade surda (MARIA, 2017).

Outro aspecto que Strobel (2009, p. 51) considera importante para compreender este artefato é de que a língua de sinais, com o passar do tempo, pode sofrer alterações de acordo com os costumes e a região.

O artefato **cultural familiar** é que determina a identidade da criança surda, pois depende da aceitação da família quando uma criança nasce surda. Para os pais surdos é um acontecimento natural, não encontra nesta perspectiva um problema social como nos casos de crianças surdas que nascem em famílias ouvintes.

(STROBEL, 2009, p.53). Dentro desta perspectiva possuem dois tipos de atitudes das famílias que determinam o futuro desta criança surda, como, por exemplo, algumas famílias com receio, não possibilitam o contato da criança surda com o povo surdo e, por outro lado, criam expectativas a partir da visão clínica, que seu filho será curado da deficiência auditiva, por treinamentos fonoaudiólogos e implante coclear. No caso do entrevistado João (28), a família insistiu para que usasse o aparelho “Na verdade já usei o aparelho, antes da experiência a família queria que eu desenvolvesse [oralização], mas não sentia vontade, sempre tirava, mas hoje não, só [uso a] Libras”. (JOÃO, 2017). O relato do entrevistado mostra que algumas crianças surdas não gostam dos aparelhos auditivos, pois causam desconfortos devido ao barulho, como também em alguns casos o aparelho auditivo pode ocorrer um resultado satisfatório, mas não é regra para todos, principalmente para os surdos que tem surdez profunda.

Strobel (2009, p. 56) enfatiza o progresso que a criança surda tem quando sua família é composta por membros surdos, pois obtêm informações que contribuem para a compreensão dos artefatos culturais da comunidade surda.

O quarto artefato trata da **literatura surda**. Conforme Strobel (2009, p. 61) a literatura surda é composta por piadas surdas, anedotas, poesia, história de surdos, clássicos e literatura infantil, romances, lendas entre outras. “Por muitas gerações os povos surdos transmitem muitas histórias através da língua de sinais”, ou seja, em muitos casos, não houve registros deste artefato, mas foi sendo transmitida de geração em geração, ou por pessoas ligadas ao povo surdo, sendo memorizadas e transmitidas por gerações.

O quinto artefato é a **vida social e esportiva** que Strobel (2009, p. 67) define como: “acontecimentos culturais, como casamento entre surdos, festas, lazeres e atividades nas associações, eventos esportivos e outros”. Por meio deste artefato podemos considerar que os surdos têm uma maneira peculiar de se reunir e de interagir socialmente, por exemplo, a forma de se identificarem pelo nome e pelo sinal pessoal dentro da comunidade surda, ou seja, as pessoas se identificam e identificam os outros pelo sinal. Uma das características marcantes do povo surdo são as festas promovidas pelas associações, quando os surdos conversam; é um momento em que têm oportunidade de se comunicar e colocar os assuntos em dia. Inicialmente as

associações funcionavam como espaços de encontros para recreação e lazer, mas devido à necessidade da comunidade surda, passaram a acontecer discursos políticos e práticas esportivas (STROBEL, 2009, p.71). Paulo (35) relatou como foi significativa a comunidade surda para ele e o quanto ela contribui para sua integração social “eu gosto daqui de Joinville, porque tem vários surdos, encontro amigos. Antes, lá em São Bento, não tinha surdo, eu não encontrava, ficavam escondidos dentro de casa. Aqui é diferente tem vários”. (PAULO, 2017).

O sexto artefato cultural, conforme Strobel (2009, p.73), são as **Artes Visuais** que são produzidas pelo povo surdo, que retratam seus sentimentos, suas histórias, suas subjetividades e a sua cultura. Estas manifestações artísticas revelam o empoderamento da identidade e o fortalecimento da cultura surda, algumas possuem características específicas, como: pinturas que são representadas pelas mãos como no desenho mostrado na Figura 1, de uma artista Joinvilense, postado em rede social. Neste desenho aparece, escrita em datilologia (alfabeto manual), onde se lê: “desenhos (da) artista”. A datilologia é uma forma de representar por meio das mãos, o alfabeto da língua oral. Para Rosa (2005, p.40), usar-se a datilologia quando não há um sinal para determinados conceitos, soletrando através das mãos palavras da língua oral. Este recurso é considerado um empréstimo da língua portuguesa, podendo ser utilizada para informar o nome das pessoas, quando não a conhecemos.

Figura 1: Desenho a lápis, Andressa Silva, 2014.



Fonte: Página Artes Libras - Andressa Silva no Facebook⁶

O teatro também faz parte deste artefato, pois através dos aspectos, corpo e língua de sinais, revelam suas identidades culturais, por meio de desenhos no ar como ao recitar poesias (Figura 2), narrativas ou de contações de histórias.

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/arteslibras> > Acesso em: dez. 2017

Figura 2: Francine da Silva interpretando sua Poesia em Língua Brasileira de Sinais “Amor de Jesus pleno em nossa vida”, 2017.



Fonte: Imagem cedida por Francine Silva-2018

O sétimo artefato cultural é a **política**. Strobel (2009, p. 78) revela que “este consiste em diversos movimentos e lutas do povo surdo pelo seu direito”. As associações de surdos são os espaços culturais mais conhecidos, tendo como objetivo a política. Nessas associações, os surdos se encontram para reuniões e assembleias e compartilham assuntos em comuns, busca e efetivação dos direitos sociais. Maria (31) demonstra em seu relato a importância da Associação de Apoio aos Surdos de Joinville e Região que, para o povo surdo é um espaço de valorização da língua, de encontro, de diálogo e reflexão:

Antes não havia festa, lembro que no ano passado na Associação foi a primeira festa, fiquei admirada, eu fiz a poesia, o teatro, foi mostrado, maravilhoso! Porque é uma luta de muito tempo, não podemos mais dormir, precisamos nos esforçar, lutar pela associação, pelos surdos, pela escola bilíngue e pelo intérprete, todo esse conjunto de informações, acredito que isso vai continuar acontecendo, essa troca que é a união dos surdos (MARIA, 2017)

O oitavo artefato identificado por Strobel (2009, p.84) é a **cultura material**, que “auxilia na acessibilidade na vida cotidiana de sujeitos surdos”. A tecnologia vem

favorecendo a inclusão dos sujeitos surdos que passam a utilizá-la, incorporando diversos objetos a sua cultura, a seu cotidiano. A autora cita alguns recursos que facilitam a vida cotidiana do surdo, como: os telefones TDD (*Telephone Device for Deaf*), dispositivo eletrônico que ajuda a comunicação das pessoas com deficiência auditiva ou surda a se comunicarem por meio de linhas de texto e telefone, instrumentos luminosos como campainha em casas e em escolas de surdos, despertadores com vibradores, legendas *closed-caption*, babás eletrônicas vibratórias ou com sinalizador luminoso e sinalizadores, etc. Outras tecnologias também fazem parte deste artefato como, por exemplo, torpedos de celular, *chats* em internet e muitos sites das comunidades surdas. Strobel (2009, p.87), enfatiza que a acessibilidade dos surdos pode ser ampliada devido à tecnologia, seja em seu cotidiano como também em outros espaços como em congressos, julgamentos, aulas e cursos em que a comunicação é mediada por intérpretes de língua de sinais, telão, cartazes, etc. Essa tecnologia, de certa forma, contribui para que as pessoas tenham acesso às informações e que a língua de sinais seja difundida, como também, o povo surdo tenha representações no meio artístico, político, social, entre outros. Fabiana (22), em sua entrevista enfatiza que um dos seus meios de comunicação para saber informações importantes que acontecem na sociedade é a internet. “Para mim, sempre as informações, vejo na internet, em vídeos, em Libras. Às vezes eu leio o que aconteceu, coisas, informações sobre acidente em Joinville, problemas e várias coisas, sempre na internet.” (FABIANA, 2017)

Os artefatos da cultura surda têm se fortalecido, devido ao reconhecimento da língua de sinais brasileira, sendo considerada como a segunda língua oficial do país. Uma conquista e o artefato mais significativo e importante para a comunidade surda brasileira. Desta forma, a cultura surda poderá se fortalecer e atuar como importante instrumento de mudança social na vida dos sujeitos surdos, ou seja, os artefatos explicitam as atitudes de ser surdo, de ver, de perceber e de modificar e se adaptar ao mundo.

1.3 EDUCAÇÃO BILÍNGUE

No período de 7 a 10 de junho de 1994, aconteceu a Conferência de Salamanca, realizada na Espanha, em conjunto com a UNESCO, com mais de 392 participantes, reunindo 92 governos, entre esses representantes brasileiros e 25 organizações internacionais, representantes das Nações Unidas e das Organizações Especializadas, outras organizações governamentais internacionais, organizações não governamentais e organismos financiadores. (BRASIL, 1994)

A Conferência adotou a Declaração de Salamanca sobre os Princípios, a Política e as Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais e um enquadramento da ação. O objetivo da conferência foi discutir e promover uma educação para todos, analisando as mudanças necessárias nas políticas para promover a educação inclusiva, no intuito de capacitar as escolas para o atendimento às crianças, principalmente as que possuem necessidades educacionais especiais.

O documento tem como princípio promover a “escola para todos”, incluindo todas as pessoas em suas diferenças e as apoiem em sua aprendizagem e respondam às necessidades individuais. (BRASIL, 1994)

No enquadramento das ações, na área das necessidades educacionais especiais na declaração, no item 21, diz que:

As políticas educativas devem ter em conta as diferenças individuais e as situações distintas. A importância da linguagem gestual como o meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deverá ser reconhecida, e garantir-se-á que os surdos tenham acesso à educação na linguagem gestual do seu país. Devido às necessidades particulares dos surdos e dos surdos / cegos, é possível que a sua educação possa ser ministrada de forma mais adequada em escolas especiais ou em unidades ou classes especiais nas escolas regulares. (BRASIL, 1994).

A Declaração de Salamanca, é bem clara e considerou a importância da formação na primeira língua gestual, entende-se que é o meio de comunicação dos surdos, por isso “deve” ser reconhecida e garantida por meio do acesso à língua gestual. Realizada de 06 a 09 de junho de 1996, em Barcelona, na Conferência Mundial sobre os Direitos Linguísticos, a UNESCO assinou e promulgou a Declaração Universal dos Direitos Linguístico, que tem como princípio apoiar e promover os direitos linguísticos. (IPHAN, 2016, p.11).

Posteriormente, no mesmo ano em que a UNESCO publicou o Atlas das Línguas em Perigo, foi instituído no Brasil o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), pelo DECRETO Nº 3.551/2000. Este possibilitou o reconhecimento de bens de natureza imaterial como Patrimônio Cultural do Brasil, através do Registro. Essa nova política, ensejou solicitações de reconhecimento também da diversidade linguística no Brasil.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Comissão de Educação e Cultura (CEC), a Câmara de Deputados e o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL) promoveram um Seminário sobre a Criação do livro de Registros das Línguas, em 2006. O evento, contou com a participação de vários especialistas em diferentes línguas e em políticas linguísticas, representantes de instituições governamentais e falantes de línguas minoritárias e teve como objetivo debater e propor estratégias para preservação da diversidade linguística por meio da implantação de políticas públicas. Pela falta de conhecimento por parte da população brasileira, setores da sociedade civil e governamental se envolveram em uma mobilização para mudar esse cenário e como resultado, foi instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) que tem um caráter mais universal e permitirá ao Estado e a Sociedade em geral conhecer e divulgar a diversidade linguística do país, através do Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010:

Art. 1º Fica instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Parágrafo único. O Inventário Nacional da Diversidade Linguística será dotado de sistema informatizado de documentação e informação gerenciado, mantido e atualizado pelo Ministério da Cultura, de acordo com as regras por ele disciplinadas.

Art. 2º As línguas inventariadas deverão ter relevância para a memória, a história e a identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira.

Art. 3º A língua incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística receberá o título de "Referência Cultural Brasileira", expedido pelo Ministério da Cultura.

Art. 4º O Inventário Nacional da Diversidade Linguística deverá mapear, caracterizar e diagnosticar as diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira, sistematizando esses dados em formulário específico.

Art. 5º As línguas inventariadas farão jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público.

Art. 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios serão informados pelo Ministério da Cultura, em caso de inventário de alguma língua em seu território, para que possam promover políticas públicas de reconhecimento e valorização. (BRASIL, 2010)

No Brasil existem mais de 200 línguas faladas, de acordo com o IBGE de 2010, 170 delas são faladas por comunidades indígenas. Além das indígenas, há as línguas de imigração, de comunidades afro-brasileiras, línguas crioulas e a línguas de sinais. Devido a amplitude da diversidade linguística que compõe o país as línguas foram classificadas em 5 categorias: Línguas de Imigração, Línguas Indígenas, Línguas Afro-Brasileiras, Línguas de Sinais e Línguas Crioulas. (IPHAN, 2015, p. 14).

As Línguas de Sinais classificadas pelo IPHAN,

São línguas faladas por comunidades surdas, incluindo pessoas surdas e ouvintes, que se utilizam na modalidade visuo-espacial com sinais manuais e não manuais, tais como expressões faciais e corporais. Exemplos: Libras, Língua de Sinais Uruki-K'apor, Língua de Sinais do município de Jaicós do Piauí, entre outras. (IPHANL, 2016)

De acordo com o decreto nº 7.387/2010, o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, tem como objetivo a “identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 2010).

O Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguista (IPOL) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) executaram um levantamento de dados que visa dar subsídios às futuras análises para o Inventário Nacional da Língua Brasileira de Sinais. Este levantamento está sendo realizado através de pesquisa, com o propósito de ampliar a participação das pessoas, promovendo um maior acesso aos usuários da Libras por meio de coleta de dados virtual. Estes dados contribuirão para a elaboração do Inventário Nacional da Língua Brasileira de Sinais, que atuará como instrumento oficial de identificação, documentação, reconhecimento e valorização.

Pessoas falantes e fluentes da Língua Brasileira de Sinais são de extrema importância para valorização e continuidade desse bem cultural brasileiro da diversidade linguística. O registro dessas línguas poderá valorizar as línguas de sinais faladas por todo país, além de fomentar a produção de conhecimento sobre as mesmas e contribuir para garantia de direitos linguísticos.

Considera-se que a Libras é uma língua passada de geração em geração dentro das comunidades surdas, portanto “é uma língua que expressa todos os níveis

linguísticos, assim como as demais línguas” (QUADROS, 2017, p. 33)

Em 2002 a Libras (Língua Brasileira de Sinais) foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão dos surdos brasileiros pela Lei Federal nº 10.436:

Art.1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único; Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

A língua de sinais é reconhecida como status linguístico, considerada pela linguística uma língua natural, pois possui todas as peculiaridades que são atribuídas como língua. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é sinalizada nacionalmente, sendo reconhecida socialmente, culturalmente e legalmente. Regulamentada pelo Decreto 5.626, a lei de Libras determina e garante os direitos das pessoas surdas.

Quadros (2017, p 43), avalia que se o surdo for isolado da convivência com seus pares, não se constituirá com uma identidade. Portanto, os surdos têm a necessidade de se manifestar na sua língua desde a tenra idade, isso só é possível quando seus direitos forem respeitados: social, psíquico, político, linguístico e culturalmente. Portanto tão importante quanto reconhecer a língua enquanto patrimônio imaterial é reconhecer que essa traz o sentido de pertencimento, representa e significa a cultura na qual este sujeito está inserido.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, para inclusão dos estudantes surdos em escolas comuns, a educação bilíngue- Língua Portuguesa/Libras, deve desenvolver o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua, na modalidade escrita para estudantes surdos e Libras como primeira língua, considerando também que as escolas devem oferecer o atendimento educacional especializado no contra turno. (BRASIL, 2008)

Para o ensino, tanto da modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva também orienta que devido à diferença linguística, o aluno surdo esteja em contato com outros surdos em turmas comuns regulares. A mesma Política diz, ainda, que:

O atendimento educacional especializado deve ser ofertado e realizado mediante a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no

ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua. (BRASIL, 2008).

Para Sá (2012, p.87), proporcionar uma educação bilíngue não é só permitir o domínio e o uso em algum nível de duas línguas, pois pensar em educação bilíngue é pensar também em educação multicultural, onde as culturas interajam e mutuamente se enriqueçam. Para a autora, quando se proporciona uma educação bilíngue que não seja fundamentada em uma perspectiva multicultural, corre-se o risco de enfatizar somente a língua, e cair no erro de esquecer os aspectos culturais como raça, gênero, classes e etc. Como pesquisadora, atuante na comunidade surda, e profissional que já atuou como professora do atendimento educacional especializado da rede municipal de ensino da cidade de Joinville, posso afirmar que muitos são os desafios enfrentados pelos profissionais de educação para garantir uma educação de qualidade e que seja acessível aos estudantes surdos.

Para Sá, uma educação multiculturalista, não é a inclusão das minorias culturais com a sua integração no sistema regular de ensino, mas sim pelo contrário “é desejável optar-se pela criação de escolas específicas para as minorias, na medida em que isso a elas interesse.” (SÁ, 2012, p.95). No entanto esse acesso é direito de todos, mas será que os surdos querem ser incluídos em escolas regulares de ensino?

As formações dos profissionais para trabalhar com essa realidade são garantidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, como também pelo Decreto Federal 5.626/05 de 22 de dezembro de 2005, em seu capítulo II, que garante como disciplina obrigatória a Libras nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, como também o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de pedagogia e o curso de educação especial. Porém, a carga horária da disciplina não garante a formação necessária para que o docente possa se comunicar e, conseqüentemente, ensinar um aluno surdo, pois não basta uma formação apenas no ensino superior, é necessária a formação contínua em serviço. Durante dois anos de atuação, nenhuma formação específica para atender os alunos surdos foi oferecida pelo município, muito menos aos professores que estão em sala

de aula.⁷ Isso mostra quanto o município tem estado em falta com esses profissionais. Muitos professores se sentem despreparados diante de tal desafio e buscam apoio no Atendimento Educacional Especializado, mas, se este profissional também não possui a formação adequada, é evidente a falha no sistema educacional, até porque um professor especialista também não dá conta das demandas de alunos com deficiências diversas, se o município não oferecer a formação necessária.

A partir desta experiência enquanto professora de atendimento educacional especializado, pude perceber o quanto o sistema educacional é segregacionista, pois na proposta de inclusão, percebi a submissão e opressão dos alunos surdos no processo educacional. Profissionais despreparados que condicionam e reduzem a educação com um único objetivo: aprender a copiar, escrever a língua portuguesa, não valorizando o surdo. Como diz Quadros (2003, p.87), descaracterizando-o do seu “jeito de ser surdo”. A autora ainda afirma também, que “os alunos surdos são constantemente expostos ao fracasso tendo como causa a sua própria condição (não ouvir) e não as condições reproduzidas pelo sistema”, que essa descaracterização traz consequências, muitas vezes, irreversíveis ao surdo, não só no contexto acadêmico, mas social, cognitivo, cultural e político.

Por minha experiência como profissional, muitas vezes percebia um aluno aparentemente confuso e com vergonha de demonstrar aos demais alunos ouvintes que sua comunicação era gestual, parecia que não entendia quem era, ainda não se identificava como surdo, pois não tinha tido contato com seus pares aos treze anos de idade. Como diz Perlin (2015, p.54), “a identidade surda sempre está em proximidade, em situação de necessidade com o outro igual. O sujeito surdo, nas suas múltiplas identidades, sempre está em situação de necessidade diante da identidade surda”. O contato com outro surdo é essencial para a constituição da identidade. Com um único surdo em uma escola, não tem como haver identificação, os diálogos são sempre baseados em representações ouvintistas e, neste contexto, porque os surdos estão o tempo todo dependendo da mediação do profissional intérprete. Como diz Stumpf (2008, p.24)

Classes especiais que atuem como pólos para agregar alunos surdos em situações geográficas de populações reduzidas são soluções possíveis e

⁷ No período de 2014 e 2015, exerci a função de professora do Atendimento Educacional Especializado-AEE.

desejáveis. O mesmo nas grandes escolas urbanas. É preciso promover o encontro entre pares e com um professor que tenha o conhecimento e o domínio dos recursos necessários. A inclusão de poucos ou, ainda pior, um aluno na classe de ouvintes com um professor já muito demandado e pouco preparado impossibilita os bons resultados. O intérprete é condição de acessibilidade na falta do professor surdo ou do professor ouvinte que seja fluente em Libras. Mas, fazer de conta que um único professor pode falar duas línguas ao mesmo tempo é fingir que o ensino é inclusivo. Não se pode falar de inclusão se não são postas as condições necessárias.

A política de educação especial tem como objetivo a inclusão, no sentido amplo, mas ainda assim segrega e exclui dentro de um sistema educacional que deveria ser para todos. Dentro deste contexto educacional segregacionista as diferenças passam a serem enfatizadas, sendo necessária uma reflexão e análise de todos os envolvidos, pois para pensar em uma educação para os surdos é necessário considerar suas particularidades e suas experiências visuais espaciais, só assim poderemos proporcionar uma educação que reconheça as diferenças e potencialidades.

Para Lopes (2015, p. 108), no contexto escolar as representações sobre a “normalização do surdo” são de um sujeito doente, o que impossibilita que eles reivindiquem seus direitos na escola e, conseqüentemente, em outros espaços e até mesmo na mídia. A autora também enfatiza que na escola de surdos, encontraremos surdos que possuem diferenças, como raça, religião, situação econômica, sexo e identidades e que independente de ser surdo ou não, a escola não pode ser vista como um ambiente disciplinador, pois deve ser pensada na perspectiva dos “diferentes na diferença”, pois o surdo deve ser respeitado e considerado um sujeito com múltiplas identidades e cultural.

Os estudos culturais incentivaram as novas descobertas para uma pedagogia voltada aos surdos. Silva (2000, p 97) afirma que, “a questão da identidade, da diferença e do outro é um problema social ao mesmo tempo em que é um problema pedagógico e curricular”. Para Lopes (2015, p.112) a escola produz, organiza e determina as identidades estereotipadas, percebe-se isso na educação dos surdos, pois o desconsidera como sujeito diferente, cultural e de múltiplas identidades.

Esta representação estereotipada é explícita devido à falta de conhecimento da cultura surda. Os surdos, enquanto sujeitos atuantes, percebem esta representação negativa ao interagirem com os ouvintes. A partir deste contato os

surdos se sentem excluídos, demonstram dificuldade em entender essas diferenças, levando-os a uma crise de identidade. Ainda de acordo com Silva (2000, p.97), identidade “é um problema social porque, em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente, é inevitável”, por isso a importância do surdo ter contato com seus pares, mesmo com as múltiplas identidades surdas. O autor afirma também que, “mesmo quando explicitamente ignorado e reprimindo a volta do outro, do diferente, é inevitável, explodindo em conflitos, confrontos, hostilidades e até mesmo violência. O reprimido tende a voltar - reforçado e multiplicado” (SILVA, 2000, p.97) Fortalecendo essas múltiplas identidades e a cultura surda, os diversos movimentos surdos buscam lutar pelo direito a uma escola para surdos e pelo reconhecimento da língua de sinais nas escolas.

Os movimentos surdos têm como legítima e contínua, uma luta que visa uma educação bilíngue que possibilite um ensino de qualidade e que contribua, efetivamente, para a formação deste grupo específico. Silva (2000, p. 100), refere-se a uma “política pedagógica e curricular de identidade e diferença [...], ela tem que colocar no seu centro da teoria, que permita não simplesmente reconhecer e celebrar a diferença e a identidade, mas questioná-la”. A escola, como um ambiente coletivo, deixa marcas profundas naqueles que passam por ela, seja de maneira positiva ou negativa, tem grande influência na vida social das pessoas. Na fala de uma das entrevistadas, Maria, de 31 anos, podemos perceber a ausência de uma escola em que os surdos se sentissem incluídos.

Antes, quando eu era criança, não existia escola bilíngue, não existia intérprete, escrevia, fazia mímica, cresci junto com o Eduardo, na mesma sala, sofriamos muito. Agora enfrentamos barreiras, é preciso querer avançar, falta em Joinville, como precisamos! Por que surdo é a própria língua, libras primeira língua e português, segunda língua (MARIA, 2017)

Ao longo dos anos a comunidade surda vem travando lutas no espaço escolar. Quadros (2003, p.96), ressalta que os surdos têm direito de se manifestar e ter acesso ao conhecimento através da língua de sinais no ambiente escolar, “a língua é início, o meio e o fim das interações sociais, políticas e científicas”. Muito mais que permitir a manifestação é necessário conhecer, promover, socializar e valorizar a língua e suas especificidades.

Dentre os aspectos que norteiam o desenvolvimento de qualquer sujeito, para a sua comunicação com as pessoas que convive, é primordial a aquisição da linguagem. De acordo com Lacerda (1998, p.38), a linguagem é:

[...] uma atividade constitutiva dos sujeitos. É nela, por ela e com ela que nós, seres humanos, nos tornamos humanos, nos aproximamos da cultura circundante e temos acesso aos conhecimentos construídos ao longo da história da humanidade. Além disso, uma das características fundamentais da linguagem é permitir a flexibilidade. Ela tem a propriedade e a possibilidade de remeter a si mesma. Ou seja, fala-se da linguagem com e pela linguagem.

A educação bilíngue de surdos no Brasil é garantida pela Lei, como também é recomendada pelo Ministério da Educação (MEC), como sendo uma proposta válida e eficaz para o ensino das duas línguas reconhecidas pelo país: Língua Portuguesa e Libras, necessárias para a inclusão social efetiva destes sujeitos.

O Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, em seu capítulo VI, artigo 22, enfatiza que as instituições federais de ensino, responsáveis pela educação básica, devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

- I – escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
- II – escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes de diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como a presença de tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa. (BRASIL, 2005)

No artigo 22, parágrafo 1º, este decreto destaca como instituição ou classe de ensino bilíngue “aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam língua de instrução utilizada no desenvolvimento de todo o processo educativo”. (BRASIL, 2005).

O reconhecimento pela Lei Brasileira nº 10.436/2002, da Libras como língua oficial, abriu o caminho para a educação bilíngue para os surdos e a aceitação da existência de uma “cultura surda”.

Na proposta bilíngue entende-se a língua sinalizada como primeira língua dos surdos, é uma língua visual espacial. A língua sinalizada é reconhecida como L1,

sendo a primeira língua e a L2 o português na modalidade escrita, a criança se comunica através da Libras e, na modalidade escrita, com o português.

Desde o nascimento, a criança ouvinte tem a oportunidade de desenvolver a língua oral de forma natural e é, por meio desta, que poderá vivenciar experiências de seu cotidiano e se comunicar de forma efetiva e, a cada dia, desenvolver sua linguagem. As crianças surdas adquirem a linguagem de forma diferente das crianças ouvintes, sendo que as crianças surdas filhas de pais ouvintes, enfrentam algumas dificuldades na aquisição da linguagem, pois não usam a mesma língua que seus pais, prejudicando a comunicação entre eles, não havendo estímulos suficientes para que essa criança desenvolva a sua língua natural, no caso a Libras.

Para Quadros (1997, p.27),

Língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que usam essa língua [...], então as pessoas surdas têm direitos de ser ensinadas na língua de sinais.

Para os pais de surdos a maior angústia que os aflige não é a surdez, mas a falha na comunicação por causa dela. Muitos pais não têm sido informados a respeito da importância da língua de sinais para o desenvolvimento pleno e as possibilidades de adquirir, de forma natural, os conhecimentos e ensinamentos transmitidos por eles.

Segundo Sacks (1990, p.132), cerca de 95% das crianças surdas nascem de pais ouvintes. Normalmente, é uma língua oral com a qual a criança é abordada pelos pais. Quando se descobre que a criança, afinal, é surda, os pais nada ou quase nada fazem para lhes ensinar uma língua de sinais, pois, geralmente, não estão preparados para tal. A reação de uma família ouvinte em relação ao diagnóstico de uma criança surda é complexa e variável. Conforme Bittencourt; Mendonça; Silva (2010, p.186) em suas pesquisas com crianças e famílias surdas, percebe-se que frente ao diagnóstico do filho, as reações das famílias são diversas, conseqüentemente fragilizando a relação entre ambos, pois há uma frustração ao saber que existe uma criança surda dentro deste contexto familiar. Quando os pais descobrem que seu filho é surdo tem um período de aceitação e adaptação, visto que todo o cotidiano dessa família passa por um processo de transformação, e essa adaptação pode levar meses ou anos. Muitos pais, quando se deparam com essa situação, buscam alternativas que são pouco viáveis: acreditando que seu filho possa ouvir ou tornar-se semelhante ao

ouvinte pela oralização pela leitura labial, buscam tratamento clínico e educação oralista, na tentativa de oferecer ao surdo a oportunidade de se constituir como sujeito por meio da linguagem oral. As pesquisas de Bittencourt; Mendonça; Silva (2010, p.191), confirmam que o desconhecimento e o preconceito acerca da Língua Brasileira de Sinais pelas famílias, revela que a mesma é utilizada apenas como recurso provável e posterior para oralização do filho. Isso acarreta um prejuízo no desenvolvimento da língua e se dá pelo fato do não acesso às informações que possibilitam a consciência da família em relação à aquisição da língua. Em alguns casos de crianças surdas, as famílias recorrem aos implantes cocleares ou aparelhos auditivos, na expectativa de que seu filho poderá escutar. Porém, com o passar dos anos, percebem os prejuízos irreversíveis para o futuro, de acordo com Sá (2012) quando se defende uma educação bilíngue, não está se afirmando que o desenvolvimento cognitivo depende exclusivamente do domínio de uma única língua, mas sim, “que dominar uma língua garante melhores recursos para cadeias neuronais envolvidas no desenvolvimento cognitivo”. (SÁ, 2012, p.86)

Conforme Bittencourt e Montagnoli (2007, p. 247), crianças surdas em fase de reabilitação, podem sofrer com as expectativas das famílias, pois são cobradas em relação à fala. Devido a este anseio, de que o filho desenvolva a língua oral, algumas famílias desprezam a língua de sinais. Isso ocorre também em relação ao uso do aparelho auditivo e o que este representa, pois gera expectativas e sentimentos ambíguos, como a retomada da audição ou a efetivação da surdez, conseqüentemente, podendo gerar um retrocesso no processo de aceitação. Segundo Quadros (1997, p. 29):

[...] não é um problema da criança por ser ela surda, mas um problema social que pode gerar conseqüências irreversíveis no desenvolvimento da criança caso não seja oferecido a ela o direito de ter acesso à aquisição de uma língua formal.

É de extrema importância que essa criança surda e seus pais estabeleçam contato com a língua de sinais mais cedo possível, aceitando a surdez como diferença e a língua de sinais como forma de comunicação. Conforme Bittencourt; Mendonça e Silva (2010, p.191), “é importante que os familiares se conscientizem que é através da língua de sinais que o surdo se desenvolve plenamente sendo fundamental que o acesso à língua de sinais seja feito o mais precocemente possível”. Não havendo esse contato, a criança pode apresentar atrasos no desenvolvimento da linguagem e de

comunicação e no desenvolvimento cognitivo e emocional. A família precisa ser orientada sobre a importância da língua de sinais para o desenvolvimento de seu filho.

Segundo Quadros (1997, p. 29):

Os profissionais que assumem a função de passarem as informações necessárias aos pais devem estar preparados para explicar que existe uma comunicação visual (a língua de sinais) que é adequada à criança surda, que essa língua permite à criança ter um desenvolvimento da linguagem análogo ao de crianças que ouvem, que essa criança pode ver, sentir, tocar e descobrir o mundo a sua volta sem problemas, que existem comunidades de surdos; enfim, devem estar preparados para explicar aos pais que eles não estão diante de uma tragédia, mas diante de outra forma de comunicar, que envolve uma cultura e uma língua visual-espacial.

O uso da língua de sinais facilita a comunicação nos primeiros anos de vida, pois o bebê surdo demonstra facilidade em aprender, de forma espontânea, a língua de sinais. Segundo Kyle (1999), a criança surda desde a primeira infância deve ter contato com a língua de sinais, pois esta língua é natural para os surdos, podendo ser adquirida espontaneamente através deste contato. No caso das crianças surdas, cujos pais são ouvintes, quanto mais cedo essa criança tiver contato com a comunidade surda, mais contribuirá para o desenvolvimento de sua linguagem.

À criança ouvinte é oferecida a oportunidade de adquirir a língua oral de forma natural, o contato com seus pares, onde é permitido realizar trocas comunicativas, vivenciar situações de seu cotidiano e assim, adquirir uma língua efetiva e constituir sua linguagem. Já para as crianças surdas, filhas de pais ouvintes, esse processo de aquisição da linguagem não irá acontecer de forma natural, pelo fato de em sua família, predominar a língua oral.

O contato com adultos surdos é primordial para a criança surda adquirir o aprendizado da língua de sinais o mais precoce possível, esse adulto irá facilitar à criança a aquisição da língua. Por meio deste contato, a criança surda tem a oportunidade de aprender uma língua e encontrar sentido no mundo que a cerca. A partir do momento em que a criança surda adquire sua língua natural, no caso do Brasil, a Libras, ela se torna capaz de adquirir a sua segunda língua, a Língua Portuguesa, tornando-se um sujeito bilíngue.

As crianças surdas em contato com a língua de sinais aprendem de forma natural, como as crianças ouvintes a linguagem oral. Elas assimilam de forma natural

a língua de sinais sem uma instrução específica, começam a produzir sinais, mais ou menos na mesma idade em que as crianças ouvintes começam a falar. A criança surda demonstra facilidade em aprender a Língua de Sinais, partindo do princípio que todo indivíduo adquire uma linguagem e por meio dela adquire uma língua.

Diante da constatação de que a criança surda pode ser alfabetizada na Língua portuguesa na modalidade escrita, após ter aprendido precocemente a sua língua materna, a Libras, a Lei Brasileira de Inclusão garantiu que as crianças surdas fossem incluídas nas escolas regulares, fato que, de certa forma, trouxe benefícios a todas as crianças que possuem deficiências, mas, especificamente, no caso dos surdos, têm ocorrido diversas discussões acerca de que essa inclusão não tem benefício algum.

Ao pensar em uma proposta educacional que contemple os surdos, deve-se pensar em atender a várias questões fundamentais, uma das mais importantes são as implicações linguísticas, ou seja, a questão da linguagem. Isso implica em uma reflexão que deve ser discutida com os maiores interessados, os surdos.

De acordo com Quadros (2003, p 103), os contextos educacionais atuais não têm proporcionado o desenvolvimento pleno das crianças surdas, dentro das políticas de inclusão para a educação de surdos. Há necessidade de refletirmos sobre três questões:

- a) a questão da língua ao analisar-se o processo educacional mediante a proposta de inclusão;
- b) a interação com os outros surdos que compartilham uma língua com uma mesma história é fundamental para o desenvolvimento da cultura, da identidade surda e da própria construção do conhecimento;
- c) a aquisição da linguagem e a interação com outros surdos podem garantir às crianças o acesso aos instrumentos que sua cultura oferece para pensar, aprender e manipular com o conhecimento tornando-as capazes de ser sujeitos de um grupo com identidade cultural (QUADROS, 2003, p 103).

Levando em consideração todas as questões ressaltadas, a participação da comunidade surda nos processos de elaboração, discussão e nas tomadas de decisões no que tange a suas angústias e necessidades, está longe de ocorrer; há muito que ser reivindicado, seja no âmbito educacional ou cultural.

Para concluir essa discussão sobre a educação e enfatizar a importância da educação bilíngue para os surdos, escolhi as palavras de uma das entrevistadas, que demonstra um desejo de mudança em nossa cidade:

Eu quero cultura surda, tenho vontade de conhecer, ter informações, desejo de uma escola Bilíngue é muito importante a educação para crianças surdas, elas precisam se desenvolver, brincar, aprender sinais em libras. Tenho vontade de comunicação, é muito importante a cultura surda, o contato, mostrar imagens, fazer e ensinar o sinal [...]. A criança cresce e como fica o conhecimento dela? Por que não tem esse processo de ensino da escola bilíngue própria, com fluência em Libras? A aquisição do conhecimento dela é idêntica à do ouvinte, a criança ouvinte aprende ouvindo e escreve, a criança surda também aprende. Também se tiver essa educação visual com intérprete fluente, ela vai conseguir desenvolver melhor a cultura. [...] precisa escola aqui em Joinville (MARIA, 2017)

1.4 AS ASSOCIAÇÕES E OS SURDOS NA CIDADE DE JOINVILLE

Aquilo que é denominado “comunidade surda” tem como característica ser composta por um grupo de pessoas que convivem em um determinado local, que compartilham objetivos comuns e lutam pelas conquistas dos mesmos em conjunto.

A comunidade surda apresenta características distintas de outras comunidades, pois pode fazer uso da língua de sinais e por este motivo, interage e percebe o mundo através da modalidade espaço-visual, sendo peculiarmente diferenciado das pessoas que se comunicam na modalidade oral-auditiva, portanto apresenta costumes, histórias, estrutura social e cultura próprias. (STROBEL, 2009, p.37).

A comunidade surda pode ser composta tanto por sujeitos surdos como de ouvintes, que podem ser famílias, intérpretes, amigos, professores, entre outros, que participam em um determinado local e partilham interesses em comum com o “povo surdo” que é referido por Strobel (2009, p.33):

Aos sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independentemente do grau de evolução linguística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços.

Por fazer parte de uma comunidade que tem características linguísticas diferentes, a inclusão dos sujeitos surdos em uma comunidade majoritariamente ouvinte não atende às especificidades desse povo surdo, por este motivo a

importância social das associações, federações, entre outras que compartilham da mesma cultura tendo a língua de sinais como primeira língua.

Como visto no capítulo 1, a comunicação tem um papel significativo para que as representações sociais aconteçam, tanto no individual quanto no coletivo. Moscovici (2009, p.40) destaca, que “todas interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações”.

Sá (2012, p.124), enfatiza essas representações quando diz que:

No encontro com os outros, os surdos começam a narrar-se, e de forma diferente daquela através da qual são narrados pelos que não são surdos. Começam a desenvolver identidades surdas, fundamentadas nas diferenças. Estabelecem, então, contatos entre si e, através destes, fazem trocas de diferentes representações sobre a (s) identidade (s) surda (s).

No mesmo parágrafo a autora destaca a importância da conscientização e o fortalecimento da comunidade/cultura surda aos domínios da cultural dominante:

Quando as pessoas surdas se conscientizam de que pertencem a uma comunidade/cultura diferente ou de diferentes, essa consciência as fortalece para oferecer resistência às imposições de outras comunidades/culturas dominantes. (SÁ, 2012, p.124)

Há algum tempo, as associações de surdos eram consideradas espaços de marginalizados, estigmatizados e excluídos perante a sociedade. Atualmente, essas associações são consideradas espaços de sociabilidade, pois assim, os surdos podem se manifestar através da sua língua e fortalecer aspectos da sua cultura surda. São ambientes que promovem a interação entre surdos e ouvintes, sem distinção, contrariando as práticas ouvintistas que foram impostas por muitos anos a este povo. (STROBEL, 2009, p.29)

As associações de surdos têm como objetivo defender e lutar pelos direitos da comunidade surda, proporcionando a seus associados e familiares uma possibilidade de apoio e experiências, respeitando a individualidade e cultura de cada família. Tanto os surdos como os ouvintes fazem parte da comunidade surda, sejam familiares, cônjuges, amigos, professores, ouvintes que fazem trabalhos de assistência social e religiosa, ou intérpretes que participam ativamente em questões políticas e educacionais e, por isso, estão sempre nas comunidades, tornando-se membros. A convivência possibilita a interação em momentos livres, cursos, oficinais, assembleias, eventos culturais, atividades desportivas, dentre outras.

As associações de surdos possuem estatutos e são administradas por diretrizes e regulamentos próprios. Possuem pessoas associadas que podem contribuir tanto voluntariamente como por meio de um valor mensal. As associações, geralmente, contam com apoio de empresas privadas, voluntários e até mesmo com outras associações para desenvolver algumas atividades, eventos ou palestras em prol da comunidade surda.

Segundo Strobel (2009, p.42):

A associação de surdos representa importante espaço de encontro entre os sujeitos surdos da comunidade surda. Importantes movimentos em prol da causa de surdos se originaram e ainda se resultam das reuniões e assembleias nas associações de surdos que ocorrem por todo o Brasil.

O histórico das comunidades surdas no Brasil tem uma longa trajetória. Representados pelas associações de surdos, federações de surdos, confederações, entre outros, o povo surdo brasileiro deixou muitas histórias e tradições em suas organizações nas comunidades surdas. Conforme Quadros (2017, p 34), a comunidade surda resistiu e ultrapassou os muros escolares, ao criar encontros fora do âmbito escolar, seja nas associações de surdos ou nas casas dos pares surdos, tendo esses espaços como um lugar de encontro, onde pudessem conversar, planejar outros encontros, organizar eventos, tendo a Língua Brasileira de Sinais preservada e disseminada.

Cuche (1999, p.10), afirma que:

A cultura permite ao homem não somente adaptar-se a seu meio, mas também adaptar este meio ao próprio homem, as suas necessidades e seus projetos. Em suma, a cultura torna possível a transformação da natureza.

As associações foram criadas com o intuito de atender à necessidade do povo surdo de se unir e resistir às práticas ouvintistas. As associações de surdos representam um importante espaço de encontro entre sujeitos surdos e ouvintes na comunidade surda.

As associações de surdos são consideradas os espaços mais conhecidos, como espaço cultural, pelo povo surdo brasileiro, pois é por meio delas que acontecem diversos movimentos e lutas pelo direito do povo surdo. A política é um dos principais objetivos das associações de surdos, visto que se discutem, por meio de reuniões e assembleias, os interesses, os direitos ou até mesmo reivindicam, junto aos órgãos

públicos, um espaço para que se estabeleça a sede própria da associação cedida ou alugada.

No Brasil, além das associações, existem outras comunidades surdas, que contribuíram para a luta e conquista dos direitos dos surdos como destaca Strobel, (2009, p. 42):

Federação Nacional de Educação de Surdos / FENEIS: é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos com finalidade sociocultural, assistencial e educacional que tem por objetivo a defesa e a luta dos direitos da Comunidade Surda Brasileira. É filiada à Federação Mundial dos Surdos.

Confederação Brasileira de Desportos dos Surdos / CBDS. Esta confederação organiza e regulamenta muitas práticas de muitas modalidades de esportes de povo surdos, também promove competições entre as associações de surdos e outros.

Federação Estaduais Esportivas de Surdos. Promove intercâmbios de esportes dentre as várias associações de surdos do Estado.

Outras Instituições: associações de pais e amigos de surdos, Associações de intérpretes de Libras, escolas de surdos e outros.

Representantes religiosas: pastorais de surdos, ministério de keiraihaguai, grupos de jovens de igrejas, etc.

De acordo com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS, 2015) para organizar uma associação é necessário que um grupo de surdos elabore o estatuto explicitando os objetivos e seu funcionamento e registrando-o sem cartório. Seguindo o Modelo da fundação da Associação de Surdos da FENEIS, as associações têm como objetivos:

[...] reunir a comunidade surda, em nível local, por meio de contatos sociais, culturais e esportivos, para extinguir seu isolamento; promover a socialização do surdo, por meio da utilização da Língua de Sinais; defender o espaço da Língua de Sinais como língua específica da minoria que representa; promover cursos de Língua de Sinais para os surdos; participar do treinamento e capacitação de intérprete da Língua de Sinais; atender individualmente a pessoa surda em situação de necessidade; representar os surdos na cidade em que estiver; zelar pela melhoria das condições da comunidade surda; ampliar conhecimentos e manter intercâmbio com os surdos de outros locais do país; divulgar as capacidades dos surdos nas diversas áreas, especificamente na área profissional; promover a integração entre os membros da comunidade surda, entre a comunidade surda e a ouvinte e entre o surdo e a família; organizar e apoiar encontros, seminários e palestras acerca da surdez e suas consequências em nível local; firmar convênios com empresas prestadoras de serviços locais especializados; promover qualificação e aperfeiçoamento da pessoa surda via convênios com entidades profissionalizantes da comunidade; atuar junto à Secretaria do Trabalho com vistas à inserção do surdo no mercado de trabalho; lutar pela igualdade, justiça e integração social; lutar pela conquista de espaço e dos direitos do surdo de forma que ele possa exercer plenamente sua cidadania (FENEIS, 2015).

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos enfatiza que “os surdos têm direito de organizar associação, não somente para lutar por seus

interesses perante a sociedade, mas também para promover seu desenvolvimento social.” (FENEIS, 2015)

De acordo com o censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem no Brasil cerca de nove milhões de pessoas com deficiência auditiva. Entre elas, 344.205 não ouvem de modo algum e 1,7 milhão têm grande dificuldade em ouvir. Santa Catarina tem o total de 305.833 pessoas com deficiência auditiva, das quais aproximadamente 10,4 mil não conseguem de modo nenhum ouvir e 62.121 pessoas ouvem com grande dificuldade. Em Joinville são 21.167 pessoas com deficiência auditiva, com 1.036 pessoas que não ouvem de modo algum e 4.053 que ouvem com grande dificuldade (IBGE, 2010).

Segundo o Art. 2º do Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005:

É considerada pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras (BRASIL, 2005).

Atualmente, no Brasil, tem se intensificado a discussão sobre a relação entre cultura e direitos humanos, bem como o papel dessas questões para o combate à exclusão, mas ainda há necessidade de aperfeiçoamento.

De acordo com a Declaração dos Direitos Humanos em seu Art. 19:

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (ONU, 1948).

Dessa forma, considerando os surdos que se manifestam por meio da Libras, eles têm direito de receber e transmitir as informações e ideias através da sua língua materna, ou seja, a língua de sinais: Libras. A acessibilidade é um princípio e um direito humano, é através desta que se garante o direito de se constituir como humano, ou seja, por meio do acesso à informação, comunicação e direito de oportunidades igualitárias sem distinção.

Em Joinville, a maior cidade do estado de Santa Catarina, conforme o IBGE/2010, possui 10% de surdos de todo o estado de Santa Catarina, não há escolas que atendam suas especificidades, conseqüentemente, tem-se uma defasagem no

processo de desenvolvimento desses sujeitos desde a primeira infância. Nesta situação, a aquisição da linguagem é tardia, além do que grande parte dessa população de surdos nasce em famílias ouvintes, ou seja, não tem contato com a língua materna, mesmo sendo um direito da criança surda através do reconhecimento pela Lei nº 10.436 de 2002 da Libras –Língua Brasileira de Sinais, como meio legal de comunicação e expressão dos surdos brasileiros.

O termo inclusão começou a ser difundido no início da década de 1980, possibilitando mais visibilidade às pessoas com deficiência que, por muito tempo, não tinham os mesmos direitos que todos, eram excluídos dentro de suas próprias famílias e privados de uma vida em sociedade. Apesar das leis garantirem os direitos da pessoa com deficiência, eles ainda sofrem preconceitos, já que há falta de fiscalização para que as leis garantam seus direitos, pois incluir é muito mais que estar inserido, é fazer parte.

Sassaki (1999, p.3), define inclusão social como:

[...] o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre as soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Respeitar a cultura surda e a língua brasileira de sinais é muito mais que possibilitar sua manifestação, é proporcionar que essas pessoas tenham acesso às informações, tendo acesso aos bens culturais, como também proporcionando interações por meio das trocas com seus pares, através da Língua de Sinais.

As associações têm grande influência na garantia dos direitos dos surdos e são espaços de referência para eles. Strobel (2009, p.78), diz que “historicamente o povo surdo brasileiro transmitiu muitas tradições em suas organizações das comunidades surdas. O espaço cultural mais conhecido de todos são as associações de surdos”

Em visita ao Arquivo Histórico de Joinville, fui pesquisar para ter conhecimento de algum registro sobre a antiga associação de surdos na cidade e encontrei apenas um artigo do jornal **A Notícia**, datado de 12 de julho de 1988 que registra a primeira associação denominada Associação dos Deficientes Auditivos de Joinville - ADAJ. A

associação foi criada com o objetivo de integrar todas as pessoas com deficiência auditiva da região, tendo como expectativa o aumento gradativo dos atendimentos de pessoas, pois iniciou com 25 filiados adultos, estudantes do período noturno que cursavam as 3^o a 4^o séries do Conjunto Educacional Governador Celso Ramos. Esses alunos, que frequentavam a associação, eram incluídos junto com os demais alunos ouvintes em sala de aula. A matéria do jornal afirma ainda, que a associação, na época, era pioneira na alfabetização de surdos e desenvolvia um trabalho organizado que complementava o que já era realizado pelo Conjunto Educacional Governador Celso Ramos, o qual atendia 105 crianças com deficiência auditiva. As atividades eram realizadas todas as quintas-feiras no período noturno. Não foram encontrados registros dos motivos que levaram ao fechamento dessa associação e nem mesmo da existência de outras associações de surdos nesse período.

Somente em 15 de setembro de 2009 foi fundado o Instituto Joinvilense de Assistência ao Surdo – IJAS, que desenvolveu atividades esporadicamente, pois necessitava investimento no espaço e parcerias para desenvolver seu trabalho. Em 2012, o IJAS formou uma parceria com a FUNDAMAS (Fundação Municipal Albano Schmidt, fundada em 1966) e a Casa Brasil, projeto do Governo Federal no Programa Inclusão Digital da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia (SECIS – MCT) aumentando o número de unidades na região de Joinville, que passou a se instalar no mesmo local do IJAS, compartilhando o mesmo local, sendo nomeada por Casa Brasil Sul IJAS. A partir desta parceria, todos os cursos ministrados pela FUNDAMAS e Casa Brasil Sul, juntamente com o grupo IOS (Instituto da Oportunidade Social – TOTVS) são interpretados em Libras. O Instituto Joinvilense de Assistência ao Surdo - IJAS é um órgão não governamental sem fins lucrativos que tem como finalidade buscar parcerias com a comunidade, promovendo a inclusão das pessoas com deficiência na defesa e garantia de seus direitos, como também constituir e concretizar projetos, programas e festas comunitárias de cunho beneficente, envolvendo a arte e os esportes. O instituto conta com funcionários da prefeitura em algumas funções, como também voluntários que atuam com alfabetização e reforço no horário contraturno para surdos e cursos de Libras abertos à comunidade em geral. Além disso, o instituto também atua em parceria com a Câmara de Vereadores de Joinville, pela Escola do Legislativo, com o curso de Libras, que tem como objetivo formar profissionais do setor

público. O IJAS oferece cursos para atuação profissional tanto para o público em geral, como também para pessoas com deficiência, como artesanato, informática, corte e costura, pintura, panificação e aulas de Muay Thai. (PORTAL INCLUIR, 2015)

Em Joinville, foi fundada, no dia 08 de novembro de 2016, uma nova associação, a Associação de Apoio aos Surdos de Joinville - AASJLLE, que tem como objetivo apoiar e garantir, às pessoas surdas, direitos como educação, saúde, acesso à cultura, entretenimento e cidadania, ou seja, acessibilidade em todos os segmentos da sociedade.

O estatuto da Associação é composto por onze capítulos: da denominação, sede, duração, foro, objetivos e composição; dos associados: admissões, direitos e deveres; da organização social; da assembleia geral; assembleia geral extraordinária; da diretoria; do conselho fiscal; dos recursos financeiros; do processo eleitoral; do patrimônio, das receitas e das despesas e das disposições gerais.

Os objetivos da associação contemplam a inclusão do povo surdo em diversas situações, mas tendo como primeiro objetivo a implantação da escola Bilíngue, sendo uma reivindicação que é manifestada por diversas associações do país.

No primeiro ano de existência da Associação de Apoio aos Surdos de Joinville – AASJLLE foram desenvolvidas diversas atividades com parcerias envolvendo a comunidade surda de Joinville, com voluntários da área da saúde, educação, assistência social, empresas privadas e universidade. Através das ações da associação houve um fortalecimento da cultura surda, promovendo cursos, palestras, diálogos entre surdos e surdos, surdos e ouvintes e surdos e família, disputando os campeonatos, torneios, festas da própria associação e parcerias entre associações de outros lugares, comemorações das associações e movimentos surdos. Os surdos trabalham e organizam eventos, excursões, almoços e trocam as informações com o auxílio das redes sociais, para fortalecer a cultura surda.

A AASJLLE tem enfrentado muitos desafios para promover esses eventos, pois necessita de um ambiente apropriado, sendo assim é preciso buscar parcerias que disponibilize um local próprio e acessível a todos. Atualmente os eventos e reuniões promovidos pela associação, são realizados em diversos locais, dependendo da disponibilidade. Alguns eventos ocorrem em universidades, escolas, museus, sede

dos Direitos Humanos, como também em residências dos membros da associação. A associação tem possibilitado a comunicação entre famílias e surdos, a informação e a valorização da pessoa surda, consciência dos direitos à cidadania e o fortalecimento da associação com a participação ativa dos surdos, interagindo e realizando ações que fundamentem o papel político da associação. (ESTATUTO, 2015)

2. ACESSIBILIDADE AO PATRIMÔNIO CULTURAL

O acesso ao patrimônio cultural é um direito, seja por meio da memória, seja através da fruição e apropriação dos bens culturais. No entanto, a acessibilidade não se limita a adequação física dos espaços, diz respeito também ao direito à informação. O Brasil é um país que possui um número significativo de leis que garantem a acessibilidade das pessoas com deficiência nos espaços, mas é necessário que sejam colocadas em prática. Como a acessibilidade e a comunicação são pontos decisivos para a construção de representações que serão discutidas, neste capítulo, as leis que contemplam o direito à acessibilidade dos surdos ao patrimônio cultural, por meio da Língua Brasileira de Sinais e as metas que o Plano Nacional de Cultura contempla e que são direcionadas à comunidade surda. Pretende-se, ainda, discutir quais leis municipais da cidade de Joinville, relativas à inclusão dos surdos ao patrimônio municipal da cidade, que são realmente cumpridas.

2.1 O DIREITO DO SURDO AO PATRIMÔNIO CULTURAL

A partir da Constituição Federal de 1988, ampliou-se a noção de patrimônio cultural no Brasil, ao se reconhecer a existência de bens culturais de natureza imaterial e estabelecendo outras formas de preservação, como o Registro e o Inventário. Desde então uma série de decretos e leis foram implementados nos estados e municípios visando responder às diretrizes de nossa Carta Magna.

Atualmente tem se intensificado em todo mundo a discussão sobre a relação entre cultura e direitos humanos, bem como o papel dessas questões no combate à exclusão. A Constituição Federal Brasileira de 1988 define o Patrimônio Cultural é como:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I - as formas de expressão;

- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Ainda de acordo com a Constituição Federal de 1988, o artigo 23, diz que é de incumbência do poder público proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência, o artigo 215 também diz que o estado se compromete a garantir “a todos o pleno exercício dos direitos humanos e acesso às fontes da cultura nacional”.

A Constituição também busca disseminar uma visão mais ampla do patrimônio, concretizando a amplitude e pluralidade da cultura brasileira, sendo a patrimonialização dos bens materiais e imateriais, consequência destes desdobramentos.

O patrimônio cultural tem como uma de suas funções sociais atribuir-nos a sensação de pertencimento por meio de histórias em comum, como também possibilitar-nos a localização no tempo e no espaço, sendo ele uma articulação entre o que passou e o que estamos vivendo. Quando essa articulação acontece o patrimônio assume a sua função.

Para Gonçalves (2009, p. 27), o patrimônio é:

[...] usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre céu e terra e entre outras posições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas.

O patrimônio cultural provoca a sensação de pertencimento dos indivíduos, permite que sintam a necessidade e o interesse de fruir deste patrimônio, sendo assim, para que o indivíduo preserve e proteja este patrimônio, deve estar integrado à comunidade em que está inserido. Para que a fruição seja possível são necessárias intervenções que possibilitem que esse patrimônio esteja acessível a todos e para que tenha sentido, que seja fruído no agora, no presente.

O Patrimônio cultural pode ser considerado pelo grupo social, através da valorização de sua história, costumes, hábitos, língua, algo que está inserido na memória das pessoas do lugar. As crenças, visões de mundo, saberes, fazeres, como

as pessoas se comunicam, suas histórias revelam a cultura de um povo. Refere-se, portanto, a um processo dinâmico que visa transmitir às gerações, as práticas, valores, sentimentos que se transformam e são ressignificados, de acordo com os contextos que os indivíduos estão inseridos, mas é também um campo de constantes disputas e relações de poder.

Para Brayner (2007, p.12):

A ideia de patrimônio não está limitada apenas ao conjunto de bens materiais de uma comunidade ou população, mas também se estende a tudo aquilo que é considerado valioso pelas pessoas, mesmo que isso não tenha valor para outros grupos sociais ou valor de mercado.

De acordo com Kraish (2007, p.4), através da memória, os indivíduos podem reconhecer, preservar fatos e informações que contribuem para a construção da memória individual ou coletiva, portanto ela é essencial para construção da identidade.

Segundo Pollak (1992, p. 5):

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Os campos do patrimônio cultural estabelecem relações sociais e as mesmas são sempre ambíguas, pois as relações de poder determinam qual memória e identidade poderão ser resguardadas e difundidas. Pollak (1992, p.5) coloca que “é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros”. Isso mostra que memória e identidade no sistema social ou intergrupar, possuem valores disputados e políticos diversos.

Assim, com o passar do tempo, os significados atribuídos a esses bens culturais podem ser transformados e ressignificados dependendo da comunidade, o que foi importante para determinado grupo, pode ser que não seja importante e não tenha o mesmo valor para outro, conseqüentemente, esses bens culturais são valorizados ou não.

Para Funari e Pelegrini (2009, p. 23):

As memórias e referências do passado fundamentam, por um lado a coesão entre os indivíduos que compartilham afetos, sensibilidades, tradições e histórias. E por outro, evidenciam diferenças culturais que podem favorecer a aceitação da diversidade como valor essencial para o indivíduo em sociedade.

Ainda para Funari e Pelegrini, o patrimônio de acordo com a história é estabelecido e carrega o sentimento de pertencimento seja individualmente ou em grupo, ou seja, algo que recebemos experiências no presente e que são transmitidos por heranças, nos assegurando uma identidade cultural.

Quando um sujeito ou o grupo social se apropria de um determinado espaço, conseqüentemente estes se sentem pertencentes ao lugar. Dentro do contexto do patrimônio cultural esse sentimento de pertença não diz respeito apenas à dimensão espacial, mas sim o quanto este sujeito é envolvido seja por meio da construção, valorização e preservação. Este processo de apropriação contribui principalmente para que o sujeito se sinta pertencente ao patrimônio cultural. O patrimônio é de fundamental importância no processo de identificação coletiva onde a ligação entre passado e presente, acontece através de referências sociais, culturais, ideológicas e psicológicas que contribuem para a constituição da sua identidade. (FARIAS, 2011, p.29).

Considerando que a maneira como o sujeito surdo se manifesta é através da Libras, esta pessoa teria o direito de receber e transmitir as informações e ideias por meio de sua língua materna. No artigo 27º parágrafo 1º, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirma-se que “toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam” (ONU, 1948) e expressa a necessidade de garantir os direitos essenciais, entre eles, os direitos difusos tendo os direitos humanos como objetivo em suas relações.

O acesso aos direitos culturais faz parte do rol de direitos humanos e que são essenciais para todas as pessoas. A Declaração dos Direitos Humanos garante a toda pessoa, o direito de criar e difundir seus trabalhos; uma educação de qualidade que respeite sua particularidade e sua identidade cultural; manifestar suas práticas culturais e de participar ativamente da vida cultural em sociedade.

Pela Constituição Federal, o acesso ao patrimônio é um direito firmado, expresso no artigo 215 da Carta Magna, que afirma que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988), sendo uma questão de interesse coletivo e que deve ser conduzida de modo que todos os sujeitos possam participar ativamente no processo cultural da sociedade na qual estão inseridos. Portanto, o patrimônio cultural é essencial para o sentido de pertencimento à comunidade, sendo assim é vital que todas as pessoas tenham acesso a ele.

O conceito de acessibilidade é definido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, como uma “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliário, equipamento urbano e elementos” (ABNT, 2008, p. 2)

O Decreto 5.296 de 2004 apresenta de forma objetiva a relevância de que acessibilidade é muito mais do que construir rampas, mas, sim, proporcionar meios para que o conhecimento ultrapasse as barreiras arquitetônicas. Conceitos de acessibilidade e barreiras são claramente explicitados no Art. 8º:

I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em: [...]

d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação. (BRASIL, 2004)

Mesmo que a lei favoreça para que todos tenham acesso a esse patrimônio, a remoção de barreiras nem sempre é de cunho material, pois muitas pessoas, não frequentam os espaços por falta de acessibilidade na comunicação, como especificamente, os surdos. Mesmo que tenham outros recursos que facilitem essa comunicação como, legendas, vídeos em Libras com apoio da tecnologia e imagens, a comunicação por meio da Libras é essencial e nada a substitui no processo de

inclusão da pessoa que se comunica através dela, pois nessa comunicação acontece a interação.

Em 2008, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) elaborou a Norma Brasileira de Acessibilidade: Comunicação e Prestação de Serviços - NBR 15.599, que estabelece as normas da comunicação em museus, exposições e espaços culturais com o público que faz uso da Libras, destacando no item 5.4.1, alínea b, o “atendimento especializado em Libras por meio de articulador orofacial, devidamente sinalizado em todo material promocional” (ABNT, 2008, p. 9).

Devido à importância do acesso aos bens culturais na sociedade atual este tema tem despertado interesse em diversas áreas, pois, por muito tempo, as pessoas com deficiências foram excluídas de importantes espaços da sociedade, como escolas, igrejas, parques, espaços culturais, entre outros.

De acordo com a Lei 13.146, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que foi instituída em 2015, atualmente conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, todos os espaços culturais brasileiros também terão que se adequar às novas regras, possibilitando a garantia dos direitos das pessoas com deficiência entre elas os surdos. Especificamente com relação ao acesso ao patrimônio cultural, o artigo 42 da nova lei determina que:

Art. 42 A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

I - A bens culturais em formato acessível;

II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível;

III- a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos;

§ 1º É vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.

§ 2º O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. (BRASIL, 2015)

Já existiam leis que eram claras quanto aos direitos das pessoas com deficiência, mas a nova Lei Brasileira de Inclusão tem como foco no artigo citado, “igualdade de oportunidades” e no parágrafo 2º do inciso III, reforça o “acesso a todo patrimônio cultural”, sendo o poder público responsável por garantir esses direitos.

Será que as pessoas surdas têm conhecimento da lei e, principalmente, do que está explícito na mesma sobre a igualdade de oportunidades e o que é esse acesso ao patrimônio cultural; o que isso significa?

Conforme o capítulo II da mesma Lei, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, é de responsabilidade do poder público garantir este direito, o que está explícito no Art. 73:

Art. 73. Caberá ao poder público, diretamente ou em parceria com organizações da sociedade civil, promover a capacitação de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais habilitados em Braille, áudio-descrição, estenotipia e legendagem (BRASIL, 2015).

Fica claro nesse artigo da Lei que o poder público deve promover a formação dos profissionais intérpretes e tradutores para garantir o acesso à informação de maneira ética e clara aos surdos. Como anteriormente havia descrito neste trabalho, a Língua Brasileira de Sinais é uma língua com os mesmos parâmetros de uma língua oral, isso quer dizer que é necessária a formação específica para que garanta a seus usuários informações fidedignas para que possam agir de maneira crítica e reflexiva sobre a realidade.

2.2 PLANO NACIONAL DE CULTURA

O Plano Nacional de Cultura (PNC) foi instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, sendo elaborado em parceria com o poder público e representantes da sociedade civil e visa orientar o poder público quanto a formatação de políticas culturais no desenvolvimento de projetos, programas e ações que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural brasileira. (BRASIL, 2010). O Plano Nacional da Cultura tem como objetivo:

Fortalecer e definir políticas públicas que garantam o direito constitucional a cultura; proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; ampliação do acesso à produção e fruição da cultura e todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimentos socioeconômicos e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais.

O direito constitucional à cultura, podemos afirmar que não é um direito que se aplica a todo brasileiro, pois, por mais que as leis sejam específicas, ainda assim, os grupos minoritários, como os surdos, especificamente do que trata esta pesquisa, não possuem a garantia de acesso a patrimônio cultural de sua escolha. Além da exclusão, podemos discutir que esses indivíduos não possuem igualdade de condições para usufruir de seus direitos culturais, pois os surdos, além do não acesso à língua desde a primeira infância, a falta de acesso ao patrimônio cultural, são excluídos e calados ao mesmo tempo.

Um dos direitos fundamentais e indispensável na vida de qualquer indivíduo é a cultura. Os direitos culturais de acordo com (ROCHA; ARAGÃO. s.d., p.01) se denominam a valorização e proteção do patrimônio cultural “à produção, promoção, difusão e acesso democrático aos bens culturais, à proteção dos direitos autorais e a valorização da diversidade cultural”. Para os autores, os direitos estão diretamente ligados a concretização da democracia, ideais de cidadania e fator de desenvolvimento e o Estado tem o papel fundamental para que esses direitos sejam respeitados e cumpridos.

Até 2020, a lei que criou o PNC, busca atingir metas para a área da cultura. As metas do plano, em número de 53, foram discutidas e estabelecidas por meio da participação da sociedade e gestores públicos. Através do Sistema Nacional de Cultura, o êxito do PNC só acontecerá com envolvimento de todos os indivíduos federados a este plano. Na meta 29, o PNC traz que em 2020 deveremos ter “100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência”. No próprio PNC (2017, p. 161), consta que a meta 29 trata da garantia do atendimento à Convenção Internacional sobre os direitos das Pessoas com Deficiência e busca o cumprimento da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e do Plano Nacional da Pessoa com Deficiência, “Viver sem limite” (BRASIL, 2011).

Os direitos da pessoa com deficiência na Convenção Internacional têm como propósito no artigo 1º “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com

deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”. Logo em seguida, no artigo 2º, apresenta algumas definições que são importantes para esclarecer que “comunicação abrange todas as línguas, a visualização de textos, [...] os dispositivos de multimídia acessível, [...] meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicações acessíveis”. Esta informação é importante, pois, esclarece alguns conceitos que são ambíguos em relação a acessibilidade, mas que por outro lado, abre precedentes para que alguns critérios sejam cumpridos e outros não.

Ainda traz a definição de língua: “abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não falada”. Neste item, fica claro a definição de que língua brasileira de sinais é considerada como língua. Mais adiante traz a definição de “discriminação por motivo de deficiência”

Qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável;

Como já foi dito, no Brasil a inclusão no que se refere a acessibilidade da pessoa com deficiência, ainda tem muito que desenvolver, em relação a “discriminação por motivo de deficiência”. Este é um fator que influencia a na execução de políticas públicas, pois as mesmas não são colocadas em prática pelos municípios. Não promover o acesso das pessoas com deficiências aos espaços, é excluí-la por sua deficiência e, conseqüentemente, privá-la de seus direitos culturais.

Portanto, a convenção é objetiva no que diz respeito aos direitos culturais quando ressalta que esses direitos devem ser garantidos a todas as pessoas com deficiência, ou seja, ter acesso aos bens e atividades culturais em formato acessível, aos lugares e espaços que proporcionam ações relacionadas à cultura, além de promover o seu potencial artístico, criativo e intelectual e da importância de sua identidade cultural e linguística. A Lei 10.098, de 2000, institui regras gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiências ou

mobilidade reduzida, tratando da eliminação de barreiras, sejam elas atitudinais e/ou arquitetônicas, nos espaços e lugares públicos relacionados à cultura. (BRASIL, 2000)

Há a necessidade de mapear os espaços culturais no país, para que o Ministério da Cultura (MinC) e o Sistema Nacional de Indicadores e Informações Culturais (SNIIC) possam diagnosticar quais desses espaços são acessíveis as pessoas com deficiência. O MinC é o coordenador executivo do Plano Nacional de Cultura, e tem como responsabilidade o monitoramento das ações necessárias para que o plano tenha seus objetivos atingidos. Já, a responsabilidade pela coordenação técnica do PNC é da Secretaria de Política Cultural (SPC) do Ministério da Cultura.

Para a elaboração do Plano Nacional de Cultura foram utilizados dados e análises qualitativas e quantitativas fornecidos pelo Sistema Nacional de Indicadores e Informações Culturais (SNIIC), que tem como função:

A coleta, sistematização e interpretação de dados, além de fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais.

Partindo destas informações, para que as metas do Plano Nacional de Cultura sejam alcançadas sob a coordenação institucional do Ministério da Cultura, no último relatório em 2016 de acompanhamento das metas, foram apresentadas quais foram atingidas, sendo atualizadas através dos relatórios, tendo como propósito mapear e analisar as pesquisas realizadas no contexto cultural brasileiro por instituições públicas e privadas, promovendo e ampliando as informações. (PNC, 2017)

A meta 29 vem gradativamente sendo atingida, como mostram os dados de 2016: consta que 41% dos museus atendem requisitos legais de acessibilidade, sendo que 3.700 museus necessitam cumprir o que estabelece a meta. A quantidade de bibliotecas públicas é de 6.120, sendo que apenas 9% atendem aos requisitos legais de acessibilidade; dos centros culturais, apenas 6% dos 2.320 centros atendem os requisitos legais de acessibilidade. Quanto aos cinemas, arquivos públicos, teatros, não há informações, já que ainda não é possível avaliar o quantitativo de equipamentos atendendo os requisitos legais de acessibilidade. (BRASIL, 2017, p.161).

Neste documento são explícitas as orientações que o poder público deve ter como prioridade, no que diz respeito à promoção da diversidade cultural do Brasil, porém, o que dizer da Língua Brasileira de Sinais? Sendo considerada uma língua oficialmente brasileira e falada pela comunidade surda, qual a valorização que o poder público tem dado a essa comunidade? Atualmente o entendimento mais generalizado é o de que valorizar não é somente permitir que essa seja manifestada, mas garantir que seja difundida, apoiada e, principalmente, seja respeitada como tal.

A Instrução Normativa nº 1 do IPHAN, traz a importância de ouvir as pessoas que necessitam de acessibilidade, para compreender qual a sua real necessidade e qual a melhor forma de atendê-las, no item 1.1, têm como referência básicas a Lei Federal 10.098/200, a NBR 905 e a ABNT e a própria instrução normativa. A instrução normativa orienta que algumas medidas devem ser adotadas para que as pessoas tenham acesso aos bens culturais materiais ou imateriais, para assim, eliminar, reduzir ou superar tais barreiras que as impedem de usufruir desses bens. Deve ser levado em consideração cada caso específico, pois devem ser asseguradas condições de acesso de trânsito, de orientação e de comunicação.

No sub item III, qualquer barreira que dificulte, inviabilize a expressão ou acesso a informações que são intermediadas pelos meios ou sistemas de comunicação, devem ser tomadas alternativas que eliminem, reduzam e superem as barreiras de comunicação. No caso das pessoas surdas, a comunicação é essencial para o acesso aos bens culturais, é primordial não só uso de tecnologias acessíveis, mas um profissional qualificado para superar as barreiras da comunicação e que permita ao surdo o refletir, o dialogar e o fruir.

Ainda na instrução normativa, no item 2.6 no subitem b, assegura a pessoa com deficiência “a sua participação nos processos de intervenção, através da discussão conjunta de alternativas e do acompanhamento e avaliação, a fim de garantir a correta aplicação de soluções de acessibilidade”, pois a participação efetiva das pessoas com deficiência em todo o processo desde a discussão, acompanhamento e avaliação no processo de efetivação da acessibilidade articulando-se com as organizações representativas.

Tendo em vista a Lei n.º 13.146 de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que garante todos os direitos da pessoa com deficiência, especialmente no seu capítulo IX, que se refere ao direito à cultura, fica claro que os acessos aos espaços culturais deverão ser adequados às premissas ali colocadas, já que na realidade existente esses não são acessíveis a todas as pessoas.

2.3 SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

A Lei nº 1.863, de 23 de abril de 1982, criou a Fundação Cultural de Joinville com a incumbência de

- a) incentivar, difundir e promover a prática e o desenvolvimento da atividade cultural e artística;
- b) conservar, administrar e zelar pelo patrimônio cultural e artístico do Município de Joinville;
- c) administrar, organizar e enriquecer o patrimônio das suas unidades;
- d) promover e patrocinar pesquisas;
- e) receber e conceder bolsas de estudo;
- f) instituir e regulamentar o tombamento artístico, cultural, histórico e paisagístico do Município de Joinville.

Desde então, diversas leis e decretos foram sendo criados visando o conhecimento, a proteção e a difusão do patrimônio cultural de Joinville. Na Lei orgânica de 1990, por exemplo, está expresso que é de incumbência do Município, “promover a proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a fiscalização federal e estadual” (JOINVILLE, 1990), como também, busca aplicar as políticas públicas e as ações do governo relacionadas à cultura. Uma das atribuições do município em comum com a união e o estado, importante para este trabalho, está no art. 5º, no inciso V, que é de, “proporcionar os meios de acesso à cultura, a educação e a ciência”. Diante desta premissa, o município já poderia promover a acessibilidade dos surdos à cultura, à educação e à ciência. Nas políticas Intersetoriais, a lei orgânica também prevê no capítulo VII, seção II, que trata das políticas educacionais, no artigo 131, inciso II, que o ensino seja ministrado com base, entre outros, nos seguintes princípios: “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento, a arte e o saber” (JOINVILLE, 1990).

No artigo 1º da Lei nº 6.705 de 11 de junho de 2010, que “Institui o Sistema Municipal de Cultura e dispõe sobre as diretrizes, composição e funcionamento do

Conselho Municipal de Política Cultural, e dá outras providências”, o inciso VI tem como finalidade garantir a “centralidade da cultura por meio do conjunto das políticas locais, caracterizando o município como um território onde a heterogeneidade e a pluralidade de culturas se manifestam”. O artigo 2º, inciso I, prevê “estabelecer e implementar políticas culturais de longo prazo, em consonância com as necessidades e aspirações da comunidade”. (JOINVILLE, 2010). Para tanto, foi criado o Plano Municipal de Cultura de Joinville - PMCJ, legitimado pela Lei nº 7.258, de 05 de julho de 2012, que “é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da política municipal de cultura, com a previsão de ações de curto, médio e longos prazos [...]” (JOINVILLE, 2012).

O Sistema Municipal de Cultura de acordo com o Art. 1º tem a finalidade de:

- I - integrar os órgãos, programas e ações culturais do Governo Municipal e instituições parceiras;
- II - contribuir para a implementação de políticas culturais democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da sociedade civil e poder público municipal;
- III - articular ações transversais, descentralizadas e participativas, com vistas a estabelecer e efetivar o Plano Municipal de Cultura;
- IV - promover iniciativas para apoiar o desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura;
- V - consolidar um sistema público municipal de gestão cultural, com ampla participação e transparência nas ações públicas, através da revisão de marcos legais já estabelecidos e da implantação de novos instrumentos institucionais;
- VI - assegurar a centralidade da cultura no conjunto das políticas locais, reconhecendo o município como o território onde se traduzem os princípios da diversidade e da multiplicidade cultural. (JOINVILLE, 2010)

Seguindo o ordenamento legal, para a plena execução do PMCJ, foram estabelecidas diretrizes e ações e seus respectivos prazos de execução. As ações ligadas à acessibilidade deveriam ser cumpridas em curto prazo, como é possível notar no item 1.4. da Subseção II, Cap.3:

- 1.4.1 Implantar ações de capacitação de profissionais da área cultural para o trabalho com pessoas com deficiências (curto prazo).
- 1.4.2 Assegurar a acessibilidade aos bens e serviços culturais, bem como aos museus e outras unidades culturais (curto prazo).
- 1.4.3 Adotar, em projetos culturais, medidas de inclusão social de pessoas com deficiências, incentivando e desenvolvendo ações que visem à arte inclusiva em todos os âmbitos (dança, teatro, música, circo, audiovisual etc.), contemplando os diversos segmentos sociais (curto prazo).
- 1.4.4 Elaborar programas que promovam a inclusão da pessoa com deficiência no processo de produção, difusão e fruição das expressões

artísticas e manifestações culturais (curto prazo). (JOINVILLE, 2012, p.41)

Passados cinco anos da publicação do Plano Municipal de Cultura que ainda ressalta que “o município de Joinville está implementando políticas, programas e ações de promoção do direito humano de viver em sociedade” (JOINVILLE, 2012, p.26), quais ações foram desenvolvidas e que garantam o direito das pessoas surdas no acesso à cultura na cidade de Joinville?

Muito mais que ultrapassar as barreiras arquitetônicas, a acessibilidade deve estar intrinsicamente ligada ao pleno acesso, sem barreiras, sejam elas: atitudinais, políticas, culturais, financeiras ou intelectuais. O processo de inclusão possibilita a participação das pessoas na sociedade de maneira igualitária, sem discriminação.

De acordo com a Lei 7.335/12, que “Estabelece obrigações gerais e critérios básicos de acessibilidade no Município de Joinville”, a Política Municipal de Acessibilidade deve assegurar a todo cidadão, seja “residente ou de passagem pela cidade de Joinville”, o direito de conhecer, visitar e usufruir dos espaços, garantindo a autonomia, integrando e possibilitando a participação efetiva dessas pessoas ao meio social, como também o direito de oportunidade e condições de acesso em qualquer meio físico edificado, aos transportes e de comunicações. A mesma Lei, em seu Art. 25, afirma que é de responsabilidade do governo municipal da cidade de Joinville garantir e incentivar a participação de pessoas com deficiência em atividades culturais exigindo que os eventos e atividades culturais, promovidos, financiados ou apoiados pelo Município, em diversas esferas, atendam às normas de acessibilidade dentro dos parâmetros legais, como também disponibilizem intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras, para que o surdo tenha o direito de participação em igualdade de condições. (JOINVILLE, 2012)

Ainda, conforme a Lei 7335/12 do Município de Joinville, em seu artigo 27º, compete ao município garantir e incentivar a participação de pessoas com deficiência em atividades de turismo, da seguinte forma:

- I - exigir acessibilidade aos bens culturais, equipamentos, atrativos e serviços turísticos do Município de Joinville;
- II - sensibilizar e disseminar orientações acerca de acessibilidade, bem como no atendimento da pessoa com deficiência em atividade turística, nos equipamentos e atrativos turísticos;

IV - articular parcerias entre poder público, iniciativa privada e organizações sociais, no sentido de promover a participação e a integração da pessoa com deficiência nas atividades turísticas. (JOINVILLE, 2012, p.10)

Quanto a acessibilidade, a informação e a comunicação, a lei traz no artigo 28º em seu inciso 3º que o Município também deve garantir acessibilidade

As propagandas, comunicados, programas e material em vídeo, destinados à mídia televisiva promovidas, financiadas ou apoiadas pelo Município de Joinville, devem garantir a comunicação à pessoa com deficiência auditiva, através da "inserção obrigatória de legenda e janela com intérprete de LIBRAS". (JOINVILLE, 2012, p.11)

Para que os espaços culturais e seus artefatos tenham de fato significado aos visitantes surdos, tais espaços necessitam ser ambientes não apenas de contemplação, mas de transformação do conhecimento gerador de ideias, opiniões, de construção e desconstrução do mundo que nos rodeia, independentemente do público que venha frequentá-los.

Com base nos pressupostos estabelecidos pela Lei Federal n.º 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão, que fala sobre o acesso ao patrimônio cultural e diz que os espaços precisam ser inclusivos, para que sejam significativos, salientamos que isso só acontece quando o visitante tem conhecimento do que visualiza, pela experimentação, com experiências que o façam refletir e, conseqüentemente, ter alguma representação sobre aquilo que vivencia. Sendo assim, esses espaços não podem ser apenas espaços de contemplação, mas precisa ser um espaço que possibilite o encontro, a transformação e a ressignificação do olhar para as coisas que nos cercam.

Os surdos estão atualmente organizados em associações onde discutem formas de ter seus direitos garantidos, e a acessibilidade é um desses direitos. Para os surdos, a maneira de acesso aos bens culturais é, sobretudo, mediante um intérprete de Libras. Portanto, é necessário que as repartições públicas disponibilizem um profissional intérprete nos museus e espaços de memória abertos ao público.

Na cidade de Joinville, a Política Municipal de Acessibilidade, contempla as pessoas com deficiência, sendo a lei clara e objetiva, mas quais as políticas públicas que serão implementadas? As leis precisam ser cumpridas, a iniciar pelo poder público municipal. Diante do exposto, quais ações que foram desenvolvidas e que garantem o direito da pessoa surda no acesso à cultura até o presente momento?

Em Joinville, para fiscalizar essas ações, existe o Conselho Municipal de Política Cultural - CPMC, “é a instância permanente, de caráter normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador, que atua na formulação de estratégias e controle da execução das políticas públicas de cultura do município”. (Lei nº 6.705/2011, art. 14º) (JOINVILLE, 2010). Tem estrutura e competências regulamentadas pela Lei nº 6.705/2011 e regimento interno aprovado por meio do Decreto nº 17.413/2011. (JOINVILLE, 2011).

Em setembro de 2017, aconteceu, em Joinville, no Museu Arqueológico de Sambaqui, a pré-conferência do Fórum de Patrimônio Cultural, Museus e Espaços de Memórias, que teve como objetivo refletir e debater sobre as políticas públicas do patrimônio cultural de Joinville, tendo como uma das pautas a conferência das Metas do Plano Municipal de Cultura. A pré-conferência teve a participação de representante da comunidade surda cega, como também uma surda representando a comunidade surda da região de Joinville. Esta participação foi promovida pelo contato que a pesquisadora possui com o presidente da Associação de Apoio aos Surdos de Joinville e Região. De acordo com o próprio presidente, em conversa informal, a associação não tinha conhecimento de que a cidade possui um Plano Municipal de Cultura e, muito menos, de que poderia participar ativamente destas discussões referentes à acessibilidade na cultura.

Algumas metas foram discutidas e as representantes se pronunciaram sobre a ausência de acessibilidade nos espaços culturais, principalmente nos museus. A representante da comunidade surda se pronunciou em defesa das pessoas surdas e surdas cegas, relatando as dificuldades que enfrentam ao visitar os museus na cidade: “A pessoa sendo surda, ela pode ver, mas a pessoa surda cega não consegue ver e não pode tocar nas coisas no museu⁸”.

Para justificar e esclarecer sobre os projetos de acessibilidade, o representante do poder público se pronunciou, justificando que algumas ações estão sendo tomadas em parcerias com instituições especializadas e representantes destas. Segundo o representante, há um tensionamento em relação às incumbências, visto que há a

⁸ O relato citado foi presenciado pela própria pesquisadora que esteve presente na pré-conferência do Fórum de Patrimônio Cultural, Museus e Espaços de Memórias

necessidade de formar um núcleo que possa coordenar e executar os projetos de acessibilidade na cultura em Joinville. Relatou também que o Museu Nacional de Imigração e Colonização tem como objetivo a implementação de *tablets*, que serão fornecidos aos visitantes surdos assim que entrarem no museu. Nestes estarão disponíveis vídeos interpretados para a Língua Brasileira de Sinais, e que contam a história do Museu.

Complementando o relato do representante da prefeitura, a mediadora enfatizou que a própria fundação tem funcionários com deficiência e que a falta de equipamentos e espaços adequados a eles é um problema enfrentado para quem trabalha na área da cultura em Joinville, principalmente nos museus. Referiu que está sendo desenvolvido um Plano de Acessibilidade Cultural para os equipamentos culturais e que isso vai garantir que a cidade se adeque para atender às pessoas com deficiências e que este Plano está sendo realizado em parceria com a Associação Joinvilense para integração dos Deficientes Visuais. Completou, ainda, que o resultado desta parceria se deu o 1º Seminário Municipal de Acessibilidade em Museus e Espaços de Memórias, organizado pelo Sistema Municipal de Museus de Joinville, e que todos os representantes das associações presentes seriam convidados a participar do Seminário.

Nos dias quinze e dezesseis de setembro de 2017 ocorreu a 6ª Conferência Municipal de Cultura do Município de Joinville, onde foi discutido “A cultura como desenvolvimento de uma cidade, com três eixos: eixo 1: “Desmonte da Cultura: Ameaças”, Eixo 2: “Remonte: Casos de Sucesso” e o Eixo 3: “Perspectivas Positivas”. Este também foi um momento em que os representantes da Associação de Apoio aos Surdos de Joinville e Região também não tinham conhecimento da existência e nem de que este é um espaço legítimo dos cidadãos reivindicarem seus direitos. Nesta Conferência o Presidente da Associação de Apoio aos Surdos de Joinville e Região, Thiago Antônio Fagundes de Oliveira, esteve presente, com apoio da pesquisadora e parceiros, que redigiu uma moção que teve como objetivo solicitar que sejam cumpridos os dispositivos do Plano Municipal de Cultura de Joinville.

A moção foi solicitada com intuito de que o poder público municipal ofereça o cumprimento das leis vigentes, da Lei 13.146/2015 de acessibilidade aos bens

culturais e a eventos culturais, com intérprete de Libras, guia intérprete, áudio descrição, acessibilidade física e tecnologias assistivas necessárias à acessibilidade de todas as pessoas à cultura, para que assim o poder público municipal cumpra garantindo a efetivação da Lei Municipal no 6.705, de 11 de junho de 2010, no item 1.4 Garantir a efetivação do Plano Municipal de Acessibilidade.

Este ato de realizar uma moção foi de extrema importância para a comunidade surda, pois, além de não conhecerem o Plano Municipal de Cultura, não sabiam quais os meios legais para que se efetivem a sua participação na luta pelos direitos de acesso aos bens culturais. Para ter acesso no momento da Conferência a própria associação contou com duas profissionais intérpretes voluntárias.

Ocorreu também naquele mesmo mês de setembro, mais precisamente no dia vinte dois, o 1º Seminário Municipal de Acessibilidade em Museus e Espaços de Memórias, organizado pelo Sistema Municipal de Museus de Joinville. Este Seminário teve como objetivo principal debater a necessidade do Plano Municipal de Acessibilidade em Museus e Espaços de Memória, levando em consideração a meta de número 05 que estabelece:

100% de bibliotecas, museus, cinemas, teatros, arquivos e centros culturais de acesso público atendendo os requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência. (PMC, 2012, p. 11).

Neste seminário foram propostas diversas atividades formativas que fizeram parte do planejamento do Sistema Municipal de Museus de Joinville, em parceria com a Associação Joinvilense de Inclusão dos Deficientes Visuais (AJIDEV).

Neste seminário foram discutidos vários objetivos que pretenderam ampliar o debate sobre a participação da pessoa com deficiência nos espaços museais, com ênfase na perspectiva de formação de público e na formação de agentes culturais nesta área de atuação. O seminário teve como objetivo a compreensão e especificidades das múltiplas deficiências, conhecer propostas apresentadas por instituições que favorecem a inclusão da pessoa com deficiência, como as ferramentas, tecnologias assistivas e adaptações necessárias que podem contribuir para inclusão aos espaços de cultura e turismo.

Mais uma vez a Associação de Apoio aos Surdos de Joinville e Região esteve presente. Vale ressaltar, que o seminário discutia a acessibilidade, porém, infelizmente, a comunidade surda não foi comunicada sobre ele, o que foi feito informalmente pela pesquisadora. Durante a semana o presidente da Associação entrou em contato com a organizadora do seminário solicitando uma profissional intérprete e, a partir desta reivindicação, foi aberto o convite para que a entidade pudesse ser representada na mesa de debates.

A organizadora do evento buscou parceria com a Secretaria de Educação, para conseguir um profissional intérprete que viabilizasse a presença do presidente da AJIDEV ao seminário, mas, isso não foi possível. A justificativa dada pelo órgão público foi o número escasso desses profissionais, sendo que os que estão na rede atendem alunos no horário em que iria acontecer o seminário. Devido a essas dificuldades, foi discutido acessibilidade, sem acessibilidade. Para promover um seminário que discutiria acessibilidade, no mínimo, deveria ter sido oferecido, pelos organizadores, no caso o poder público, condições para que as pessoas diretamente atingidas pela discussão⁹ pudessem reivindicar, se colocar, manifestar suas insatisfações, pois somente eles têm essa propriedade. Os surdos e surdos cegos precisam de intérpretes para ter acessibilidade. Mesmo com a falta de acessibilidade no 1º Seminário de Acessibilidade Cultural na cidade de Joinville, a comunidade surda e surda cega foi representada por surdos e surda cega atuantes e que reivindicam diariamente seus direitos e contaram com a interpretação de duas voluntárias para expor o que pensam sobre acessibilidade:

Essa frase “nada sobre nós sem nós”, nunca até hoje fazem projetos, mas não chamam os surdos, os ouvintes que discutem, falam, mas não é assim! Estamos aqui, nos chamem, nós surdos, nós mostramos que temos experiências de vida, experiência do que sentimos, do que conseguimos, perguntar, precisamos mostrar, há muitos anos atrás e até hoje, isso precisa mudar, precisamos lutar” (JOÃO, 2017)

No dia 11 de novembro de 2017, ocorreu no Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville, a inauguração dos *tablets* com vídeo guia em libras, no intuito de atender à comunidade surda ao visitar o museu. Os *tablets* foram oferecidos para os surdos que visitaram o museu, os visitantes tiveram acesso a doze vídeos

⁹ Neste trabalho estamos discutindo a acessibilidade de surdos, mas poderíamos acrescentar as dificuldades de outros tipos de pessoas, como cegos e deficientes físicos, por exemplo.

introdutórios que contam a história do local e apresentam os núcleos expositivos do Museu, na Língua Brasileira de Sinais.

O Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, ressalta a importância do uso e da difusão da Libras para os surdos brasileiros e que em todas as instituições públicas que desenvolvem atendimento ao público deve ser promovida essa difusão, estabelece, ainda, que todas as instituições devem ter cinco por cento de seus servidores capacitados em Libras.

Art. 26 .A partir de um ano da publicação deste decreto, o poder público, as empresas, concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras-Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados, para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2004.
§1º As instituições de que trata o caput devem dispor de, pelo menos, cinco por cento dos servidores, funcionários e empregados capacitados para uso e interpretação a Libras (BRASIL, 2005)

Disponibilizar *tablets* com aplicativo não substitui um profissional intérprete, esta forma de acessibilidade precisa ser compreendida e explorada apenas como apoio. A contratação de um intérprete de Libras capacitado deve ser efetivada, pois a Lei 13.146 de 2015 garante este direito a pessoa com deficiência:

Art. 21. Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação
Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seu direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha, conforme o disposto no Artigo 2 da presente Convenção, entre as quais:
a) Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;
b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência;
[...]
e) Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais. (BRASIL, 2015)

Para que os surdos tenham acesso ao patrimônio cultural, é necessária a capacitação dos funcionários que trabalham nos espaços culturais. Acrescenta-se que essa formação necessita ser continuada e de qualidade. Mesmo tendo intérprete qualificado, os lugares de memória precisam ser espaços que dialoguem com o público e vice versa, devem promover ações que permitam que os surdos se sintam pertencentes a estes espaços. Portanto, os surdos têm a necessidade de dialogar

com seus pares, questionando, trocando ideias, experiências e, conseqüentemente, estabelecendo esta comunicação. Para isso é necessário que sejam criados e ampliados os sinais, em Libras, relativos a lugares de memórias, personalidades que influenciaram a história, cultura e acervos locais da cidade de Joinville, dentre outros. A comunicação entre surdo e surdo amplia a possibilidade de apropriação deste espaço de memória e identidade.

As leis são específicas e buscam democratizar o acesso aos bens culturais da cidade. Uma cidade que possui uma diversidade cultural e cuja legislação procura abranger toda a sociedade, mas será que, efetivamente, as pessoas conhecem esse patrimônio?

Como visto anteriormente, o Art.1º inciso VI no Plano Municipal de Cultura, assegura a “centralidade da cultura”. O que isso quer dizer? Para Hall (1997, p.35) “Quanto mais importante — mais ‘central’ — se torna a cultura, tanto mais significativas são as forças que a governam, moldam e regulam”, ou seja, quem tem o poder de influenciar a cultura ou suas instituições são os que controlam e determinam suas características principais. Ainda, no mesmo inciso, o município é reconhecido “como o território onde se traduzem os princípios da diversidade e da multiplicidade cultural”. Neste sentido, podemos dar ênfase ao artefato cultural e político da cultura surda, que busca refletir sobre mudanças necessárias no campo da cultura e da política, por meio das lutas coletivas que vem contribuindo para que os surdos sejam reconhecidos como sujeito de direitos. As conquistas dos direitos do povo surdo vêm se destacando pelas lutas políticas, desde a criação de associações, como a Federação Nacional de Educação dos Surdos (FENEIS), a Confederação Brasileira de Desportos dos Surdos (CBDS), o I Encontro Latino Americano de Mulheres Surdas Líderes, a Pedagogia Surda, Movimento Surdo em favor da Educação e da Cultura Surda, Dia do Surdos e, a mais importante do país, que foi a oficialização da língua de sinais como segunda língua. O movimento Surdo promove praticas reivindicatórias tornando efetivos seus questionamentos no que dizem respeito a questões históricas, identitárias, culturais, sociais e políticas.

Entre as práticas criadas está o Setembro Azul, mês em que se comemoram as conquistas e memórias das pessoas surdas que lutaram pelos direitos do povo

surdo. Este Movimento promove ações por todo o país no mês de setembro, no intuito de mobilizar e sensibilizar o poder público e a sociedade para que conheçam e reconheçam os direitos humanos, linguísticos e culturais da comunidade surda. Portanto, os surdos são sujeitos extremamente políticos, na medida em que não desejam ser encaixados dentro do mundo ouvinte, mas sim de serem reconhecidos como sujeitos de direitos.

3. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS SURDOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL

Não há uma metodologia mais eficaz que a outra, mas sim o que cada uma contribuirá para o processo de investigação. Portanto, a metodologia qualitativa, bem como a quantitativa, visam contribuir para o processo investigativo. Para Minayo (2002, p.22) o conjunto de dados, sejam quantitativos ou qualitativos, não se contrapõe, pelo contrário se complementam.

A pesquisa qualitativa¹⁰ não se atém somente aos dados numéricos, mas, sim, a todo processo que ocorre na investigação, com a aproximação, compreensão do grupo social investigado. Para Minayo (2002, p. 21), a pesquisa qualitativa possibilita um amplo universo de significados ao pesquisador, sejam motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes o que corresponde a um espaço das relações dos processos e dos fenômenos e esse universo não se limita à operacionalização de variáveis.

Nesta pesquisa buscou-se identificar e analisar as representações que os surdos têm sobre o patrimônio cultural da cidade de Joinville, a partir da análise das falas de cada entrevistado ao responderem o formulário (Apêndice A) que foi usado como roteiro. Neste capítulo será apresentada a metodologia utilizada para coleta de dados em campo (1); o perfil dos participantes (2); a análise de dados explorada e os resultados (3).

3.1 INVESTIGANDO REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Este capítulo teve sua metodologia baseada na pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas baseadas em um formulário (Apêndice A), com o objetivo de analisar

¹⁰ Apesar de muitas pessoas utilizarem o termo qualiquantitativa para pesquisas qualitativas que também utilizam dados quantitativos, consideramos que o foco principal desta pesquisa não é, de maneira alguma, a quantificação, mas a interpretação dos dados. Assim, seguimos a definição de Minayo sobre pesquisa qualitativa.

as representações que os surdos adultos têm sobre o patrimônio cultural. É importante frisar que o formulário utilizado serviu apenas como roteiro e que as alternativas ali existentes (Apêndice A) não foram apresentadas aos entrevistados. A utilização desse formulário, desenvolvido para pesquisa aplicada a joinvilenses ouvintes¹¹, visou a ampliação do olhar sobre as representações dos joinvilenses acerca de seu patrimônio cultural sob uma perspectiva inclusiva e pretendendo futuras comparações que ultrapassam os limites desta dissertação.

Também é importante salientar que sou atuante no meio da comunidade surda, dispondo de conhecimento teórico e prático da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e atenta aos procedimentos éticos. As entrevistas com os surdos foram acompanhadas de duas profissionais intérpretes fluentes em Libras, esse procedimento facilitou a compreensão do que diziam alguns surdos, devido à falta de fluência da própria pessoa surda em manifestar sua opinião e até mesmo de compreender as perguntas que eram feitas pelo pesquisador. Em alguns momentos se fez necessária a repetição e até mesmo a reformulação da pergunta para que os entrevistados as compreendessem. Em grande parte das respostas os surdos não citavam apenas uma opinião, mas relatavam fatos e até mesmo davam exemplos para conseguir responder as questões levantadas pela pesquisadora. A presença das intérpretes fluentes em Libras visou, ainda, garantir que, no caso de dúvidas, tanto do entrevistado como da pesquisadora, essas pudessem ser esclarecidas durante o processo de entrevista.

Conforme Perlin (2006, p. 138):

[...] os intérpretes de Língua de Sinais são também intérpretes da cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas das identidades e da subjetividade surda, e apresentam sua peculiaridade sua identidade, sua orbitalidade.

Foram feitas vinte e duas entrevistas baseadas nos formulários, de acordo com a amostragem relativa à população surda da cidade. Devido a principal característica dos entrevistados serem pessoas que utilizam a Língua Brasileira de Sinais Libras, que é uma língua visual espacial, articulada através das mãos, das expressões faciais

¹¹ Pesquisa coordenada pela orientadora dessa dissertação e financiada pelo Sistema Municipal de Desenvolvimento Pela Cultura – SIMDEC, cujo objetivo é compreender as representações dos joinvilenses sobre seu patrimônio cultural.

e corporais, foi necessária a filmagem das entrevistas para que a pesquisadora pudesse confirmar, posteriormente, os dados anotados durante o processo.

Para além das análises de dados estatísticos, as respostas dadas pelos entrevistados foram analisadas qualitativamente. Por se tratar de uma língua visual espacial, foram respeitadas as diferentes respostas dadas pelos entrevistados com intuito de valorizar e respeitar sua visão de mundo e a individualidade de cada surdo.

Os entrevistados deste estudo foram surdos adultos, maiores de 18 anos, sinalizantes da Libras, oralizados e/ou implantados, envolvidos na comunidade surda joinvilense, sendo vinculados ou não às associações existentes na cidade de Joinville, a Associação de Apoio aos Surdos de Joinville e Região e o Instituto de Apoio aos Surdos de Joinville. Salienta-se que alguns surdos preferem não estar vinculados a qualquer das associações citadas por motivos diversos.

O estudo tem como referência teórico-metodológica a Teoria das Representações Sociais (TRS) e, conforme a Lei 10.436/02 tem como pressuposto o direito dos surdos ao acesso à informação sobre patrimônio cultural como oportunidade de compreensão e ressignificação, sem barreiras.

As entrevistas individuais aconteceram no Laboratório de Acessibilidade LABAS da Universidade da Região de Joinville, como também na casa ou em um local de preferência dos entrevistados. Foram feitas vinte e duas entrevistas, pois se notou uma repetição nas respostas, o que indicou o saturamento da amostra.

É operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados. (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008, p.17).

A pesquisa em questão constatou saturamento amostral, apesar de ter como propósito 60 pesquisados, durante as entrevistas constatou-se uma frequente repetição nas respostas, portanto houve a decisão em finalizar a coleta de dados na vigésima segunda entrevista.

O formulário utilizado (Apêndice A) como base para as entrevistas foi construído em duas partes. A primeira parte contempla as questões de 1 a 3 que foram acrescentadas ao formulário original, sendo direcionadas especificamente para os

surdos, com intuito de conhecer as especificidades das múltiplas identidades surdas: como você se comunica? Você nasceu surdo? e, você faz uso de algum aparelho? A segunda parte permitiu diagnosticar qual o perfil dos entrevistados, foi composta por nove perguntas que tiveram o objetivo de identificar o gênero, idade, naturalidade, bairro que reside, tempo de residência na cidade, escolaridade, renda familiar e ocupação familiar. Já as questões de 13 a 46, permitiram coletar informações sobre as representações dos surdos sobre o patrimônio cultural da cidade de Joinville.

As respostas obtidas nas entrevistas e nas filmagens foram tabuladas em planilha Excel, após a comparação das imagens filmadas com o que foi anotado na planilha no momento da entrevista. Em seguida foi feita a análise estatística e a interpretação e análise qualitativa dos dados.

A Teoria da Representação Social, enquanto teoria da Psicologia Social se lança também interdisciplinar, pois tem intuito de conectar duas correntes científicas que estudam as relações humanas e o indivíduo. Considerando os fenômenos psicológicos e sociais.

Para Moscovici (2009, p. 30), a Psicologia Social é uma manifestação do pensamento científico que analisa como os indivíduos normais reagem a fenômenos, pessoas ou acontecimentos e como essas informações são compreendidas por esses indivíduos.

As representações visam contribuir para que os indivíduos possam pensar e interpretar acontecimentos cotidianos, como uma forma de conhecimento e envolve uma atividade mental na qual os indivíduos e grupos acabam fixando suas posições de acordo com as situações, eventos, objetos e comunicações aos quais pertencem (SÊGA, 2000, p.128). Portanto, surgem como uma forma para o indivíduo interpretar e refletir sobre a sua realidade cotidiana, levando-o, seja individualmente ou coletivamente a desenvolver estratégias cognitivas para se adaptar ao meio, seja em relação às situações, eventos, objetos ou até mesmo às formas de comunicação. Para o autor o social interfere de várias formas: na comunicação entre os indivíduos, pelo contexto em que estão inseridos e pelas experiências vivenciadas no cotidiano que influenciam culturalmente, ideologicamente, valores e vinculações sociais. Em outras palavras, a representação social é um conhecimento prático, que dá sentido a

situações que nos são normais e contribui para a nossa construção de realidade. (SÊGA, 2000, p.128).

O individual e o coletivo eram vistos separadamente pelos pesquisadores das ciências sociais e humanas. Para Guareschi (2000) as representações se constituem como uma tentativa de avançar e superar as diferentes dicotomias, pois, na Psicologia Social, fazem-se distinções entre o individual e o coletivo, como duas vertentes aparentemente contrárias que compreendem o sujeito como algo individual e por outro lado o social como oposto do individual. (GUARESCHI, 2000, p. 36). Para Moscovici essa separação não fazia sentido, pois isso poderia sugerir um arrefecimento do estudo individual, compreender que todo comportamento é resultado de processos internos ou fisiológicos e que nas relações sociais, tudo fica reduzido a essas trocas e interações. A Psicologia Social tinha como objetivo tornar-se uma ciência verdadeiramente social e política, mas se tornou uma ciência do comportamento com base na investigação de lugares a serem vistos de um ponto de vista simbólico. (MOSCOVICI, 2009, p. 146).

Os pesquisadores das ciências sociais reduziram suas pesquisas, buscando justificar os problemas da sociedade, sem questionar, seu ajustamento psicológico em face às novas necessidades humanas, reduzindo-os somente ao estudo do comportamento. (MOSCOVICI. 2009, p 147). Redução que impossibilitaria que tivéssemos uma visão mais ampla do que realmente são esses fenômenos, por isso “a Psicologia Social sistemática deve ser renovada e re-desenvolvida”, de tal forma que deve ser o “estudo de tudo que se refira à ideologia e à comunicação”. (MOSCOVICI. 2009, p, 153)

Segundo Moscovici (2009, p. 155) “[...] a vida social é a base comum da comunicação e da ideologia.” A psicologia social não deve persistir na “ciência da aparência” ou somente descobrir os aspectos mais profundos da realidade social, mas também se envolver na dinâmica geral do conhecimento através da qual certos conceitos são extintos e novos são formulados. (2009, p.163). Portanto a psicologia social percebia as representações como algo estático e cognitivista, desvalorizando os aspectos sociais e simbólicos das representações. A representação social era vista

por Moscovici como dinâmica, e responsável pela formação das particularidades dos indivíduos e suas relações com a sociedade.

Para Guareschi (2000, p.38):

As representações sociais superam o mito do sujeito puro e do objeto puro. As RS são um conceito e um fenômeno que pertencem ao intersubjetivo. Elas representam não só objeto, mas também o sujeito que as representa.

Conforme Lane (1989, p. 9) estudar o comportamento humano e como ele é influenciado é o objetivo da Psicologia Social. Isso se dá pelo fato da convivência que estabelecemos com as pessoas desde o momento em que nascemos. Essas relações são influenciadas histórica e socialmente pelo processo da aquisição da linguagem. Os sentimentos, ações, sistemas de valores, visão de mundo são atribuídos por determinados grupos sociais, por meio das palavras.

Ainda de acordo com Lane (1989), a Psicologia Social tem a preocupação de conhecer como o sujeito se insere socialmente, não somente como mero espectador, mas sobre tudo, como ele se coloca no mundo transformando sua história e a sociedade em que está inserido. (LANE, 1989, p. 10).

Na década de 1960, a Teoria das Representações Sociais, teve um marco quando Moscovici publicou o seu estudo “A Psicanálise: sua imagem, seu público”, no qual buscou compreender como o senso comum compreendia o conhecimento específico, ou seja, como as pessoas construía suas representações sociais e como essas representações eram partilhadas no cotidiano. Para criar sua teoria, valorizando-a por tratar de fenômenos individuais em contexto social, Moscovici faz diferenciação entre representação coletiva e representação social. Diz que as representações coletivas, segundo Durkheim, não se restringem à soma das representações individuais que compõem a sociedade, mas sim, novos conhecimentos são adquiridos e que favorecem as representações do coletivo.

De acordo com Moscovici, a Psicologia Social não pode ser caracterizada como uma abordagem teórica, mas como uma ciência que estuda os fenômenos sociais, sendo que a ideologia e a comunicação estão intrinsecamente direcionadas ao estudo da realidade social a partir da comunicação, que é o meio que possibilita o desenvolvimento da representação.

Conforme Moscovici, (2009, p.213) representar significa:

[...], trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo. É, portanto muito importante que isso se dê de forma comunicativa e difusiva, pois não há outros meios, com exceção do discurso e dos sentidos que ele contém, pelos quais as pessoas e os grupos sejam capazes de se orientar e se adaptar a tais coisas.

A Teoria da Representação Social tem como objetivo, possibilitar uma visão peculiar das relações coletivas e do individual, tornando-se uma possibilidade segura para a compreensão das relações sociais, segundo Moscovici (2009, p.215), “[...] não há representações sociais sem linguagem, do mesmo modo que sem elas não há sociedade”. Diz ainda, que as representações sociais têm como finalidade transformar o não familiar em familiar, ou seja, o ato de representar nos faz refletir trazendo do exterior para o interior o que não nos é familiar, acontece uma transferência pela separação dos conceitos e percepções que são conectados para um contexto onde o que não conhecemos se torne algo conhecido. (MOSCOVICI, 2009, p.57).

Neste sentido também ocorre que as representações que são constituídas por nós, sejam de um determinado grupo ou de um objeto são sempre resultado de um esforço de tornar comum algo que não é familiar. E é por meio dessa representação que nos familiarizamos com o desconhecido e o trazemos para o mais próximo possível de maneira mental e física, e que, conseqüentemente, essa representação será enriquecida e transformada em uma nova representação. Nesse processo de tornar familiar o que não é familiar, após frequentes acomodações, acabamos trazendo o que era desconhecido para o mais próximo possível, tornando-se o mais concreto e real. (MOSCOVICI, 2009, p.58).

O estudo da ideologia e da comunicação são os objetivos centrais da psicologia social defendida por Moscovici, “do ponto de vista de sua estrutura, sua gênese e sua função”. Coloca, ainda, que o campo específico da psicologia social é:

O estudo de processos culturais que são responsáveis pela organização do conhecimento em uma sociedade, pelo estabelecimento de relações interindividuais no contexto do ambiente social e físico, pela formação dos movimentos sociais (grupos, partidos, instituições), através dos quais os homens agem e interagem, pela codificação da conduta interindividual e intergrupar, que cria uma realidade social comum com suas normas e valores, cuja origem deve ser novamente buscada no contexto social. (MOSCOVICI, 2009, p. 153)

Assim sendo os princípios organizacionais da comunicação se instituem pelas relações sociais e, em última instância, a cultura é criada pela e por meio da comunicação. Para Silva (2000, p. 91), “A representação é um sistema linguístico e cultural”. O autor diz que representar é fazer uso da língua/linguagem para informar algo que é significativo ou representar o mundo significativamente a outra pessoa. Como parte essencial do processo pelo qual o significado é atribuído e trocado pelos indivíduos que fazem parte da mesma cultura. É por meio da linguagem que produzimos significados, com isso, conseqüentemente criam-se as representações.

Jovchelovitch (2000, p.213) também diz que as representações são fenômenos simbólicos, intencionais e convencionais, pois envolvem indivíduos ativos que se expressam através dos códigos linguísticos e ajustes sociais variados.

Moscovici (2009) explica que as representações têm como finalidade primordial, tornar a comunicação não problemática e reduzir os vazios, ou seja, os pontos não compreendidos e que prejudicam a comunicação. O autor ainda diz que as representações podem ser constituídas por meio de influências mútuas, através dos diálogos e interações entre indivíduos que compartilham modelos simbólicos, imagens e valores e que, através dessas trocas, os indivíduos ampliam seus repertórios de regras, opiniões, explicações, procedimentos que podem ser utilizados em seu cotidiano. (MOSCOVICI, 2009, p.206).

“A dimensões cognitiva, afetiva e social estão presentes na própria noção de representações sociais” (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2009, p. 20), isso quer dizer que o fenômeno das representações sociais envolve a construção e saberes sociais, como também a cognição. Para que os sujeitos possam compreender e dar significado ao ambiente em que estão inseridos, passam pelo processo de construção simbólica que é concomitantemente um ato afetivo e de conhecimento. Portanto, a base da realidade social a partir das suas representações sociais ~~estãe~~ está presente na cognição e no afeto. Para esses autores, tanto a epistemologia do sujeito “puro” ou do objeto “puro”, quanto a teoria das representações sociais apresenta novas possibilidades, pois tem como objetivo a interação entre o sujeito e objeto, ou seja o sujeito através das suas interações com o “objeto-mundo constrói tanto o mundo como a si próprio”. (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2009, p. 19).

Nem todos os objetos existentes no mundo são passíveis de representações sociais. As representações podem ser fragmentadas e distorcidas, pois elas podem ser diversas de acordo com as experiências dos indivíduos. Representar exige que as interações entre os sujeitos se estabeleçam, pois um necessita do outro para desenvolver o processo cognitivo. As representações são organizadas a partir de imagens, crenças, valores e modelos e orientam condutas e comunicações sociais (MOSCOVICI, 2009).

Para Moscovici (2009, p.218):

[...] o problema da congruência das representações ocorre, no sentido de quais são traduzidas ou não e de como elas são interpretadas: nossas ideias nossas representações são sempre filtradas através dos discursos de outros, das experiências que vivemos, das coletividades as quais pertencemos

O contexto social é de suma importância para a compreensão das representações sociais, pois é neste que elas influenciam e são influenciadas.

Conforme Guareschi (2000, p.37), “assim como as representações vão sendo transformadas, elas também, em sua construção, sofrem influências provindas dos diversos sujeitos”. Enquanto que, para SÊGA (2000), a representação social é um conhecimento prático, que dá sentido a situações que nos são normais e contribuem para a nossa construção de realidade. Esse processo de tornar algo não familiar em algo familiar, não é um processo simples, pois exige o funcionamento de dois processos mentais, baseado na memória em situações que já aconteceram: a ancoragem e a objetivação.

Moscovici afirma que ancorar é o processo mental de nomear, classificar alguma coisa que nos é estranha e ao mesmo tempo ameaçadora por ser desconhecida, e que, quando não conseguimos fazer isso, demonstramos resistência e tentamos nos distanciar do novo, do estranho. (MOSCOVICI, 2009, p.61). Para ele, ao encurtar a distância entre o conhecido e o desconhecido, tendemos a categorizar, rotular esse objeto ou pessoa a um nome conhecido, trazendo-o o mais próximo do que conhecemos. Neste momento em que podemos falar sobre algo desconhecido, avaliá-lo e então classificamos, nomeamos, imaginamos, representamos, mesmo que superficialmente (MOSCOVICI, 2009, p.62). A ancoragem permite categorizar alguém ou alguma coisa, isso significa que podemos escolher um dos paradigmas estocados

em nossa memória e conseguir estabelecer uma ligação tanto positiva, quanto negativa com essa pessoa ou objeto. (MOSCOVICI, 2009, p.62).

Para Moscovici (2009, p.71) a objetivação é o segundo processo que gera as representações sociais. Para ocorrer a objetivação é necessário a transformação de algo abstrato em algo concreto. É trazer algo que está em mente e fazer essa relação para o real, como o próprio autor traz “objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem”.

Ancoragem e objetivação são as maneiras que lidamos com a memória, pois a memória permanece em movimento e está neste processo dinâmico de colocar, tirar e classificar objetos, pessoas e acontecimentos, rotulando-os com um nome. Já a objetivação é colocar para fora aquilo que era desconhecido em conhecido de maneira concreta. Tornando o não familiar em familiar. Compreendendo como o processo do funcionamento cognitivo interfere nas relações sociais e como as relações sociais interferem no cognitivo. (MOSCOVICI, 2009, p.62).

De acordo com Moscovici (2009, p.62), a representação é significativa para um “sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes [...] A neutralidade é proibida, pela lógica mesma do sistema”. Conforme o autor, a Teoria das Representações Sociais é singular e que certamente existem relações de poderes e interesses, mas que é necessária uma soma de ideias e valores em que os indivíduos tenham vínculos que possam ser transmitidos de geração em geração e que, em outras palavras, que indivíduos possam partilhar e refletir sobre a sua realidade. Assim como os estereótipos e preconceitos estabelecidos socialmente possam ser mudados culturalmente. A singularidade da Teoria das Representações Sociais está no fato de ser ativa e mutável.

A Representação Social possui um núcleo central, mas que resiste às transformações ou mudanças, pois estão ligadas à história do indivíduo ou grupo a que pertence. Conforme Abric (2000, p.31) o núcleo central é “o elemento fundamental da representação, pois é ele quem determina ao mesmo tempo sua significação e sua organização”, portanto toda representação se organiza em torno de um núcleo central e outros periféricos. Abric (apud SÁ, 1996, p.21) classifica as representações com

duas “características amplamente constatadas, mas contraditórias aparentemente, ao mesmo tempo em que são estáveis e móveis, rígidas e flexíveis”

A Representação Social é significada pelo Núcleo Central, de acordo com Abric e é o que garante a resistência às mudanças e garantem a estabilidade das representações sociais. Para (SÁ, 1996, p.22), o núcleo central é marcado pela memória coletiva, e partindo desta característica reflete as configurações dos grupos sociais, é imutável, coeso e resistente à transformação, estabelecendo a permanência da representação. As conexões entre a vida social e o sistema central são elaboradas pelo sistema periférico, pois permite que o sujeito se adapte às mais diversas representações.

3.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

A identificação do perfil dos entrevistados foi efetuada a partir dos dados obtidos por meio dos formulários, foi iniciada a identificação do perfil dos entrevistados, para a análise das configurações sociais que interferem nas construções das representações sociais dos adultos surdos sobre o patrimônio cultural da cidade de Joinville. Os entrevistados foram agrupados por gênero, faixa etária, escolaridade e ocupação profissional (Tabela1). Em relação ao gênero 45% são mulheres e 55% são homens, todos acima de 25 anos, destes 41% de 25 a 34 anos, 32% de 35 a 40, 13% de 41 a 49 e 14% 50 a 65 anos. Quanto à escolaridade dos indivíduos, a Tabela 1 demonstra que 36% concluíram o ensino médio, seguidos de 18% que possuem pós-graduação, 18% que possuem ensino superior completo, 14% não concluíram o ensino superior, 9% possuem ensino fundamental completo, seguido de 5% que não concluíram o ensino fundamental. Aqueles que declararam que possuem curso superior completo cursaram Pedagogia, Recursos Humanos, Tecnologia em Fabricação Mecânica, Matemática e Mecatrônica Industrial. Quanto à ocupação profissional dos entrevistados 59% são assalariados, 14% estão desempregados, 14% são funcionários públicos, 9% autônomos e 4% são aposentados.

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados

✓ Gênero	✓ Escolaridade	✓ Ocupação
Mulheres: 45%	Ensino fundamental incompleto: 5%	Assalariado: 59%
Homens: 55%	Ensino fundamental completo: 9%	Autônomo: 9%
	Ensino médio completo: 36%	Funcionário público: 14%
	Ensino superior incompleto: 14%	Desempregado: 14%
	Ensino superior completo: 18%	Aposentado: 4%
	Pós graduados: 18%	
✓ Idade:¹²		
25 a 34: 41%		
35 a 40: 32%		
41 a 49: 13%		
50 a 65: 14%		

Fonte: Da autora, 2017

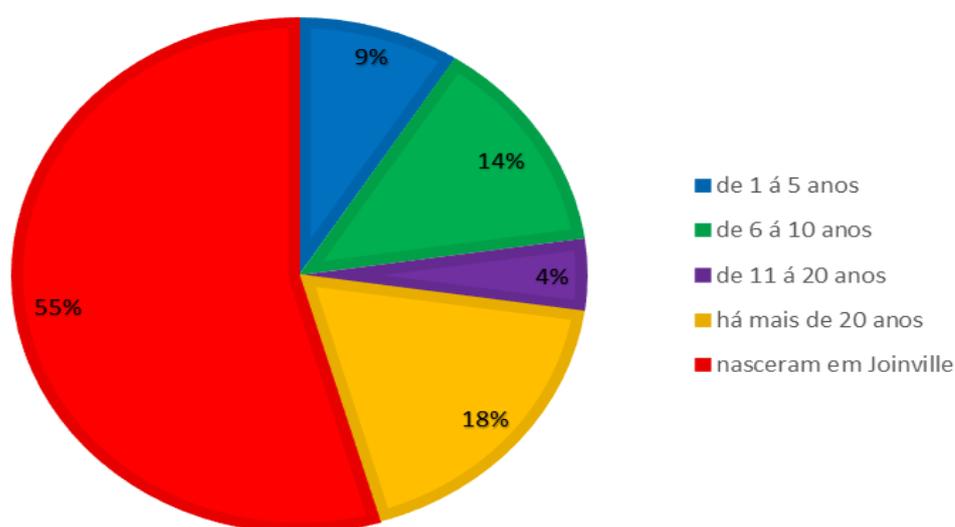
Em relação à comunicação dos entrevistados 50% se comunicam através da Libras, seguido por 32% que se comunicam utilizando tanto a Libras como a oralização e apenas 18% se comunicam oralmente. Este dado é de extrema importância, pois revela um percentual significativo para uma língua visual espacial, considerando também que desses entrevistados 77% nasceram surdos e 23% nasceram ouvintes, mas perderam a audição já na primeira infância. Os dados analisados mostram que 50% dos entrevistados não faz uso de qualquer aparelho auditivo, seguido de 45% que faz uso de aparelho de amplificação sonora individual AASI e apenas 5% são implantados.

Outro ponto analisado para construção do perfil dos entrevistados foi a naturalidade e o tempo de residência em Joinville, considerando o objetivo da pesquisa, ou seja, analisar as representações sobre o patrimônio da cidade, optou-se em entrevistar surdos que residem a mais de seis meses na cidade. Entre os entrevistados 55% nasceram na cidade de Joinville e 45% nasceram em outras cidades e estão entre seis a 20 anos em Joinville destes apenas um entrevistado reside em Joinville a menos de um ano.

¹² Os intervalos da idade estão de acordo com o formulário utilizado na pesquisa.

Os locais de naturalidade dos entrevistados são: Joinville, São Paulo - São Paulo; Curitiba, Cascavel e Chopinzinho – Paraná; Porto Alegre - Rio Grande do Sul; São Francisco do Sul e São Lourenço do Oeste – Santa Catarina e Goiânia - Goiás. Os entrevistados demonstraram que mesmo ante as dificuldades em residir numa cidade grande e sem acessibilidade, estão satisfeitos em morar em Joinville. Alguns manifestaram que apreciam a cidade por suas paisagens, pelo emprego e até mesmo pela comunidade surda.

Gráfico 1 - Tempo de residência em Joinville.

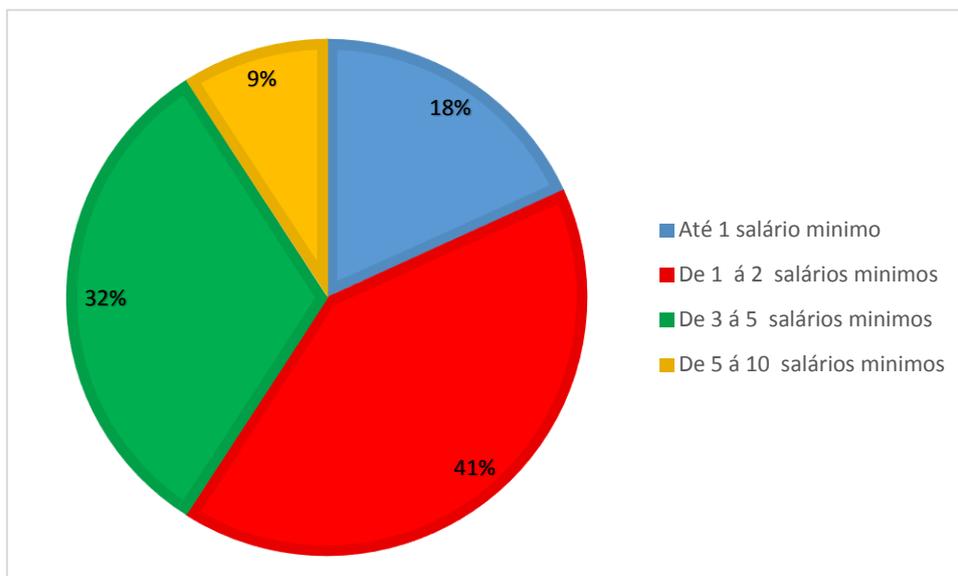


Fonte: Da

autora, 2017.

Sobre a renda familiar, 41% dos entrevistados possuem renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, 32% possuem entre 3 e 5, 18% possuem renda familiar até um salário mínimo, seguido de 9% que possuem renda familiar de 5 a 10 salários mínimos. Este resultado demarca a prevalência de baixos salários entre a população surda entrevistada, sendo possível de ser analisado como um indicador de exclusão social. De acordo com os dados do IBGE de 2010, a população de pessoas consideradas deficientes auditivas na cidade de Joinville é de 21.167 e destas 13.688 recebem entre 1 salário e meio e 5 salários, sendo que 4.814 recebem até 2 salários mínimos.

Gráfico 2- Renda em salários mínimos.



Fonte: Da autora, 2017

Podemos afirmar que grande número dos entrevistados é de assalariados e têm baixos salários, e entre os que possuem ensino superior, poucos exercem funções compatíveis com a sua formação. Nenhum dos entrevistados possui vínculo empregatício na área da cultura, apenas três fizeram atividades ligadas à cultura, como dar curso de Libras e dançar no festival de dança.

Passaremos, a seguir, a discutir as respostas voltadas ao conhecimento sobre o patrimônio cultural da cidade e a análise das representações sobre esse fenômeno.

3.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS QUE OS SURDOS TÊM SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL

O estudo das representações sociais oportuniza o entendimento dos significados que o patrimônio cultural tem para os indivíduos, como esses significados são atribuídos socialmente e quais influências sofrem no processo de reconhecimento deste patrimônio cultural. Moscovici (2009), ao representar um objeto, os sujeitos só podem representar algo a partir do momento em que conhecem, ou seja, algo que já tenha experienciado. Sendo assim nas representações que cada sujeito constitui, há um processo cognitivo, conseqüentemente suas representações serão diferentes das de outros sujeitos.

Portanto, o sujeito só terá representação de algo a partir de suas experiências pessoais, sejam elas visuais, audíveis, sensíveis, mas que dependem da comunicação. Dependendo do objeto o sujeito terá uma representação somente daquilo que ele ouve falar, ou seja, a partir da visão do outro. Desta forma as representações vão sendo categorizadas de maneira mutável e flexível à medida que este sujeito vem recebendo novas informações sobre este objeto. As interações entre sujeitos favorecem a formação de novas representações, necessitando desta interação para desenvolver o processo cognitivo de cada sujeito como diz Jovchelovitch (2009, p. 81)

Elas não apenas surgem através das mediações sociais, mas tornam-se, elas próprias, mediações sociais. E enquanto mediação social, elas expressam por excelência o espaço do sujeito na sua relação com a alteridade, lutando para interpretar, entender e construir o mundo.

Não há representação sem comunicação, esta é fundamental para que as interações e as transformações sociais se estabeleçam, pois contribui de forma determinante para a formação do pensamento, nas constituições identitárias e, sobretudo possui um papel mediador.

Os surdos são impossibilitados de compartilhar das mesmas informações que os ouvintes, como também impedidos de se comunicar e interagir através da Libras

em diversos lugares. Desta forma os surdos constroem suas representações a partir das informações fragmentadas que lhes são passadas pelos ouvintes, que, muitas vezes, não conseguem se comunicar fluentemente. Sem a comunicação efetiva, sejam elas por falta de fluência ou por acessibilidade, os surdos estão sujeitos a receber e passar esses conceitos de maneira equivocada. Assim, é praticamente apenas nas comunidades surdas que eles conseguem interagir mais com o grupo, o que lhes dá o sentido de pertencimento. Pelo fato da Língua de Sinais, a Libras, ser considerada uma língua oficial no Brasil, as representações dos surdos acabam sendo constituídas a partir da convivência com seus pares linguísticos, apenas convivendo e frequentando os espaços que lhe são acessíveis, o que pode ter consequências em todo o processo cognitivo.

Os surdos usuários da Libras se apropriam dela como um meio de comunicação com liberdade, sem preconceito, com orgulho, elaborando hipóteses, transformando o conhecimento de forma crítica e reflexiva como qualquer pessoa. Resignificam as próprias ideias, seja no âmbito individual ou coletivo. Sendo assim, a língua de sinais não é apenas um meio de comunicação, é uma língua que possibilita ao surdo se manifestar culturalmente, manifestar sua história de vida, a importância e seus hábitos específicos. A Libras permitiu nesta pesquisa a identificação das representações sociais dos surdos sobre o patrimônio cultural. Os surdos, sendo usuários de uma língua minoritária, são, cotidianamente, excluídos pela comunidade ouvinte. Essa exclusão pode acarretar prejuízos irreversíveis no que diz respeito a processos identitários e sociais.

De acordo com Guareschi e Jovchelovitch (2009, p. 149) “a representação social é concebida como um processo social que envolve comunicação e discurso, ao longo do qual significados e objetos sociais são construídos e elaborados”. Portanto o sistema cognitivo de cada sujeito é identificado pela identidade social na qual o sujeito se sente pertencente e que está inserido. Os processos cognitivos que o sujeito necessita para organizar seus pensamentos ocorrem somente por meio da linguagem. No caso dos 50% de entrevistados surdos que só usam a Libras como forma de comunicação, as representações que se estabelecem, só ocorrerão quando as informações chegarem a eles por meio da Libras. Segundo Quadros (2017, p.34) “os surdos veem a língua que o outro produz por meio do olhar, das mãos, das expressões

faciais e do corpo”, isso quer dizer que o surdo tem a necessidade e o direito de dialogar, de ter informações por meio da Libras, além de recursos visuais que possibilitem esse acesso aos espaços, o papel de um intérprete é essencial para que os diálogos aconteçam, mas se essas informações não são acessadas, quais as representações que os surdos possuem sem a comunicação?

O agrupamento de perguntas voltadas aos conhecimentos sobre patrimônio da cidade foi iniciado com “o que mais o identifica a Joinville?” 37% identificaram algo relacionado à cultura surda, como: Libras, grupo de surdos, Associação de Apoio aos Surdos de Joinville e Região, as festas promovidas pela associação de surdos e cursos de Libras na cidade. Resultado que denota identificação com a cultura surda e o pertencimento a esta cultura, a um grupo, o que revela o quanto valorizam e demonstram um desejo que esta seja conhecida e reconhecida.

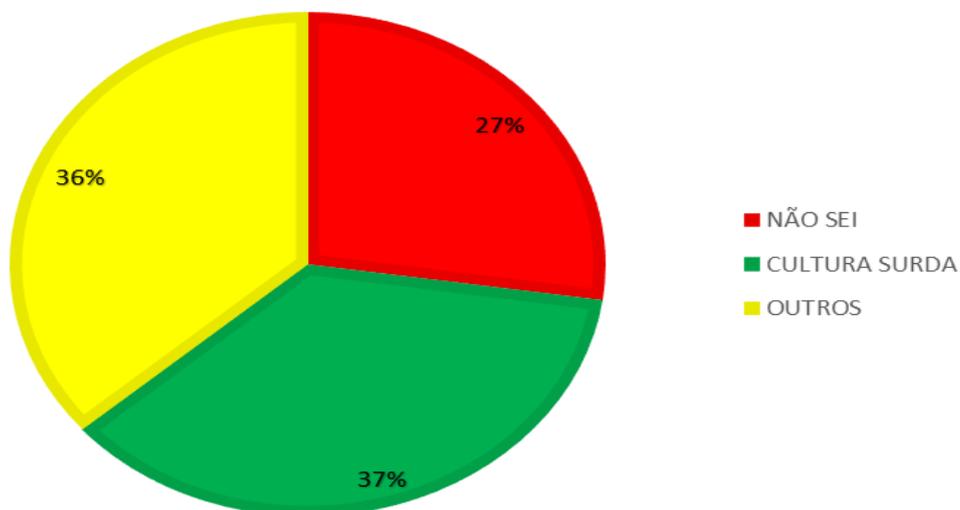
Eu percebo que em Joinville falta muita acessibilidade na cultura para o surdo, falta muito. Em Joinville falta [a] sociedade e [as] pessoas conhecer [em] a identidade do surdo. (EDUARDO, 2017)

De acordo com os relatos dos entrevistados, percebemos o quanto demonstram a necessidade de uma educação bilíngue para as crianças surdas, enfatizando que a luta não depende somente da comunidade surda, mas que a responsabilidade é de toda a sociedade.

Há muita diferença. Sim, gosto muito de Joinville, mas falta se desenvolver, não tem escola própria para as crianças [surdas], não tem muita união, o bilinguismo precisa [ter], vários lugares não têm comunicação. Precisa união de todos, precisamos de escola bilíngue, todos nessa troca, professor que saiba libras, que seja bilíngue, intérpretes ensinando. Todos juntos para a cultura própria do surdo! (MARIA, 2017)

Dos entrevistados 36% deram respostas variadas, como: artesanato, paisagem, dança, pessoas e esporte, como o que os identificavam à Joinville e 27% dos entrevistados responderam “não saber”. Podemos considerar que este é um número significativo de pessoas que não conseguiram identificar patrimônios culturais na cidade de Joinville, mas também há possibilidade de que não conseguiram ter clareza ao serem questionados. Por outro lado, tem-se 37% que se identificam com alguma coisa na cidade, sendo que a maior parte desse grupo tem a cultura surda como seu ponto de identificação com a cidade.

Gráfico 3 - O que mais o identifica a Joinville?



Fonte: Da autora, 2017.

Para compreender as representações dos surdos adultos sobre Patrimônio Cultural de Joinville, percebe-se que ao apresentar o título da pesquisa, houve um estranhamento dos entrevistados quando a palavra “patrimônio cultural” era citada. Isso justifica que 41% dos entrevistados não souberam responder a pergunta “o que é, na sua opinião, patrimônio cultural?”. No entanto, as demais respostas dadas nos fazem notar que, apesar de uma grande parte dos entrevistados não conhecer a expressão “patrimônio cultural”, possuem identificação com a cidade e conseguiram expressar seus sentimentos acerca daquilo que tem significado para eles, mesmo que esses valores não sejam aqueles “tradicionalmente” considerados como patrimônio (CHOAY, 2001). Destaca-se nesse processo, a valoração dada à “cultura surda” por parte significativa dos entrevistados ao longo da pesquisa.

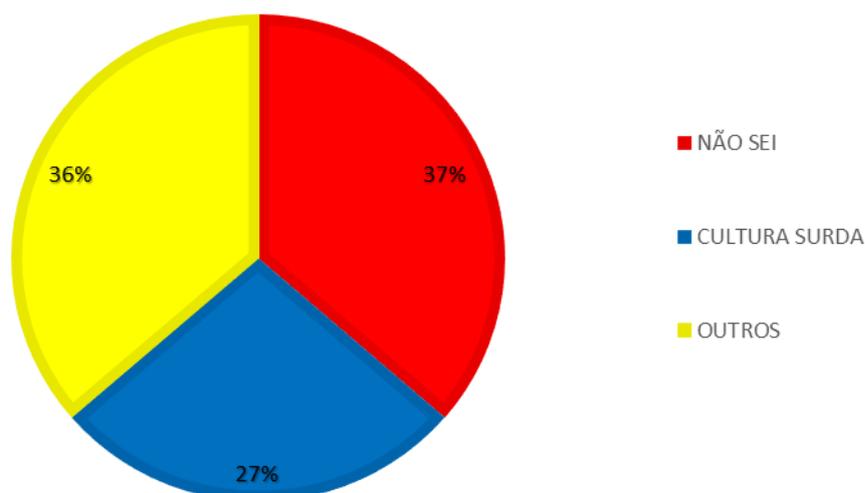
Assim, para além dos 41% que não sabiam o que era patrimônio cultural, a maior parte soube responder, sendo que 36% deram diferentes respostas como a história da cidade, música, museu, arquitetura, memória, artesanato e dança e, 23% disseram que patrimônio cultural são artefatos da cultura surda, como a Língua Brasileira de Sinais, educação bilíngue, comunicação em Libras entre ouvinte e surdo, como também alguns enfatizaram que a falta de intérprete nos espaços, como museu,

banco, fórum entre outros não possibilita a acessibilidade, ou seja a comunicação não acontece, conseqüentemente, são excluídos de vários espaços por não terem acesso a informações.

Verificou-se também que, assim como ocorre com os ouvintes, as representações sociais dos surdos são fortemente influenciadas por meio da comunicação, ou seja, primeiramente no contexto escolar e em segundo por meio do boca a boca, mas, no caso dos surdos, a comunicação ocorre de maneira fragmentada, pois conforme já demonstrado neste trabalho, muitos surdos nascem em famílias ouvintes, portanto a comunicação não ocorre integralmente. Algumas informações só ocorrem quando têm contato com a comunidade surda, ou através de um intérprete, quando ele existe, no contexto escolar. A escola representa um espaço de sociabilidade e que mesmo com todos os percalços, os surdos disseram que se comunicavam com alguém de alguma maneira, seja com os professores ou colegas.

Sobre as práticas culturais que mais identificam Joinville, como é possível visualizar no Gráfico 4, 37% não souberam responder, 36% citaram que é a dança, o uso da bicicleta, o teatro, a arquitetura e as festas como prática cultural, enquanto que 27% citaram os artefatos culturais da cultura surda.

Gráfico 4 - Quais as práticas culturais que identifica em Joinville?



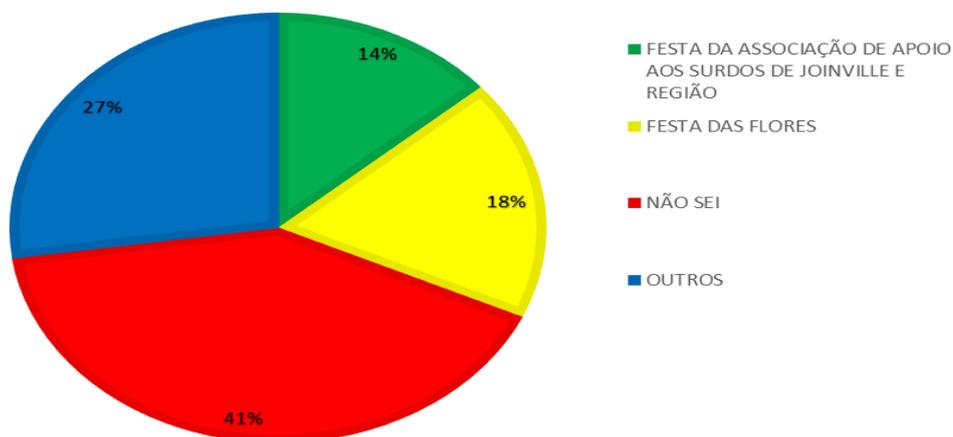
Fonte: Da autora, 2017.

Em seus relatos são recorrentes as afirmações de que os surdos percebem o mundo de forma diferente do ouvinte, evidenciando a importância do ensino da Libras

para os surdos e a necessidade de formar profissionais surdos para o ensino da Libras para a criança surda, enfatizando que a falta de fluência faz com que os surdos não tenham acesso, pois percebem a cultura visualmente. Outro ponto evidenciado foi o de que a Libras também precisa ser conhecida pelas pessoas ouvintes, pois assim seria possível a acessibilidade a todos os lugares para os surdos.

Em relação à festa ou evento que mais identifica Joinville, 41% não souberam responder, 27% citaram festas diversas enquanto que 18% citaram a Festa das Flores e 14% a festa da Associação de Apoio aos Surdos de Joinville e Região.

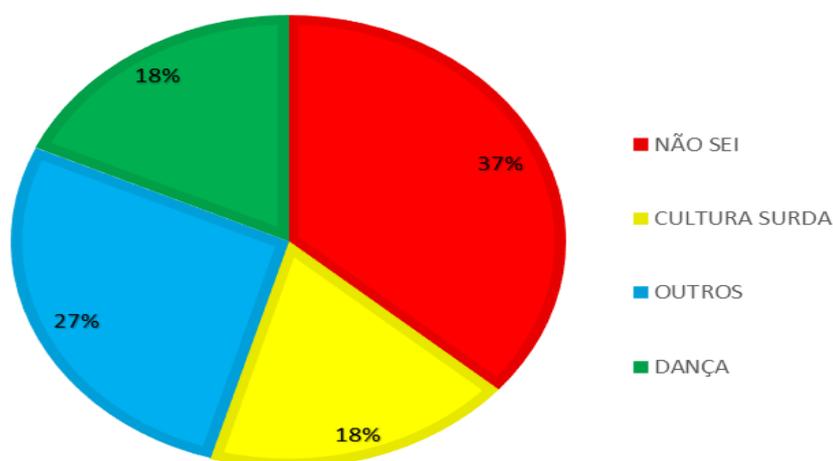
Gráfico 5 - Qual evento/festa popular que você considera que mais identifica Joinville?



Fonte: Da autora, 2017.

O que mais identifica Joinville, como se pode notar pelo Gráfico 6, tem-se que 37% não responderam, 27% disseram que era escola, shopping, empresas, arquitetura e as pessoas; 18% responderam que a cultura surda identifica a cidade, pois essa cultura é diferenciada de outros lugares, seja pela forma ou lugar em que é manifestada e outros 18% citaram a dança como algo que consideram identificar Joinville.

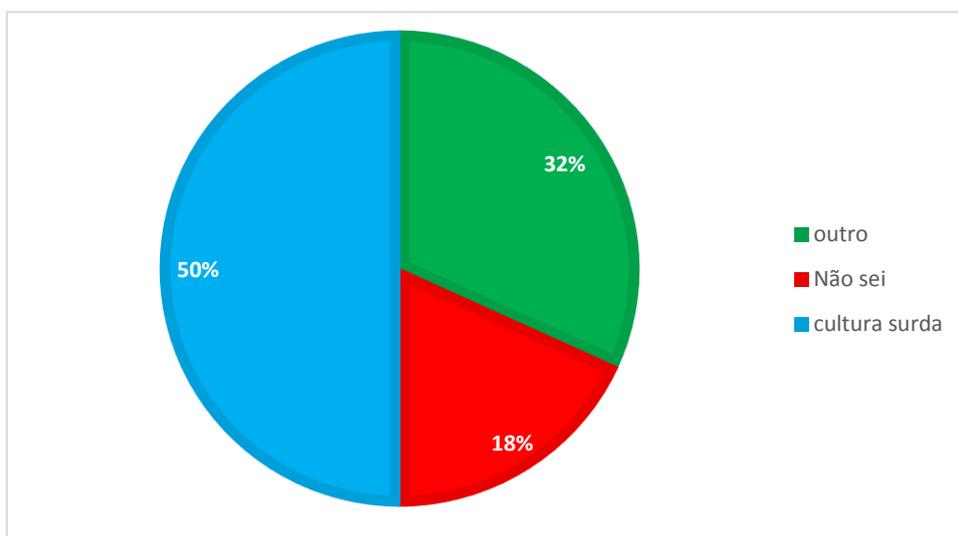
Gráfico 6 – O que mais identifica Joinville?



Fonte: Da autora, 2017.

Na questão seguinte, o entrevistado poderia citar três práticas culturais de Joinville que, na sua opinião, deveriam ser valorizadas. Dos entrevistados 50% citaram práticas voltadas para a cultura surda, como: libras, educação bilíngue, cursos para ouvintes e surdos, acessibilidade, instrutor surdo, professor bilíngue, intérprete, acessibilidade, palestras para ouvintes e curso para intérpretes. Enquanto que 32% dos entrevistados citaram diversas práticas, tais como: profissionais do museu, casa enxaimel, feiras tecnológicas, entre outros e 18% não souberam responder. Nessas respostas é possível notar que, para a maior parte dos entrevistados (Gráfico 7), é para a cultura surda que é dada a maior importância, maior valoração. São as práticas sociais ligadas à acessibilidade do surdo ao mundo que lhes são valorosas. Percebe-se que, para além dos valores históricos, estéticos ou econômicos (CHOAY, 2011; BRAYNER, 2007; FUNARI e PELEGRINI, 2009), são os valores comunicacionais que os surdos atribuem a seu patrimônio cultural.

Gráfico 7 - Cite 3 práticas culturais de Joinville que deveriam ser valorizadas.



Fonte: Da autora, 2017.

Como já foi mencionado, o formulário foi utilizado como roteiro e isso contribuiu para que os entrevistados respondessem de acordo com sua opinião e experiências vividas.

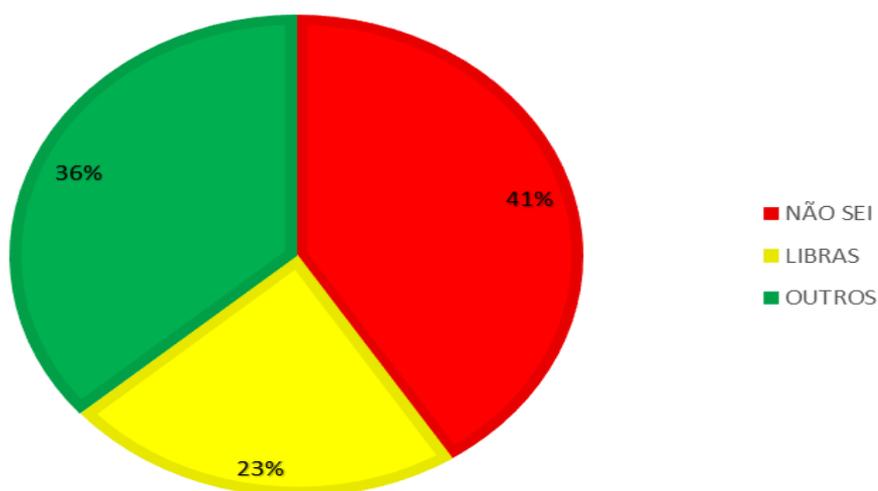
Não sei explicar, mas aqui em Joinville precisa de médicos que saibam utilizar a comunicação em Libras, no banco, no fórum a questão da justiça que tem alguém que trabalhe, na prefeitura, às vezes 1, 2 ou 3 profissionais intérprete precisa é muita dificuldade para o surdo, às vezes na separação do casamento, divórcio. Eu não tenho com quem falar, a comunicação é muito complicada, precisa de um profissional intérprete ali na justiça para que tenha clareza na comunicação, no caso seria muito melhor se tivesse também uma escola bilíngue em Joinville, uma escola própria para o surdo, porque demora muito se desenvolver, então a questão do tempo, sei que existe projeto, mas isso se perde. (ADRIANO, 2017)

Na fala de Adriano é possível perceber que não há como falar em patrimônio cultural sem acessibilidade. O surdo tem dificuldades de acesso às suas necessidades mais básicas como dizer o que sente, e ser compreendido, ao médico, a um advogado ou a qualquer serviço público. O que dizer dos aspectos ligados à cultura?

Patrimônio cultural, comunicação, qualquer pessoa conhece, exemplo o surdo e o ouvinte, os dois conversam, não entende Libras, não tem comunicação é difícil, então escreve português e mostra tem essa troca, sentimento. Tem o grupo de surdo, usando Libras próprio, tem ouvinte que

não gosta, tem ouvinte que gosta, vê a libras quer aprender ou tem medo de aprender, então depende. (BRUNO, 2017)

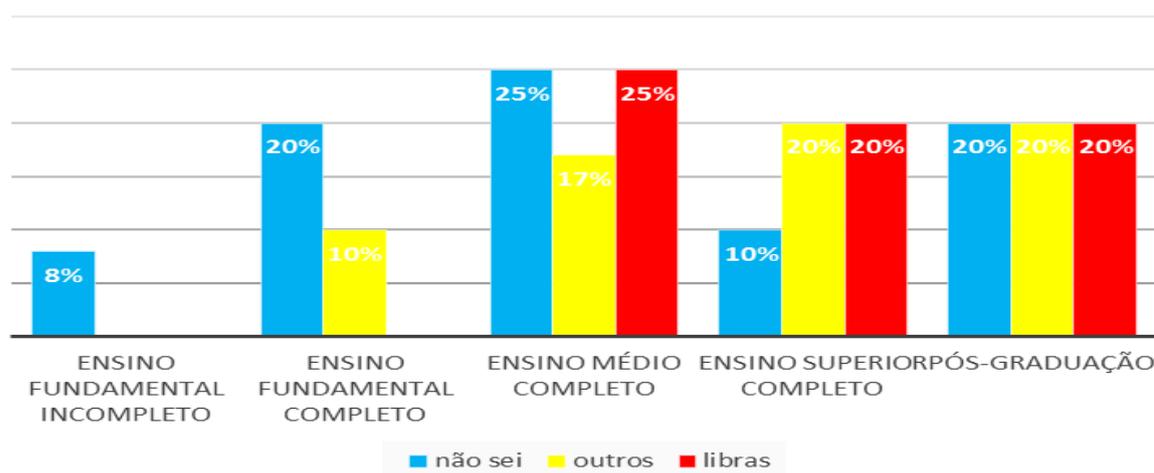
Gráfico 8 - O que é, na sua opinião, patrimônio cultural?



Fonte: Da autora, 2017.

Outro dado que merece atenção e que determina para que as representações sejam constituídas foi o nível de escolaridade. O Gráfico 9 revela que quanto maior a escolaridade, menor o número de pessoas que nada responderam quando questionados sobre o que é patrimônio cultural, isso quer dizer que a escolaridade influencia para que os surdos tenham mais informações sobre o patrimônio.

Gráfico 9 - O que é, na sua opinião, patrimônio cultural X Escolaridade?

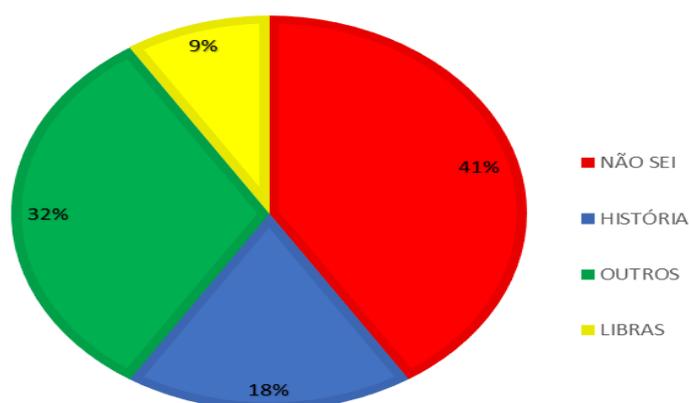


Fonte: Da autora, 2017.

A pergunta “o que é patrimônio cultural de uma cidade?” Possibilitou verificar que 41% não soube responder e justificaram que a falta de acessibilidade não permite maiores conhecimentos sobre o patrimônio da cidade (Gráfico 10).

O Gráfico 10 mostra ainda que 32% citaram outros, como museus, artesanato e paisagem, 18% responderam que é a história, 9% disseram que é a Libras.

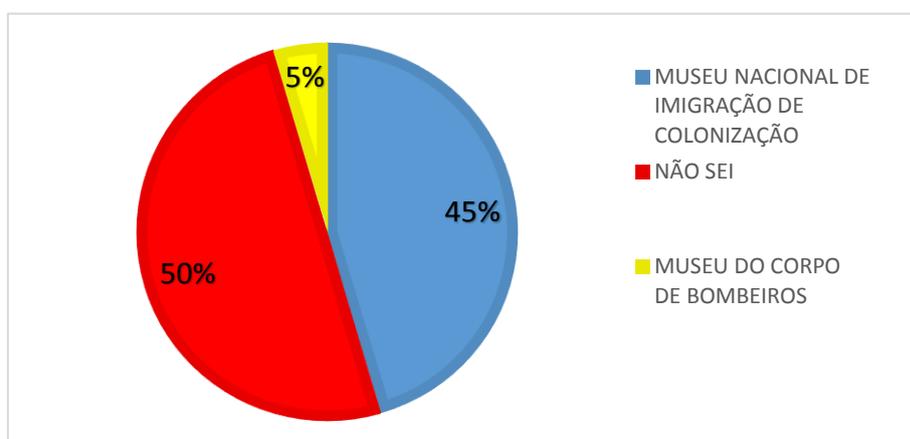
Gráfico 10 - O Que é Patrimônio Cultural de uma Cidade?



Fonte: Da autora, 2017.

A partir da pergunta “Existe algum lugar em Joinville em que a história está guardada?” 50% não souberam responder, 45% citaram o Museu Nacional de Imigração e Colonização, e 5% citou o Museu do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Existe algum lugar em Joinville em que a história está guardada?



Fonte: Da autora, 2017.

Desses entrevistados que responderam que a história de Joinville está guardada no Museu Nacional de Imigração e Colonização, 45%, em algum momento, visitou o museu e 46% desses entrevistados esteve visitando os museus há menos de um ano. Isso quer dizer que os surdos frequentam este espaço. Os motivos que os levaram a visitar o museu são variados, sendo que 36% visitaram por curiosidade e 46% disseram que foi apenas uma vez.

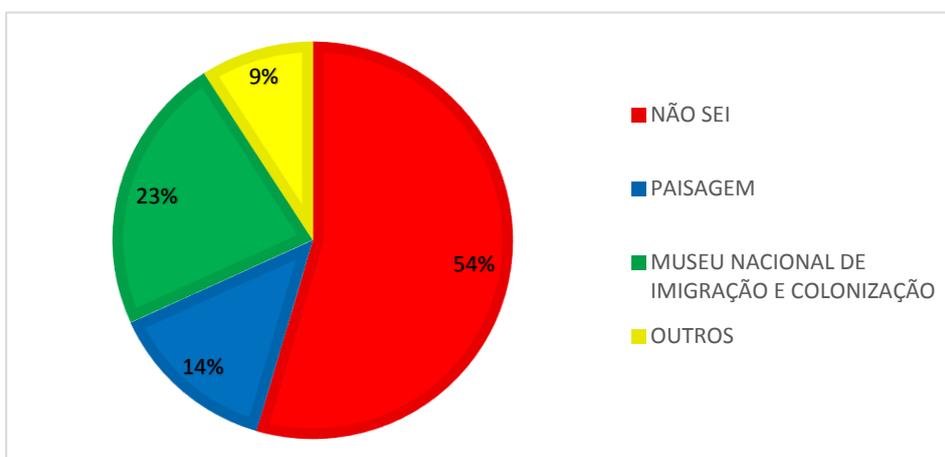
Quadro 2: Complemento da pergunta “existe algum lugar em Joinville em que a história está guardada?”

Você se lembra quando você foi lá?	Qual motivo que te levou lá?	Quantas vezes você foi nesse lugar
Até 1 ano: 46 %	Fui junto com os familiares: 5%	1 vez: 46%
De 1 a 5 anos: 18 %	Fui sozinho, gosto de ir nesses lugares: 9%	2 a 5 vezes: 27%
Mais de 10 anos: 18 %	Curiosidade: 36%	Muitas vezes: 27%
Não me lembro: 18 %	Motivos Profissionais: 14%	
	Outros: 18%	
	Escolas: 18%	

Fonte: Autora, 2017.

O Museu Nacional de Imigração e Colonização também foi lembrado por 23% dos entrevistados quando questionados se “existem algum bem em Joinville que deveria ser preservado? ”, enquanto 54% não souberam responder, 14% disseram que a paisagem deveria ser preservada e 9% citaram outros, como se pode observar no Gráfico 12.

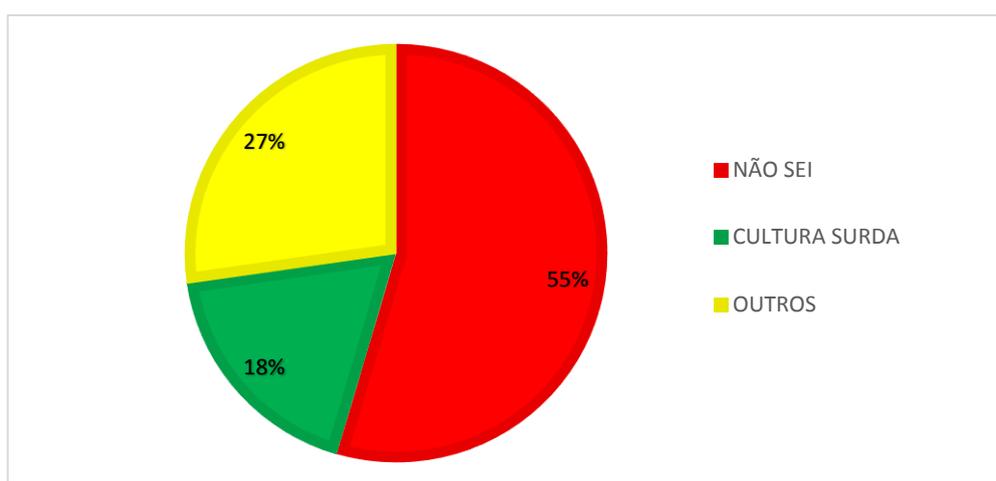
Gráfico 12 - existe algum bem em Joinville que deveria ser preservado?



Fonte: Da autora, 2017.

Diante desses dados podemos notar que os entrevistados atribuem um valor ao Museu Nacional de Imigração e Colonização, já que é o único museu na cidade que tem desenvolvido um projeto para que o espaço seja usufruído por todos, inclusive para os surdos. O museu desenvolve o projeto “Educação Patrimonial e Acessibilidade - Museu Nacional de Imigração, Patrimônio Cultural Brasileiro”¹³, sendo desenvolvido desde 2011 e que tem como objetivo possibilitar ações acessíveis ao público com deficiência, inclusive os surdos. Atualmente o museu disponibiliza um espaço para que aconteçam reuniões com a comunidade surda, como também disponibiliza recursos com áudio guia, além de rampas de acesso, placas indicativas em braile, 15 aparelhos em MP3 que permitem a áudio descrição para pessoas cegas e, em 2017, foi disponibilizado ao público surdo os *tablets* com vídeo guia com 12 vídeos introdutórios em Libras para que os surdos possam conhecer o museu e seu acervo. Dos entrevistados que responderam que o MNIC deveria ser preservado justificou que um dos motivos da preservação é de que é um espaço que preserva a história da cidade e que possui valores históricos. Nota-se que, quando houve acesso ao patrimônio “oficial” da cidade, atribuíram valor ao patrimônio cultural. Pergunta-se: seria essa atribuição uma imposição social já que quando não há acesso são outros os valores?

Gráfico 13 - Existem outros tipos de patrimônio?



Fonte: Autora,

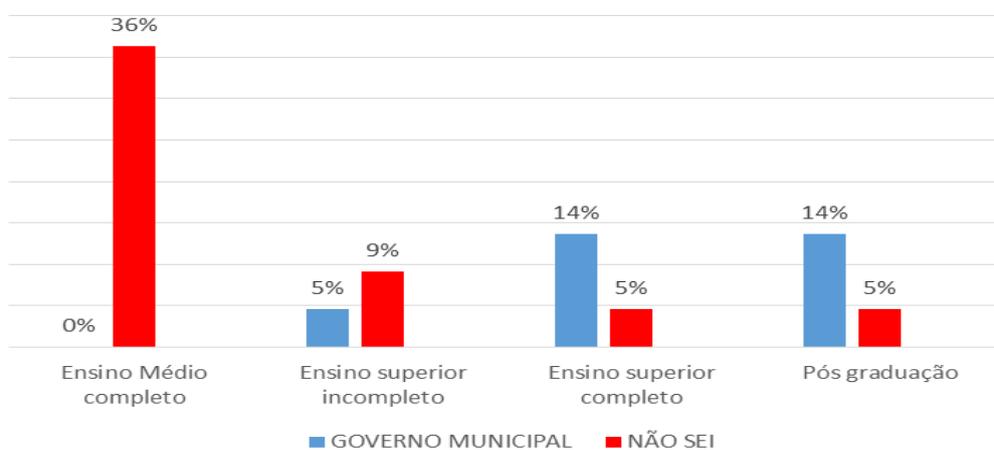
2017.

¹³ <https://www.joinville.sc.gov.br/institucional/mnic/>

Ao perguntar “Existem outros tipos de patrimônio?” 55% responderam que não sabem, 27% disseram que memória, arquitetura e dança e 18% citaram aspectos relacionados à cultura surda.

Com relação à pergunta “Quem cuida do patrimônio cultural de Joinville?”, 68% não soube responder, enquanto que 32% disse que é o governo municipal que cuida desse patrimônio. O Gráfico 14 apresenta o cruzamento desses dados com a escolaridade dos entrevistados, onde percebe-se que quanto maior a escolaridade, maior o percentual de entrevistados que pensam que o governo municipal é responsável pelo patrimônio cultural da cidade, isso revela que algumas informações sobre o patrimônio cultural, só possuem quem tem acesso ao ensino superior. O Governo Municipal de Joinville, como demonstrado ao longo da dissertação, tem implementado uma série de medidas relacionadas ao patrimônio cultural, principalmente ao patrimônio construído, isso, talvez, tenha influenciado as respostas que reconhecem o governo municipal como quem cuida do patrimônio da cidade.

Gráfico 14 - Quem cuida do patrimônio cultural da cidade de Joinville X Escolaridade?



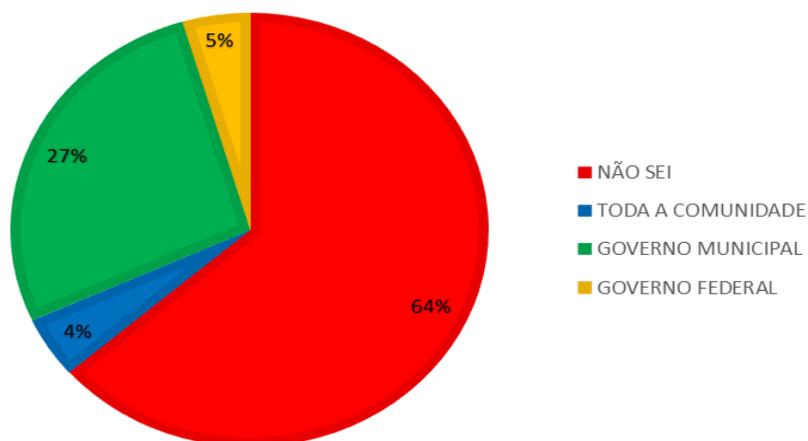
Fonte: Da

autora, 2017.

Já no Gráfico 15, é possível perceber que 64% dos entrevistados não souberam dizer quem deveria cuidar do patrimônio cultural da cidade de Joinville, enquanto que 27% disseram que é o governo municipal, 5% dos entrevistados responderam que é o governo federal e 4% responderam que toda a comunidade é responsável em cuidar do patrimônio. Dos que responderam que é toda a comunidade enfatizaram que é

importante cuidar do patrimônio da cidade, pois a cidade representa a nossa história e possui valores históricos.

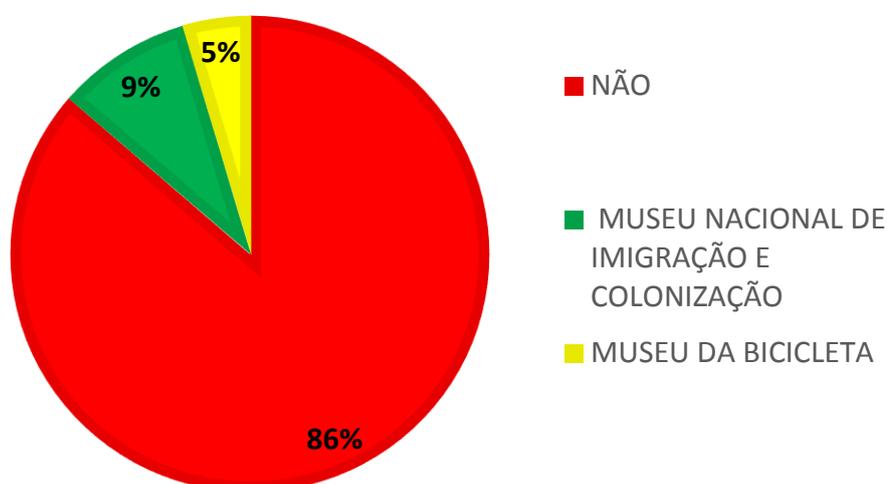
Gráfico 15 - Quem deveria cuidar do Patrimônio da cidade de Joinville?



Fonte: autora, 2017

A questão seguinte nos mostra que a maioria dos entrevistados não possui conhecimentos sobre as leis de tombamento ao serem questionados “Você conhece algum bem protegido por Lei?”, pois 86% disseram que não conhecem nenhum bem protegido, enquanto que 9% responderam que o Museu Nacional de Imigração e Colonização e 5% responderam que o Museu da Bicicleta são bens protegidos por lei.

Gráfico 16: Você conhece algum bem protegido por lei?



Fonte: Autora, 2017.

Nenhum dos entrevistados soube dizer o que é um sambaqui/casqueiro. 5% dos entrevistados disseram que conhece o Museu Arqueológico de Sambaqui, justificando a pergunta, e apenas uma entrevistada disse que conhece o Sambaqui Morro do Ouro. Da totalidade dos entrevistados 55% disseram que não existem monumentos na cidade e 45% que responderam sim, citaram o Monumento do Imigrante, Monumento Dona Francisca e Monumento ao Fundidor.

Por meio das análises de dados, podemos identificar elementos que possibilitam a compreensão das representações sobre o patrimônio cultural, quando os entrevistados manifestam o desejo de serem reconhecidos como sujeitos de uma cultura e principalmente uma língua própria. Se eles têm uma cultura e uma língua própria, porque deveriam considerar patrimônio as mesmas coisas que os ouvintes? Esses indivíduos constroem suas representações por meio da acessibilidade e ela é escassa e mal feita em sua maioria. Devido à necessidade de serem vistos e reconhecidos, os surdos entrevistados aclamam pela acessibilidade ao patrimônio cultural da cidade, que tem por responsabilidade a administração pública municipal.

A comunicação por meio da Libras, tanto no ambiente escolar, como no contexto familiar e nos grupos de amigos, é fundamental para que os surdos construam suas representações. Percebe-se que a escola, além de não possibilitar uma educação bilíngue (conforme o desejo dos surdos), não proporciona informações sobre a cidade de maneira geral, impossibilitando assim um conhecimento acerca dos bens valorizados pela municipalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo identificar e analisar as representações sociais que os surdos têm sobre o patrimônio cultural da cidade de Joinville. A Teoria das Representações Sociais contribuiu para uma maior compreensão dos processos de transformações e suas definições que permeiam esse estudo. Os conceitos abordados foram essenciais para um direcionamento teórico e que contribuiu para que chegássemos às representações circundadas entre patrimônio cultural, representações sociais, identidade e cultura surda e acessibilidade. E a partir dessa compreensão foi investigado como o patrimônio cultural contribui para a constituição do indivíduo como cidadão, influenciando seu protagonismo na vida social e possibilitando o pertencimento a um determinado espaço e cultura. Patrimônio cultural seja material ou imaterial, de alguma forma, está intimamente ligado aos sujeitos que ocupam um espaço ou a que eles pertençam. Portanto, as representações sociais estão enraizadas aos sujeitos, por este motivo fazem parte do universo imaterial, através de interações sociais que se transformam por meio da comunicação.

Assim, as representações sociais refletem a realidade que são constituídas de acordo com as experiências vividas pelos indivíduos e as mesmas são frutos da comunicação, constatou-se que é por meio dessas representações podemos conhecer o grupo, seus costumes, como se estabelecem a sua comunicação e como ocorrem sua interação e inclusão nos aspectos históricos e sociais. Portanto é de extrema importância o resultado deste estudo para a compreensão da realidade vivida pelas pessoas surdas, pois poderá subsidiar futuras ações sejam de acessibilidade dos surdos ao patrimônio cultural da cidade.

A partir da realidade vivida por muitos surdos, principalmente os que habitam a cidade de Joinville, considerando a falta de acessibilidade ao patrimônio cultural encontrada por eles, buscou-se analisar quais as representações sociais que esse grupo possui como elas se constituem e o que as influenciam. Portanto, as demandas que surgem em relação ao patrimônio cultural da cidade, devem levar em consideração os anseios que a comunidade almeja.

Os dados obtidos por meio das análises expostas na dissertação revelam que as representações apresentadas sobre o patrimônio cultural da cidade, se dão primeiramente pelo ambiente escolar, pois os surdos que possuem acesso a comunicação por meio da Libras em sua trajetória escolar desde educação básica, até o ensino superior, conseguem ter uma interpretação e análise do contexto do patrimônio Cultural. Em segundo lugar aparece o boca a boca, pois as informações são resultados das interações sociais, pelo fato de que a escola é um espaço de sociabilidade e que mesmo com todos os percalços, os surdos se comunicavam com alguém de alguma maneira, seja com os professores ou colegas.

De maneira geral, percebe-se que uma boa parte do grupo investigado considera que patrimônio cultural é a cultura surda e seus artefatos. Os surdos se identificam como membros da comunidade surda e a Libras é um indicador desta identidade, o que acaba influenciando nas representações que constroem sobre o mundo, pois, por se tratar de um grupo excluído e com características próprias, trocam informações entre si por meio do contato com a comunidade surda.

E, por último, encontramos um grupo que significativamente não soube responder grande parte das perguntas. No entanto, em diversos momentos, os entrevistados demonstraram que esse desconhecimento se dá pelo fato de que não frequentam esses lugares por falta de acessibilidade. O surdo, assim como qualquer outro cidadão, tem a necessidade de fazer parte, de se sentir inserido nesse contexto, os mesmos possuem consciência da falta de informação e que a Libras é necessária para que este conhecimento acerca do Patrimônio Cultural da cidade seja acessível a eles. É possível afirmar que o conhecimento do grupo entrevistado sobre o patrimônio cultural oficial da cidade é mínimo, pois não conseguem estabelecer relação com os equipamentos culturais públicos devido a falta de acessibilidade a esses espaços.

Contudo, essa falta de acesso àquilo que é oferecido pelo poder público e àquilo que é mais divulgado e valorizado pela mídia e pelos ouvintes, faz com que o surdo enalteça a cultura surda e seus artefatos e a sua língua, a Libras, como maior patrimônio.

Assim, a análise das entrevistas mostrou que as representações construídas pelos participantes acerca do patrimônio cultural, estão associadas à falta de

acessibilidade, pois a Língua Brasileira de Sinais remete a um contexto social específico. É evidente o sentimento de exclusão dos surdos, por se identificarem como surdos e sinalizadores da Libras, e isso evidencia a busca por um espaço e aceitação quando enfatizam, nas entrevistas, essa identidade surda.

Tanto a legislação federal como a municipal garantem o acesso à cultura e ao atendimento por meio da Libras, aos surdos, nos lugares públicos, como também o direito de dialogar e de receber informações mediadas e interpretadas por um profissional intérprete de Libras ou um funcionário capacitado fluente em Libras. O patrimônio local da cidade de Joinville não contempla a cultura surda. O grupo de entrevistados demonstrou que a ausência de intérprete é um dos principais agravantes para que os mesmos não obtenham informações sobre o patrimônio cultural, para que participem ativamente dos espaços de cultura e se sintam incluídos. Cabe ao poder público desenvolver ações que contemplem o surdo respeitando sua cultura e propondo a formação continuada aos profissionais que atendem nos espaços culturais, ações em que esses estejam em contato permanente com a cultura surda, proporcionando conhecimento sobre a língua de maneira eficaz, e que de fato a comunicação aconteça, fazendo com que o surdo seja respeitado em sua totalidade e tenha acesso às informações para que possa interpretar o mundo de forma mais inclusiva.

A falta de conhecimento e o preconceito socialmente construído estão baseados na incapacidade dos surdos de se comunicar e aprender. O surdo, como sujeito ativo e pertencente a uma cultura, vê-se de forma igualitária e abandona o estereótipo de se sentir diferente. Como afirma Moscovici, (2009, p.37) “as representações são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações”. Desta forma, entende-se porque aqueles surdos que tiveram acesso às representações de que a história dá significado ao patrimônio cultural possuem uma representação diferente daqueles que não tiveram acesso a essas informações. É importante também frisar a relevância da pesquisa sobre as representações que os surdos têm sobre esse patrimônio para que as políticas de acessibilidade não estejam em dissonância com o que os maiores interessados

realmente necessitam. Fica claro que o acesso à informação necessita da comunicação e está só acontece com interação, participação e não apenas recepção.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. Tradução de Pedro H. Faria Campos. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. de. **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. rev. Goiânia (GO): Cultura e Qualidade, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 15599: acessibilidade – comunicação na prestação de serviços**. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

BITTENCOURT, Zélia Z L C; MONTAGNOLI, Ana Paula. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA SURDEZ. **Medicina (Ribeirão Preto. Online)**, Ribeirão Preto, v. 40, n. 2, p. 243-249, jun 2007. ISSN 2176-7262. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/322>>. Acesso em: 06 fev. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v40i2p243-249>.

BITTENCOURT, Zélia Z. L. C.; MENDONÇA, Fernanda B.; SILVA, Ivani Rodrigues. O que ele vai ser quando crescer? Expectativas de pais de crianças surdas. **Medicina (Ribeirão Preto. Online)**, Ribeirão Preto, v. 44, n. 2, p. 185-194, jun 2010. ISSN 2176-7262. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/47359/51096>>. Acesso em: 06 fev. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v44i2p185-194>.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: jul. 2017.

_____. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais, Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

_____. Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso em: 23 jan. 2018.

_____. Decreto-Lei nº3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 03 fev. 2018.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm. Acesso em: 04 fev. 2018.

_____. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 25 abr. 2002. p. 23. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: set. 2016.

_____. Decreto-Lei nº 5.296, de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimentos às pessoas que especifica, e nº 10.098, de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. Decreto-Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 2005. p. 28. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 10, dez. 2017.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2018.

_____. Decreto Lei nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, Nova York, 30 mar.2017.

_____. Lei Nº 12.343 de 2 de dezembro de 2010.Plano Nacional da Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a-40de-bc74-8dc694fe777a> Acesso em: jun.2017.

_____. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm Acesso em: 13 mai. 2016.

_____. Metas do Plano Nacional da Cultura. 2012 Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/As-Metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura-Junho-de-2012-1.pdf/cde76c9c-856f-4267-b2cd-cf5676bb1cfc> Acesso em: jun.2017.

_____. Instrução normativa nº 001, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf. Acesso em: jan.2018

_____. Lei nº **13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência) Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: jan. 2018.

_____. Metas do Plano Nacional da Cultura. Relatório 2016 de Acompanhamento das Metas. 2º ed. Brasília, 2017. Disponível em: http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2016/05/RELAT%C3%93RIO-COMPILADO_2015-1.pdf .

Acesso em: jan.2018.

BRAYNER, N. G. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**: Brasília, DF: IPHAN, 2007.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: edusc, 2002.

FARIAS, T. C. de. **Patrimônio Cultural**: a indissociabilidade do patrimônio material e imaterial na cidade de Pombal / PB. 2011.143f. Dissertação de Mestrado (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba – PB, 2011.

FENEIS. **Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos**. Modelo da Fundação da Associação de Surdos. Disponível em: <http://www.fdserj.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Orienta%C3%A7%C3%A3o-FEDERA%C3%87%C3%83O-NACIONAL-DE-EDUCA%C3%87%C3%83O-E-INTEGRA%C3%87%C3%83O-DOS-SURDOS.pdf>. Acesso em: 24 jan.2018.

FONTANELLA, B. J. B; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, p.17-27, 2008.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como Categoria de Pensamento.In: Abreu, Regina. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2.ed.Rio de Janeiro: Lamparina.2009.

GUARESCHI, Pedrinho A. Representações sociais e ideologia. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p 33-46 2000.

GUARESCHI, Pedrinho A; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Org.). **Textos em representações sociais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 22, v. 2, p.15-46 jul. Dez. 1997.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico brasileiro 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: set. 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Guia de pesquisa e documentação para o INDL: patrimônio cultural e diversidade linguística** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília: IPHAN, 2016.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço, público e representações sociais. In: Guareschi, Jovchelovitch, Sandra (Org.). **Textos em representações sociais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

JOINVILLE. Lei nº 1.863, de 23 de abril de 1982. Cria a Fundação Cultural de Joinville. **Plano Municipal de Cultura**. Joinville: Prefeitura de Joinville, [s.d.]. Disponível em <<https://fundacaocultural.joinville.sc.gov.br/conteudo/59-Plano+Munic.+de+Cultura.html>>. Acesso em: jul. 2017.

_____. Lei Orgânica do Município de Joinville, 1990.

_____. Decreto n.º 12839/2006. Regulamenta a Lei nº 5372, de dezembro de 2005 que institui o Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura-SIMDEC e adota outras providências, 2006. Disponível em: Acesso em: 21 jul. 2017.

_____. Lei nº 6705, de 11 de junho de 2010. Institui o Sistema Municipal de Cultura e dispõe sobre as diretrizes, composição e funcionamento do Conselho Municipal de Política Cultural, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/lei-ordinaria/2010/670/6705/lei-ordinaria-n-6705-2010-institui-o-sistema-municipal-de-cultura-e-dispoe-sobre-as-diretrizes-composicao-e-funcionamento-do-conselho-municipal-de-politica-cultural-e-da-outras-providencias.html>. Acesso em: 21 jul. 2017.

_____. Decreto nº 17.413, de 4 de fevereiro de 2011. Aprova o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural de Joinville - CMPC-JLLE.

_____. Lei Municipal nº 7258, de 05 de julho de 2012. Institui o Plano Municipal de cultura de Joinville e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/lei-ordinaria/2012/726/7258/lei-ordinaria-n->. Acesso em: fev.2018

_____. Lei Municipal nº 7335, de 10 de dezembro de 2012. Estabelece obrigações gerais e critérios básicos de acessibilidade no município de Joinville. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/lei-ordinaria/2012/733/7335/lei-ordinaria-n-7335-2012-estabelece-obrigacoes-gerais-e-criterios-basicos-de-acessibilidade-no-municipio-de-joinville>. Acesso em: fev.2018

KRAISH, Adriana M. P. O. **O Patrimônio arqueológico como elemento do Patrimônio Cultural**. In: ANPUH, 2007.

KYLE, J. O ambiente bilíngue: alguns comentários sobre o desenvolvimento do bilinguismo para surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidades da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

LACERDA, C.B.F. A prática fonoaudiológica frente às diferentes concepções de linguagem. **Espaço**, n.10, p. 30-40, dez.1998

LANE, Sílvia. T. Maurer. **O que é Psicologia Social**. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LOPES.M. C. Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos. In: SKLIAR. C (Org). **A Surdez. Um olhar sobre as diferenças**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

MINAYO, M. C. S. (Org). Pesquisa social: Teoria, métodos e criatividade. 21º ed. Petrópolis-RJ. Vozes, 2002.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ONU- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: set. 2016.

PORTAL INCLUIR. **Joinville deficiente em acessibilidade auditiva**. Disponível em: <http://portalincluir.wixsite.com/projetoexperimental/single-post/2015/06/30/Joinville-deficiente-em-acessibilidade-auditiva> Acesso em: 15 ago. 2017

PERLIN, G.T.T.; **O Ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade** Porto Alegre, 2003,130 f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2003.

PERLIN, G. **A cultura surda e os intérpretes de Língua de Sinais (ILS)** ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.136-147, jun. 2006.

PERLIN, G.T.T. Identidades **surdas**. In: SKLIAR.C (ORG). **A Surdez**. Um olhar sobre as diferenças. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

PINHEIRO, M.L. **Língua Brasileira de Sinais-Libras I**.SOCIESC-Sociedade Educacional de Santa Catarina-EAD-Tupy-Educação a Distância. São Paulo: Know How, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. p.3 -15, 1992.

QUADROS, R.M. **Educação de Surdos**. Aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R.M. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 05, p.81-111, 2003.

QUADROS, R.M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de Sinais e língua portuguesa**. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

QUADROS, R. M. de; PIZZIO, A. L; REZENDE, P. L. F.; **Língua Brasileira de Sinais I**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

QUADROS, R.M. **Língua de Herança**. Língua Brasileira de Sinais. Porto Alegre: Penso, 2017.

ROCHA, Sophia Cardoso; ARAGÃO, Ana Lúcia. **Direitos Culturais no Brasil e uma breve análise do Programa Cultura Viva**. Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7316/Sophia-Cardoso-Rocha-et-alii.pdf>. Acesso: 20 jan.2018

ROSA, Andréa da Silva. **Entre a visibilidade da tradução da Língua de Sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2005.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SÁ, Nídia Regina Limeira. **Cultura, poder e educação de surdos**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2012.

SACKS, O. **Vendo vozes** - uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro, Imago, 1990.

STUMPF, M. R. Mudanças Estruturais para Inclusão ética. In. Quadros. R.M. (ORG). **Estudos Surdos III**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WA, 1999.

SÊGA, Rafael Augustus. **O Conceito de Representação Social nas Obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici**. Porto Alegre, n. 13, julho. 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SKLIAR, Carlos. (Org.). **A surdez**. Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2015.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

VELOSO, E; MAIA, V. **Aprenda LIBRAS com eficiência e rapidez**. Curitiba, PR Editora: Mãos Sinais, 2010.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

Entrevistas orais

ADRIANO. entrevista [junho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

ANTÔNIO. entrevista [junho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

BEATRIZ. Entrevista [junho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

BRUNO. entrevista [junho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

CARLOS. entrevista [julho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

EDUARDO. entrevista [junho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

FABIANA. entrevista [junho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

FERNANDO. entrevista [julho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em áudio. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

FLÁVIA. entrevista [junho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

HENRIQUE. entrevista [julho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

LEONARDO. entrevista [julho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

MARIA. entrevista [julho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

MARIO. entrevista [julho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

MAGALI. entrevista [março] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

MÔNICA. entrevista [julho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

OTÁVIO. entrevista [junho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

PAMELA. entrevista [julho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

PAULO. entrevista [junho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

ROSA. entrevista [junho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

VANESSA. entrevista [julho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

VERA. entrevista [julho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em áudio. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

VITOR. entrevista [julho] Entrevistadora: Neide de Lima Lourenço. Joinville, 2017. Gravação digital em Vídeo. Entrevista concedida para o projeto “As representações que os surdos adultos de Joinville têm sobre o Patrimônio Cultural.”

APÊNDICE A- FORMULÁRIO DE PESQUISA**Formulário para os surdos**

1) Como você se comunica?

LIBRAS Oralmente/leitura labial outro

2) Você nasceu surdo?

sim não. Com quanto anos você perdeu a audição? _____

3) Você faz uso de algum aparelho?

AASI IC outro

4) Gênero:

feminino masculino outro

5) Idade?

- 18 á 24
- 25 á 34
- 35 á 40
- 41 á 49
- 50 á 65
- 66 ou mais

6) Naturalidade:

Cidade: _____ Estado: _____

7) Qual é o bairro que você mora?

8) Se caso não for daqui a quantos anos está na cidade?

- menos de 1 ano
- de 1 á 5 anos
- de 6 á 10 anos
- de 11 á 20 anos
- mais de 20 anos

9) Escolaridade?

- nenhuma
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto

- Ensino Médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós graduação

10) Você estudou em Joinville?

- sim Não

11) Renda familiar (em salários mínimos)

- até 1
- de 1 á 2
- de 3 á 5
- de 5 á 10
- mais de 10

12) Ocupação profissional?

- Assalariado
- Estudante
- Empresário
- Aposentado
- Dona de Casa
- Desempregado
- Funcionário público
- Autônomo
- outro _____

13) Atua/ atuou na área da cultura?

- sim Não

14) O que mais o identifica a Joinville?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Arquitetura | <input type="checkbox"/> Pessoas |
| <input type="checkbox"/> Artesanato | <input type="checkbox"/> Religião. Qual? _____ |
| <input type="checkbox"/> Bicicletas | <input type="checkbox"/> Festas |
| <input type="checkbox"/> Coisas antigas | <input type="checkbox"/> Gastronomia |
| <input type="checkbox"/> Dança | <input type="checkbox"/> História |
| <input type="checkbox"/> Escolas | <input type="checkbox"/> Industrias |
| <input type="checkbox"/> Esportes | <input type="checkbox"/> Jardins |
| <input type="checkbox"/> Língua | <input type="checkbox"/> Sambaquis |
| <input type="checkbox"/> Memória | <input type="checkbox"/> Sociedade/Clubes |
| <input type="checkbox"/> Museus | <input type="checkbox"/> outro: _____ |
| <input type="checkbox"/> Música | <input type="checkbox"/> Não sabe |
| <input type="checkbox"/> Paisagem | |

15) O que é, na sua opinião, patrimônio Cultural?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Arquitetura | <input type="checkbox"/> Pessoas |
| <input type="checkbox"/> Artesanato | <input type="checkbox"/> Religião. Qual? _____ |
| <input type="checkbox"/> Bicicletas | <input type="checkbox"/> Festas |
| <input type="checkbox"/> Coisas antigas | <input type="checkbox"/> Gastronomia |
| <input type="checkbox"/> Dança | <input type="checkbox"/> História |
| <input type="checkbox"/> Escolas | <input type="checkbox"/> Industrias |
| <input type="checkbox"/> Esportes | <input type="checkbox"/> Jardins |
| <input type="checkbox"/> Língua | <input type="checkbox"/> Sambaquis |
| <input type="checkbox"/> Memória | <input type="checkbox"/> Sociedade/Clubes |
| <input type="checkbox"/> Museus | <input type="checkbox"/> outro: _____ |
| <input type="checkbox"/> Música | <input type="checkbox"/> Não sabe |
| <input type="checkbox"/> Paisagem | |

16) O que é Patrimônio Cultural de uma cidade?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Arquitetura | <input type="checkbox"/> Pessoas |
| <input type="checkbox"/> Artesanato | <input type="checkbox"/> Religião. Qual? _____ |
| <input type="checkbox"/> Bicicletas | <input type="checkbox"/> Festas |
| <input type="checkbox"/> Coisas antigas | <input type="checkbox"/> Gastronomia |
| <input type="checkbox"/> Dança | <input type="checkbox"/> História |
| <input type="checkbox"/> Escolas | <input type="checkbox"/> Industrias |
| <input type="checkbox"/> Esportes | <input type="checkbox"/> Jardins |
| <input type="checkbox"/> Língua | <input type="checkbox"/> Sambaquis |
| <input type="checkbox"/> Memória | <input type="checkbox"/> Sociedade/Clubes |
| <input type="checkbox"/> Museus | <input type="checkbox"/> outro: _____ |
| <input type="checkbox"/> Música | <input type="checkbox"/> Não sabe |
| <input type="checkbox"/> Paisagem | |

17) De onde veio essa informação?

- Ouvi dizer
- Na escola
- Jornal
- Televisão
- Rádio
- Família
- Centros religiosos
- Redes Sociais
- Internet
- Conheço/trabalho/estudo com isso
- Outro

18) Existem outros tipos de patrimônio? Quais?

- | | |
|---|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Não sabe | <input type="checkbox"/> Arquitetura |
| <input type="checkbox"/> Coisas Antigas | <input type="checkbox"/> Festas _____ |
| <input type="checkbox"/> A história | <input type="checkbox"/> Jardins |
| <input type="checkbox"/> Memória | <input type="checkbox"/> dança |
| <input type="checkbox"/> Paisagem | <input type="checkbox"/> Industrias |
| <input type="checkbox"/> Religião | <input type="checkbox"/> Gastronomia |
| <input type="checkbox"/> Língua | <input type="checkbox"/> Pessoas |
| <input type="checkbox"/> Museus | <input type="checkbox"/> Esportes |
| <input type="checkbox"/> Sambaquis | <input type="checkbox"/> Outro |

19) De onde veio essa informação?

- Ouvi dizer
- Na escola
- Jornal
- Televisão
- Rádio
- Família
- Centros religiosos
- Redes Sociais
- Internet
- Conheço/trabalho/estudo com isso
- Outro

20) Quais as práticas culturais que mais identifica Joinville? Por quê?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Arquitetura | <input type="checkbox"/> Pessoas |
| <input type="checkbox"/> Artesanato | <input type="checkbox"/> Religião. Qual? _____ |
| <input type="checkbox"/> Bicicletas | <input type="checkbox"/> Festas |
| <input type="checkbox"/> Coisas antigas | <input type="checkbox"/> Gastronomia |
| <input type="checkbox"/> Dança | <input type="checkbox"/> História |
| <input type="checkbox"/> Escolas | <input type="checkbox"/> Industrias |
| <input type="checkbox"/> Esportes | <input type="checkbox"/> Jardins |
| <input type="checkbox"/> Língua | <input type="checkbox"/> Sambaquis |
| <input type="checkbox"/> Memória | <input type="checkbox"/> Sociedade/Clubes |
| <input type="checkbox"/> Museus | <input type="checkbox"/> outro: _____ |
| <input type="checkbox"/> Música | <input type="checkbox"/> Não sabe |
| <input type="checkbox"/> Paisagem | |

21) De onde veio essa informação?

- Ouvi dizer
- Na escola
- Jornal
- Televisão
- Rádio

- Família
- Centros religiosos
- Redes Sociais
- Internet
- Conheço/trabalho/estudo com isso
- Outro

22) Cite 3 práticas culturais de Joinville que deveriam ser valorizadas:

1. _____ Por quê? _____
2. _____ Por quê? _____
3. _____ Por quê? _____

23) Qual evento/festa popular que você considera que mais identifica Joinville?

24) O que mais identifica Joinville?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Arquitetura | <input type="checkbox"/> Pessoas |
| <input type="checkbox"/> Artesanato | <input type="checkbox"/> Religião. Qual? _____ |
| <input type="checkbox"/> Bicicletas | <input type="checkbox"/> Festas |
| <input type="checkbox"/> Coisas antigas | <input type="checkbox"/> Gastronomia |
| <input type="checkbox"/> Dança | <input type="checkbox"/> História |
| <input type="checkbox"/> Escolas | <input type="checkbox"/> Indústrias |
| <input type="checkbox"/> Esportes | <input type="checkbox"/> Jardins |
| <input type="checkbox"/> Língua | <input type="checkbox"/> Sambaquis |
| <input type="checkbox"/> Memória | <input type="checkbox"/> Sociedade/Clubes |
| <input type="checkbox"/> Museus | <input type="checkbox"/> outro: _____ |
| <input type="checkbox"/> Música | <input type="checkbox"/> Não sabe |
| <input type="checkbox"/> Paisagem | |

25) Existe algum lugar em Joinville, em que a história está guardada?

- Museu Nacional da Imigração e Colonização
- Museu Arqueológico Sambaqui
- Museu de Arte de Joinville
- Museu Casa Fritz Alt
- Museu das Bicicletas
- Arquivo Histórico
- Biblioteca
- Centro histórico
- Sambaquis

- Casas Enxaimel
- Estação da Memória
- Cemitério dos Imigrantes
- Sociedades
- Outro

26) Caso a resposta seja positiva, você já esteve lá?

- Sim
- não

27) Você se lembra quando foi isso?

- Até 1 ano
- De 1 á 5 anos
- De 5 á 10 anos
- Mais de 10 anos
- Não me lembro

28) Qual o motivo que te levou lá?

- Fui junto com a escola
- Fui junto com os familiares
- Fui sozinho, gosto de ir nesses lugares
- Curiosidade
- Profissionais
- Outro: _____

29) Quantas vezes você foi nesse lugar?

- 1 vez
- 2 a 4 vezes
- Muitas vezes

30) Você voltaria?

- Sim
- Não

31) Existe algum bem em Joinville que deveria ser preservado? Quais?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Arquitetura | <input type="checkbox"/> Pessoas |
| <input type="checkbox"/> Artesanato | <input type="checkbox"/> Religião. Qual? _____ |
| <input type="checkbox"/> Bicicletas | <input type="checkbox"/> Festas |
| <input type="checkbox"/> Coisas antigas | <input type="checkbox"/> Gastronomia |
| <input type="checkbox"/> Dança | <input type="checkbox"/> História |
| <input type="checkbox"/> Escolas | <input type="checkbox"/> Industrias |
| <input type="checkbox"/> Esportes | <input type="checkbox"/> Jardins |

- | | |
|-----------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Língua | <input type="checkbox"/> Sambaquis |
| <input type="checkbox"/> Memória | <input type="checkbox"/> Sociedade/Clubes |
| <input type="checkbox"/> Museus | <input type="checkbox"/> outro: _____ |
| <input type="checkbox"/> Música | <input type="checkbox"/> Não sabe |
| <input type="checkbox"/> Paisagem | <input type="checkbox"/> Nenhum |

32) Por que você considera importante preservar estes bens?

- Por que é bonito, valores estéticos.
- Por que é nossa História, valores históricos.
- Faz parte da minha memória, valores afetivos.
- Valores utilitaristas (a cidade poderá tirar algum proveito monetário).
- Por que é Lei.
- Dizem que é importante
- Não sei
- Outro: _____

33) De onde veio esta informação?

- Ouvi dizer
- Na escola
- Jornal
- Televisão
- Rádio
- Família
- Centros religiosos
- Redes Sociais
- Internet
- Conheço/trabalho/estudo com isso
- Outro

34) Existe algum bem no seu bairro que deveria ser preservado?

- sim. Quais? _____ não

35) Por quê?

- Por que é bonito, valores estéticos.
- Por que é nossa História, valores históricos.
- Faz parte da minha memória, valores afetivos.
- Valores utilitaristas (a cidade poderá tirar algum proveito monetário).
- Por que é Lei.
- Dizem que é importante
- Não sei

Outro: _____

36) Quantas vezes você já foi ou passou nesse lugar?

- 1 vez
- 2 a 4 vezes
- Muitas vezes
- Não sei dizer
- Nenhuma

37) Você voltaria ?

- sim
- não

38) Quem cuida do Patrimônio Cultural da cidade de Joinville?

- Governo Municipal (Prefeitura/Fundação Cultural de Joinville)
- Empresas
- Toda a comunidade
- Governo do Estado
- Governo Federal (Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional-IPHAN)
- proprietário
- ninguém
- não sei
- outros: _____

39) De onde veio esta informação?

- Ouvi dizer
- Na escola
- Jornal
- Televisão
- Rádio
- Família
- Centros religiosos
- Redes Sociais
- Internet
- Conheço/trabalho/estudo com isso
- Outro

40) Quem deveria cuidar do Patrimônio da cidade de Joinville?

- Governo Municipal (Prefeitura/Fundação Cultural de Joinville)
- Empresas
- Toda a comunidade
- Governo do Estado

Governo Federal (Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional-IPHAN)

proprietário

ninguém

não sei

outros: _____

41) Para que cuidar?

Por que é bonito, valores estéticos.

Por que é nossa História, valores históricos.

Faz parte da minha memória, valores afetivos.

Valores utilitaristas (a cidade poderá tirar algum proveito monetário).

Por que é Lei.

Dizem que é importante

Não sei

Outro: _____

42) Você conhece algum bem protegido por Lei em Joinville?

sim

não

Qual? _____

E no Bairro? _____

43) O que é Sambaqui/Casqueiro?

Vem do dilúvio

Monte de Conchas

Coisas de índio

Sítio Arqueológico

não sei

outros: _____

44) Você conhece algum Sambaqui em Joinville?

sim

não

Onde? _____

45) De onde veio esta informação?

Ouvi dizer

Na escola

Jornal

Televisão

Rádio

Família

APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos você a participar, como voluntário, anônimo, da pesquisa desenvolvida pela mestrande Neide de Lima Lourenço, vinculada a linha de pesquisa Memória e Patrimônio do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville-UNIVILLE. Você tem a autonomia de aceitar ou não o convite, tendo a garantia da desistência da participação durante todo o processo, enfatizando que as informações coletadas serão sigilosas e preservarão o anonimato de todos os participantes. A presente pesquisa tem como objetivo **analisar as representações que os surdos adultos têm sobre patrimônio cultural**.

Os entrevistados deste estudo serão surdos adultos maiores de 18 anos, sendo sinalizantes da LIBRAS, oralizados e/ou implantados, que são envolvidos na comunidade surda e/ou da Associação de Apoio aos Surdos de Joinville-AASJLLE que a pesquisadora faz parte.

A pesquisa acontecerá em forma de formulário, onde o pesquisador realizará as perguntas na língua oral auditiva e os surdos terão acesso por meio da interpretação e tradução da profissional intérprete fluente, respeitando as múltiplas identidades surdas. Para melhor análise de dados as entrevistas serão filmadas, levando em consideração também os surdos que se manifestam através da LIBRAS, uma língua de modalidade visual-espacial, no entanto todas filmagens serão de uso exclusivo para análise de dados desta pesquisa, após este procedimento serão devidamente deletados e excluídos. Este documento consta 2 páginas, portanto solicito a rubrica da 1ª página e a assinatura na 2ª página.

Suas respostas serão fundamentais para a escrita da dissertação intitulada: “As representações dos surdos adultos sobre Patrimônio Cultural”, que está sob orientação da professora Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes.

Destacamos que a sua participação será de grande importância para o cumprimento dos objetivos da pesquisa e repercutirá em benefícios no âmbito acadêmico e profissional para o campo das Representações Sociais do povo surdo, como também a acessibilidade ao Patrimônio Cultural da cidade de Joinville.

Sua participação implicará em fornecer respostas às indagações feitas no questionário. Você, terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas, que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza e também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como, caso seja de seu interesse e, mencionado ao pesquisador, terá livre acesso aos resultados do estudo.

Destacamos que a sua participação nesta pesquisa é opcional e representa riscos ou desconfortos mínimos. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma.

Você será esclarecido sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar e trataremos da sua identidade com padrões profissionais de sigilo, ficando a sua identificação restrita ao grupo pesquisado, ou seja, sem identificação nominal. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos, periódicos científicos e eventos promovidos na área de ciências humanas.

ATENÇÃO: Sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, ou se tiver alguma consideração sobre a ética que envolve a pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), pelo telefone: (47) 3461-9235 ou no endereço:

Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, Rua Paulo Malschitzki, 10 - Zona Industrial, Campus Universitário - Joinville/SC, CEP 89219-710, Bloco B, sala B 31.

Contatos do pesquisador: Neide de Lima Lourenço

Telefones: (47) 34656444 / (47) 99760819

E-mail:neidelimalourenco@gmail.com

Após ser esclarecido sobre a pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final do documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, acredito ter sido suficientemente informado (a) e concordo em participar como voluntário (a) da pesquisa descrita acima.

Participante

Neide de Lima Lourenço
Pesquisadora responsável

Joinville, ____ de _____ de 2017

AUTORIZAÇÃO

Nome do autor: Neide de Lima Lourenço

RG: 43.011.044-3

Título da Dissertação: " O que é Patrimônio Cultural para quem não ouve, mas vê, sente e se emociona? As Representações dos Surdos sobre Patrimônio Cultural de Joinville"

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 03 de maio de 2018.



Neide de Lima Lourenço